

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, Hamilton Pereira da. Hamilton Pereira (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Hamilton Pereira
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 10/01/2007

Duração: 3h 5min

Arquivo digital - áudio: 6; Fita cassete: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: ABC Paulista; Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria pela Vida (movimento); Ação Popular (1962); Apolônio de Carvalho; Associações rurais; Assuntos familiares; Atividade profissional; Campanha eleitoral; Clandestinidade; Comissão Pastoral da Terra; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Constituição federal (1988); Eleições; Ernesto Che Guevara; Fernando Henrique Cardoso; Golpe de 1964; Governos militares (1964-1985); Herbert de Souza; Igreja Católica; Itamar Franco; José Dirceu ; José Genoíno; Luiz Inácio Lula da Silva; Mário Alves; Mário Covas; Militância política; Movimento dos Sem Terra (MST); Movimento estudantil; Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Movimento sindical; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Social Democrático - PSD; Partidos políticos; Reforma agrária; Sindicalismo; Sindicatos de trabalhadores; Teologia da libertação; Tortura; Trajetória política; União Nacional dos Estudantes;

Sumário

Entrevistas: 10/01/2007 e 23/03/2007 Origens familiares no Piauí; mudança dos pais para a cidade de Porto Nacional (Tocantins), onde nasceria o entrevistado; menção às atividades profissionais do pai; referência à formação de uma colônia piauiense em Porto Nacional; a atuação política do irmão, Hosterno Pereira, eleito vereador em 1950, e prefeito em 1959, pelo Partido Social Democrático (PSD); menção a um irmão que seguiu vida eclesiástica e a expectativa de que o entrevistado fizesse o mesmo; os estudos e a expulsão do seminário; o trabalho como funcionário da prefeitura, aos doze anos, enquanto seu irmão era prefeito; os estudos na Escola Apostólica de São Domingos, em Juiz de Fora – MG; o primeiro contato com autores como Voltaire, Graciliano Ramos, Pitigrilli, José Lins do Rego, entre outros; menção ao Golpe de 1964 e as transformações políticas em Porto Nacional; comentários acerca da Casa do Estudante Norte-Goiano (Cenog), criada nos anos 50: sua atuação política e influência na criação do estado de Tocantins, pela Constituição de 1988; o primeiro contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de seu irmão, Athos; o contexto do PCB no período; menção aos militantes Carlos Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho, como organizadores de uma grande audiência destinada aos jovens militantes, no contexto do VI Congresso do PCB, em 1967; a mudança para Curitiba e a continuação dos estudos; o contato com o movimento estudantil universitário em Curitiba; o serviço militar prestado no quartel do Boqueirão; o contato com o coronel Jefferson Cardim Osório; menção ao impacto da notícia da morte de Ernesto Che Guevara e ao contato com integrantes do primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); o retorno ao colégio e formação de um grupo de teatro e militância estudantil; a eleição do entrevistado para a diretoria da Cenog e a posterior repressão militar, fechando a instituição; a fuga, do entrevistado, de Porto Nacional, em maio de 1969; menção à participação do irmão na organização do Congresso da UNE, de outubro de 1968, em Ibiúna; a ida como clandestino para São Paulo e sua estadia no convento dos dominicanos – onde vivia seu irmão, Frei Airton; os primeiros contatos com a Ação Libertadora Nacional (ALN), a partir dos dominicanos e a posterior militância na organização; breve referência à morte de Marighella, em 4 de novembro de 1969; o contato com dirigentes do Partido Operário Comunista (POC) e da Ação Popular (AP); a tentativa de fuga para Goiás e a prisão, em 1972; lembrança acerca dos interrogatórios e das torturas sofridas durante a prisão; menção

à João Henrique Ferreira de Carvalho, conhecido como “Jota”, agente do governo, infiltrado na ALN; o contato com José Genoïno, Alaor Figueiredo, José Porfírio e Geraldo Marques, entre outros, durante o tempo em que esteve preso; breve comentário acerca das torturas realizadas pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra, presenciadas pelo entrevistado em sua estadia na prisão da Operação Bandeirantes (Oban); a estadia no Presídïo do Hipódromo e posteriormente no presídïo do Carandiru, entre 1973 e 1974; o início da produção literária do entrevistado, assinando como Pedro Tierra; as visitas de Dom Pedro Casaldáliga ao entrevistado, durante sua estadia no Carandiru; a publicação do seu livro com a ajuda do padre Renzo Rossi e de Luiz Eduardo Greenhalgh, Poemas do povo da noite, na Itália e na Espanha, enquanto estava ainda preso; a saída da prisão em 1977; a direção do boletim do Conselho Indianista Missionário, em Goiânia, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) ; a importância da Igreja Católica e da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) no combate à repressão e tortura, durante a ditadura militar; menção ao projeto de Pedro Casaldáliga de criar uma liturgia em sintonia com as pastorais de base e com a Teologia da Libertação; a importância do sindicato dos metalúrgicos do ABC, como catalisador e unificador da esquerda no período; a presença dos movimentos e sindicatos de trabalhadores rurais no Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de sua maioria de ter origem urbana; a dificuldade de mobilizar os sindicatos de trabalhadores rurais para o congresso de fundação da CUT devido à oposição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag) – dirigida por membros do PCB; a importância da atuação da Igreja Católica para ligar o PT às lutas e movimentos dos trabalhadores rurais, possibilitando ao partido um caráter nacional; a atuação e desempenho dos ex-membros da ALN no PT; comentários sobre a tendência interna Articulação dos 113: com membros da esquerda armada, de sindicalistas de origem urbana e rural; o V Encontro Nacional do PT, em 1987, onde ficou definido o direito à tendências internas no partido; a candidatura do entrevistado para deputado federal, por Goiás, em 1986; os debates do PT em relação às lutas do trabalhadores rurais; o desenvolvimento, em 1989, do Programa de Reforma Agrária do PT, por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula); menção a integração de José Gomes da Silva, importante referência na luta pela reforma agrária, ao PT; menção à audiência realizada por Lula com o então presidente do Brasil, Itamar Franco, resultando na criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, capitaneada por Herbert de Souza (Betinho); a criação do Conselho

Nacional de Segurança Alimentar (Consea) elaborado pelo PT; as articulações entre PT e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); a participação do entrevistado na campanha de Lula, nas eleições presidenciais de 1989, através da Rede Povo; a composição do jingle “Lula-lá” e a participação espontânea de artistas na campanha; crítica a mudança de postura nas campanhas, especialmente com Duda Mendonça, marqueteiro da campanha presidencial de Lula, em 2002; o contexto do início dos anos noventa: a derrota na eleição presidencial de 1989, a desintegração da tendência “Articulação”, em outras tendências internas do PT; a consolidação do PT enquanto um partido nacional, a queda do Muro de Berlim e as transformações do socialismo e do sindicalismo; menção às Caravanas da Cidadania e sua importância para o fortalecimento de Lula como liderança nacional; a candidatura do entrevistado à presidência do PT, em 1995, na qual foi eleito José Dirceu; o contexto interno do PT no período e a busca por novas alianças para a candidatura de Lula à Presidência da República; a disputa em torno da orientação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso; as diferenças históricas entre a formação do PSDB e PT; o trabalho do entrevistado na diretoria da Fundação Perseu Abramo, no momento de sua criação, em 1996; a atuação do entrevistado como Secretário de Cultura de Brasília, no governo Cristovam Buarque; a participação do entrevistado na coordenação do programa de cultura do PT; a eleição à presidência da Fundação Perseu Abramo e a importância desta para o PT..

1º entrevista: 10/01/2007

M.M. – Hamilton, nós vamos então começar, conforme Alexandre já explicou, querendo ouvir você sobre as suas origens familiares, quando e onde você nasceu, sua escolaridade. Enfim, contar essa parte inicial da sua vida.

H.P. – Bom. Eu sou filho de retirantes nordestinos que chegaram em setembro de 1930 numa pequena cidade chamada Porto Nacional, na margem do rio Tocantins. Eu sou o sétimo filho homem desse casal de lavradores que cumpriram o trajeto da região de Floriano, no Piauí, eles foram em lombo de burro, até chegar no maior curso d'água que eles tinham visto até então. Como eu disse, eu sou o sétimo filho, de modo que – cuidado comigo nas noites de sexta-feira. [risos] O meu pai foi, ao chegar, hostilizado pela elite local, num mundo absolutamente incomunicável. Acho que, sob todos os títulos, aquilo podia ser definido como o Brasil profundo. Uma região extremamente pobre e despovoada, na margem do rio Tocantins, que tinha como grande instituição local a igreja católica, que era dirigida pelos frades dominicanos, como quase em toda a região. Essa cidade teve o seu primeiro colégio inaugurado, iniciou as atividades em 1902. Colégio das irmãs dominicanas. E o seminário dos frades, que foi construído ao longo das primeiras décadas do século. Isso fazia com que Porto Nacional fosse, por muitos e muitos anos, até hoje, intitulada capital intelectual do norte goiano. [risos] Tinha um único médico, que existia no raio de seiscentos quilômetros, que era também o chefe político local. Quando meu pai chegou, com meu irmão mais velho dentro de um jacá e um primo dele dentro de outro jacá para equilibrar a carga, ele foi encarado como um fugitivo de cangaceiros perseguidos pela polícia. É bom lembrar que Lampião ainda estava vivo.

A. F. – E atuante. [ri]

H.P. – E atuante. De modo que ele foi pura e simplesmente hostilizado. Ele tentou ganhar o pão vendendo lenha. Ia para o cerrado, cortava a madeira para vender lenha. E o chefe político local disse, orientou a cidade para que ninguém comprasse a lenha dele. Até que um outro chefe um pouco menor, não era um coronel, era um major, ele disse: “A luta é por que? Nós não conhecemos essa pessoa. O sujeito veio para cá com a mulher e o filho para criar e um outro na barriga. Eu vou comprar a lenha, a sua lenha.” Comprou, passou a comprar a lenha do meu pai, e se tornou compadre do meu pai. Major Rafael. E ficaram amigos durante

muitos anos. A partir daí, meu pai trabalhou como garimpeiro, carregador de sal; e sempre fazia o que todo mundo na região fazia, que era agricultura, agricultura absolutamente rudimentar. E depois, mais tarde, se tornou comerciante de couro, depois de cristal. Havia uma jazida de cristal, que foi muito explorada durante os anos da guerra. Naquela época, o cristal tinha importância para a área de... para as comunicações, não é, antes de ter o transistor. E ele virou comprador de cristal para um comerciante maior. Portanto, foi um pai ausente. E tem uma coisa que é importante para o que vai acontecer depois, que é: ele, ao chegar, ele foi organizando a vida mas sentia, permanentemente, a necessidade de apoios, então ele... como os retirantes fazem quando chegam nas cidades grandes, ele fez o mesmo: ele pedia para minha mãe para escrever... Ele ditava as cartas e ela escrevia as cartas, ela redigia as cartas para os parentes que tinham ficado no Piauí, na região de Floriano, no Piauí. Porque meu pai teve exatos três meses de escola. Segundo ele... quer dizer, ele aprendeu a assinar o nome e a fazer contas; então, a letrada do casal era a minha mãe, que teve o dobro, ou seja, seis meses de escola. Então ela escrevia. E avisava para os parentes, para os amigos, para os conhecidos do Piauí falava assim: “Nós chegamos num lugar que tem duas coisas que aí não tem: chuva e terra livre. Então, pode vir para cá, que a gente mostra onde estão essas coisas.” [ri] E foi se formando, dos anos 30 até os anos 50, final dos anos 50, foi se formando uma espécie de uma colônia de piauienses ali na região, que foram a base eleitoral daquele menino que em 1930 tinha chegado dentro de um jacá, que é o meu irmão mais velho. Ele se elegeu vereador.

A. F. – É. Essa é uma curiosidade que eu já tinha na cronologia. Como é que ele chega.

H.P. – Porque o meu pai tinha a seguinte convicção, como muitos da geração dele, falava assim: “Não quero que vocês repitam a vida que eu tenho. Então vocês vão estudar.” Ele nunca permitiu que a gente fosse trabalhar na roça ou no garimpo ou em qualquer... Não. “Vocês têm que estudar. Porque é isso que vai tirar vocês da vida que eu tive e ia possibilitar uma vida nova. Bem. Então ele ofereceu, e ele dizia isso para nós: “Eu vou dar o curso ginásial para todo mundo. Depois é com vocês.” Então o meu irmão mais velho, que era um orador talentoso, se elegeu vereador, por um partido absolutamente conservador, que era o PSD, Partido Social Democrático...

M.M. – Quando é que foi isso?

H.P. – Ele se elege em meados da década de 50. Eu imagino que por volta de 56, por aí. Ele cumpriu o mandato do vereador. E em 1959 ele se elege o prefeito da cidade.

M.M. – Nossa! Teve uma carreira meteórica.

H.P. – Meteórica. [ri] Ele...

M.M. – Como é o nome desse seu irmão?

H.P. – É Ostero Pereira. Não estranhem o nome. Os nomes são muito curiosos, o dos sete filhos. E aí Sabino Pereira teve um momento de absoluta realização, porque ele tinha uma grande identidade com esse filho mais velho, e segundo, ele tinha derrotado a oligarquia que o rejeitou quando ele chegou sentado no jegue. [ri] Além do mais, ele cultivou a fama dos filhos, ele: “meus filhos são inteligentes; e eles serão grandes pessoas, que vão se destacar na vida porque vão estudar”. Um dos orgulhos dele era pegar a gente, criança, para ler retalho de jornal para os vizinhos, para dizer que a gente sabia ler. E Ostero e o segundo irmão tinham ido estudar em Goiânia. E quando o Ostero voltou de Goiânia, se candidatou a vereador e foi, enfim, eleito para o primeiro mandato; e depois...

M.M. – Ele aí tinha conseguido, então, uma melhoria de vida bastante razoável.

H.P. – Sim. Porque ele... essa coisa do trabalho no garimpo, se de um lado faz dele um pai ausente, mas amplia as possibilidades de sobrevivência e de criação dos filhos. E ele tinha uma mulher extraordinariamente organizada. E como eu dizia aqui, mais letrada do que ele, então ela ia em cima, estimulava os filhos, com muita autoridade, muita severidade, a se aplicarem nos estudos. Ela dizia: “Nós somos pobres. A única maneira da gente se fazer respeitar diante dos demais é estudar, porque nós não vamos ter com que obter isso de outra maneira.” E ele trabalhou no garimpo do ouro, conseguiu, com o resultado disso, comprar uma posse de terra. Que era uma coisa muito comum na região, uma região de muita terra devoluta. Passou a cultivar arroz e a criar gado, que era o que se fazia. Isso acabou resultando num trabalho de uma área de, mais ou menos, cento e vinte alqueires de terra. Isso é uma área que aqui, no centro-sul, é uma área grande, lá, não tanto, porque não são terras muito férteis e tal. Então ele trabalhou o sustento da família a partir daí. Não só ele plantava o próprio cereal e criava o gado, mas ele comprava e comercializava a produção em volta, dos piauienses, amigos e tal, dessa rede que ele montou ali ao longo dos anos. De modo que nós nunca precisamos sair da cidade para garantir a sobrevivência. Ele chegava no fim de semana com o abastecimento e tal. E os filhos foram, enfim, fazer o grupo escolar, o ginásio, que era o que tinha por lá, nós, todos nós cursamos. Bem. Desses sete, tem uma coisa curiosa, o quarto filho

entrou para o seminário, isso também é uma forma de ascensão social muito conhecida, foi para o seminário e...enfim, estudou no seminário, com apoio dos padres dominicanos, depois se tornou padre e foi... concluiu os estudos e passou a viver aqui em São Paulo. Viveu e morreu aqui, nas Perdizes, no seminário aqui, no convento dos dominicanos daqui da rua Caio Lima. Mas como eu era muito menino, [ri] minha mãe foi me levando no sentido de... para esse mesmo destino. [ri] Então, eu fui para o seminário em 59, portanto, com onze anos. E aí fiquei. Aquilo não era exatamente um seminário, era um campo de concentração de criança. [riso] Era uma coisa terrível, o nível de autoritarismo, de arbitrariedade. Vocês imaginem que eu fiquei um ano no seminário. Durante aquele ano, eu vi minha mãe, e que era vizinha do seminário, acho que umas duas ou três vezes. Era um internato, uma coisa, enfim, indescritível. E era dirigido por um sujeito, um padre secular, com formação na igreja do Pio XII; então, formação fascista.

M.M. – É. Eu conheço bem. Estudei em colégio de freira.

H.P. – Sabe como é que é, não é. Então... Era um regime... e também, extremamente pobre, pobre, inclusive, na alimentação. A alimentação era muito ruim. Bem. Eu não durei muito, porque eu escapava, saía, ia, sempre que tinha uma oportunidade... com onze anos de idade, eu queria estar na beira do rio, [ri] e não rezando. Então eu fui expulso do seminário um ano depois. Nesse momento, o meu irmão mais velho tinha sido eleito prefeito da cidade, e aconteceu o primeiro caso de nepotismo da minha vida: eu fui contratado como funcionário da prefeitura, para varrer a prefeitura. Eu era o porteiro da prefeitura de Porto Nacional.

M.M. – Você tinha doze anos.

H.P. – Isso. Precoce. Uma mistura de nepotismo com trabalho infantil. [risos] Bem. Só que a prefeitura não tinha recursos financeiros para pagar os funcionários. [ri] Que era uma coisa também muito comum. Mas eu aproveitei aquele momento e eu aprendi, sozinho, a datilografar. Tinha máquina de escrever na prefeitura, o que era então um luxo. Quando eu terminava de varrer a prefeitura no final da tarde, eu ficava lá, aprendendo como é que é que escrevia. Aprendi a escrever à máquina dessa maneira. Aí ocorre que... minha cabeça, o fato da experiência do seminário ter sido ruim não me afastou da idéia de ser padre. E minha mãe apoiava, embora meu pai, não tanto. Ela disse: “não, mas vai. Airton foi...” Airton, que é o quarto irmão, tinha vindo para Juiz de Fora, pelas mãos dos frades dominicanos e tal, ela disse: Não, lá, eu consigo.” E minha mãe, num certo momento, ela foi fazer o tratamento médico em

Juiz de Fora. Ou seja, os padres não apenas ofereciam a bolsa para os estudantes pobres mas, às vezes, até cuidavam da família também. Nesse caso especificamente, ela foi para Juiz de Fora, fez um tratamento medido por lá, ficou amiga dos frades e conseguiu que eles me convidassem para estudar na Escola Apostólica São Domingos. Foi uma experiência maravilhosa. Aliás, aquilo lá, as instalações físicas da Escola Apostólica São Domingos, hoje, abrigam um hospital psiquiátrico. Não mudou muito. Fica perto do morro do Cristo, um lugar bonito, dava para ver a cidade inteira. E eu fiquei um ano inteiro vagabundeando e cantando, que eu tinha uma boa voz, cantando no coral, coral da escola. E eu fui, talvez com o tempo, eu fui revelando o traço de que não tinha, não ia dar para continuar, vocação sacerdotal. [ri] E o frei Mateus Rocha, que era o provincial da ordem, um sujeito extraordinário, conversou comigo longamente, da melhor maneira, porque dom Mateus era um homem muito progressista e de horizonte largo; ele vivia... Aliás, ele dirigia naquele momento a província francesa dominicana, que era exatamente aquilo que havia de mais avançado na igreja católica, que eles estavam fazendo, padre Josafá estava fazendo o Brasil Urgente, naqueles anos, começo dos anos 60 e tal. E eles tinham uma influência bastante significativa nos movimentos de juventude, JEC, JUC, JOC, essas coisas todas, eles tinham uma presença muito forte. E eu diria o seguinte, eu tive a sorte de ter tido contato com esse... A experiência foi realmente muito positiva. Bem. Então dom Mateus falou: “Muda de ramo. Isso não é para você.” E havia uma outra, uma razão prática também, eu tinha sido reprovado na segunda série do ginásio. Eu passei o ano flinando. [ri] Aí eu volto, voltei para Porto Nacional. E passei pelo que eu chamaria assim de uma precoce crise de anticlericalismo feroz. [ri] Aí eu comecei a ler Voltaire, as coisas que o meu irmão mais velho tinha, que era meia dúzia de livros dentro de uma estante. Ele li coisas bastante curiosas. Eu me lembro, livros do Vargas Vila, do Pitigrili, mas tinha Graciliano Ramos, então eu li Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, tudo, na estante de livros do meu irmão mais velho, que era o prefeito aliás.

M.M. – Mas você tinha uns doze, treze anos.

H.P. – Treze, quatorze anos. Estava com quatorze anos nesse momento do retorno. Ocorre aí uma... Quer dizer, a política, ela entra na vida da família... (*Toca um telefone*) Então... A política invade a vida da família, eu era adolescente, (a adolescência começava antes e terminava antes também, naquela época), foi uma... uma experiência que foi chocante. Quer dizer, meu irmão era prefeito da cidade, e os adversários políticos ligados à UDN, que no caso

do Goiás era a família Caiado, para o estado, significou o seguinte: o golpe de 64 significou o retorno de Goiás ao período anterior a 30.

M.M. – Porque Goiás era um estado que tinha uma ligação muito forte com o Jango.

H.P. – Isso. Por causa do Mauro Borges. Então o PSD, imagina, era progressista em Goiás. A UDN era ligada à mais retrógrada das oligarquias, que era a oligarquia dos Caiado. Então, o golpe de 64 significa o fim do reinado da outra oligarquia, que era Pedro Ludovico, que era o homem do Getúlio que chegou... ele saiu da cadeia em 1930 para ser o interventor federal no estado. E ele modernizou Goiás. Ele e os seus prepostos, inclusive o filho, que foi o último, Mauro Borges, que era o governador no momento do golpe. E o meu irmão mais velho, o Osterio, era ligado, como meu pai, ao PSD, foi eleito prefeito por esse partido; e, quando ocorreu o golpe, os adversários políticos viram a possibilidade de derrubá-lo, pura e simplesmente, como se faz na Bolívia. Então eles trocaram... arrombaram as portas, trocaram as chaves da prefeitura. Foi o golpe de município, digamos assim. Deram o golpe. Aí ele teve que sair da cidade e tal, para reorganizar as forças [ri] e a resistência. E naquele período inicial do golpe, que era um período de grande confusão, ele voltou, reassumiu a prefeitura, com apoio judicial. Quer dizer, a Justiça reintegrou-o no cargo. Bem. E aí ele vai conduzir o processo assim, com muita sabedoria, de maneira que quando chegou no ano seguinte, que era 65, era ano de eleições, ele renunciou e assumiu o vice-prefeito, que se candidatou e se elegeu para o período seguinte. Ou seja, ele deu uma lição de capacidade política nos adversários. Mas aí há um corte, digamos, na vida da gente, porque ele, o irmão mais velho, perdeu completamente as condições, posteriormente, de prosseguir ali, ele se muda para outras cidades. E meu pai, sentindo essa derrota política, ele se entrega mais ao trabalho de sustentação da família e tal. Ocorre aí o que eu chamo de um momento de virada. A juventude que nos anos 50 e início dos anos 60 se organizou, ali na região, numa entidade chamada Casa do Estudante Norte Goiano, tinha como principal referência a organização em Porto Nacional, porque tinha espaço físico, um centro, um salão de encontro da juventude e tal, de maneira que tinha um peso essa entidade; que nasceu com o objetivo de... era um pouco assistencialista o objetivo, que era apoiar os estudantes do norte do estado quando eles concluíam o curso ginásial e se deslocavam para Goiânia, e chegavam lá sem nenhum tipo de apoio e tal. Então ela tinha esse objetivo. Era um pouco... é um parar, a essa juventude que chegava, dar dicas, tentar arrumar emprego, esse tipo de coisa.

A. F. – E era uma entidade autônoma?

H.P. – Autônoma. Ela tinha estatuto próprio, registro, essa coisa toda. E tinha seccionais. Ela tinha uma sede central em Goiânia... E tudo foi criado por obra dos estudantes mesmo. Quer dizer, eles saíam, em geral, das cidades mais antigas... As cidades mais antigas, todas estão na margem do rio, que foi o caminho da ocupação tradicional. As cidades mais novas foram se constituindo, exatamente naquele período, durante a construção da rodovia Belém – Brasília. Que é um fenômeno social importantíssimo para a região porque é integradora; e é um momento de povoamento, inclusive. Então, as cidades antigas, quer dizer, Porto Nacional, Miracema, Pedro Afonso, Tocantinópolis e tal, todas essas cidades tinham uma seccional dessa entidade. Os estudantes se organizavam ali. Quando terminavam o ginásio iam para Goiânia, continuar os estudos, ir para a faculdade quem podia, etc. E aí a entidade procurava ajudar nesse sentido. Bem. Aí ocorre uma virada importante, porque essa entidade, que ganhou certa expressão, passa a ser olhada com interesse pelas organizações políticas dos centros urbanos, particularmente pela AP e pelo Partido Comunista. Então, ambos entram na disputa para ocupar aquele espaço. E acaba se produzindo uma virada. Essa entidade, que tinha, inicialmente, um caráter assistencialista, passa a ter, além dele, um caráter político de oposição ao regime, como ocorrerá em quase todas as entidades estudantis.

M.M. – Quando você volta para Porto Nacional, você vai retomar seus estudos.

H.P. – Isso.

M.M. – E vai retomar seus estudos onde? Na escola pública?

H.P. – Escola pública. Escola pública, no Ginásio Estadual.

M.M. – É aí que você toma contato com essa entidade.

H.P. – Isso. É a partir daí que eu vou me tornar um... bom, um militante e vou depois até, mais adiante, participar da vida dessa entidade. Mas enfim. Eu, voltando de Juiz de Fora, eu volto para fazer a segunda série do ginásio e tal e faço, concluo o período em 65, ainda sem maiores participações políticas e tal. A primeira reunião política que eu participei, eu participei em Goiânia, a convite do meu irmão que é um ano e meio mais velho que eu, que era, naquele momento já, área próxima do Partidão, do PCB. Eu estava voltando... essas famílias grandes, não é, tinha ido visitar no interior de São Paulo um outro irmão; e no retorno, passando por

Goiânia, ele falou: “Você podia vir participar dessa reunião aqui.” E aí começamos a receber material impresso do Partidão, no momento em que o Partidão estava vivendo a crise do...

A. F. – Da avaliação do golpe.

H.P. – Da avaliação do golpe e do 6º Congresso, quando Marighela começa a estruturar aquilo que mais tarde vai ser a ALN. Bem. Predominava, particularmente no meio estudantil, uma leitura muito crítica do Partido no momento do golpe e uma crítica, pela esquerda... Ou seja, figuras como Marighela e outros vão ter uma audiência grande com a moçada que estava chegando para a militância. Bem. Eu passo, imediatamente depois, eu fui viver em Curitiba, na casa de um outro irmão, o Nilo. Eu me lembro que a última vez que ele tinha estado conosco, com a família, tinha sido em 1957. Então, eu vou chegar na casa dele em 1996, portanto, nove anos depois. Então, quando eu cheguei na casa dele, ele olhou para mim, ele não me conheceu, porque eu era uma criança em 57, eu tinha oito anos. Eu cheguei em 66, sem aviso.

M.M. – Por que você resolveu ir para lá?

H.P. – Porque... essa coisa da... As dificuldades que eu tinha. Eu tinha concluído o curso ginásial, então eu queria...

M.M. – E foi para a casa desse irmão fazer...

H.P. – Para casa desse irmão, e não avisei para ele. As tais coisas de nordestino, é assim que funciona. De repente, o sujeito diz vamos embora. Foi o que aconteceu. Eu queria continuar os estudos; e não queria continuar os estudos lá em Porto Nacional porque via... O que é que eu tinha na cabeça? Eu queria ser médico. Falei, então, eu vou para um lugar mais evoluído e aí eu me preparo melhor para entrar numa faculdade, etc. Bem. E fui para Curitiba. Eu cheguei numa quarta-feira de cinzas, ele estava em casa, me olhou e, literalmente, não me reconheceu. Parou, viu aquele sujeito com a mala na mão, ele olhava... Até que ele foi examinando o rosto e disse: “Você deve ser o Hamilton.” [risos] Pois é. Sou eu. Aí eu disse assim: “Quando você foi lá em casa, eu disse que queria morar aqui.” [ri] Eu era menino. Isso em 1957. [ri] Ele tinha três filhos, morava num bairro humilde de Curitiba, e ali eu fiquei durante dois anos, estudando e fazendo o que eu mais gostava, que era... Eu estudava à noite no Colégio Estadual do Paraná, ajudava a cuidar das crianças e tal durante o dia. Ele e a mulher são funcionários públicos, hoje aposentados. Eles eram funcionários do IAPI. Ainda não tinha sido feita a unificação, que ocorre naquele ano e no ano seguinte. Aí eu fui estudar à noite, no Colégio Estadual do Paraná,

e aí, durante as tardes, eu ia para a biblioteca pública, que foi a grande descoberta da minha vida, a Biblioteca Pública do Paraná, que tinha todos os livros que... eu entendi por que meu pai dizia, quando os vizinhos perguntavam para ele “mas por que é que os seus filhos, quando crescem, saem daqui e não voltam nunca mais?” – ele falou assim: “É porque eles leram todos os livros que tinha nessa cidade.” [risos] Então eu ia... Isso tem, para mim, tem uma importância muito grande, porque eu sempre mantive um vínculo muito forte com o meu irmão imediatamente mais velho que eu, que é o Atos, e o Atos sempre foi um leitor inveterado, e ele me estimulou muito. Então, ali, eu passei a ter todas as minhas possibilidades. Porque a Biblioteca Pública do Paraná, já então, ela não era apenas uma biblioteca, ela era um centro cultural. Ela tinha galeria para exposições, estavam se instalando as cabines com áudio, para ouvir os *bolachões*. Porque era um luxo, aquilo era uma maravilha. E eu, literalmente, não tinha dinheiro para comprar livro, porque eu não trabalhava e o meu irmão, não era exatamente um sujeito rico, era um funcionário público...

A. F. – E já tinha três filhos.

H.P. – E tinha três filhos. Então ele me dava o dinheiro necessário para o transporte para o colégio e para comprar um lanche, à noite, para eu não ficar com fome. Ponto. O resto, eu tinha que me virar. E eu lhe sou muito agradecido. Então, naquela época, a Martins publicou a obra inteira do Graciliano Ramos, com umas capas amarelas, e eu ia na Livraria Guione e aplicava o dinheiro que ele me dava, que era... não sei quanto, acho que era cruzeiro novo, alguma coisa. Estava mudando a moeda. E custava dois e cinquenta, que era o que ele me dava para a semana, e eu comprei assim a coleção do Graciliano Ramos, que era um preço razoável, tal. E o resto eu lia na biblioteca. Então... Isso foi um período de descoberta muito importante para mim. Fui um bom aluno assim, no colégio... Era bastante estranho, porque eu tinha um sotaque muito pronunciado, um sotaque nordestino. Que hoje já está mais amenizado, hoje eu não tenho sotaque de lugar nenhum mais, já é muito mais diluído. Mas a minha turma, aqueles paranaenses, os polacos, na hora que eu abria a boca, eu era motivo de risada, todo mundo ria pelo simples fato de eu dizer uma frase, por causa do sotaque nordestino. Logo aqueles caras que têm o sotaque mais feio do Brasil. [ri] Então eu fiquei, os primeiros sessenta dias, quase mudo. Eu só fui começar a conversar quando chegaram as notas do primeiro bimestre, porque aí eu adquiri alguma autoridade pelos resultados obtidos, aí comecei a ficar mais falante e me relacionar melhor. Montamos um grupo do pessoal que gostava mais de literatura e essa coisa.

Mas era o curso colegial voltado para biológicas; ou seja, meu desejo era fazer medicina, então... Você tinha o curso de exatas e tinha letras clássicas, na época tinha essa divisão.

A. F. – Mas você já tinha então, nesse período da volta para Porto Nacional, tem o golpe, tem esse envolvimento com essa casa do estudante, então tu já tem um processo de politização aí. E nessa ida para Curitiba, tu mantém algum tipo de atividade ou contato?

M.M. – Mas aí está uma dúvida. A sua ida para Curitiba foi antes do engajamento na Casa do Estudante.

H.P. – Sim. Na diretoria.

A. F. – Ah! Porque eu estou sem a cronologia, fiz essa confusão.

H.P. – Na diretoria. Mas enfim... Quer dizer, eu tenho sim. Aí que eu começo a ter os primeiros contatos regulares com o pessoal do movimento estudantil.

A. F. – Em Curitiba.

H.P. – Em Curitiba. Tem uma cena ótima, que é... Vocês se lembram, tinha sido reitor da Universidade do Paraná Flávio Suplicy de Lacerda, que depois se tornou ministro, que virou nome de lei. O Flávio Suplicy de Lacerda era uma referência obrigatória para os setores conservadores e tal. Então ele tinha um busto, na frente da Reitoria, dele próprio. [ri] Tem uma cena ótima. Foi um grande momento. Em 66, os estudantes jogaram um... Não. Primeiro pintaram o busto de verde. Era o momento da luta para ampliação das vagas, era a luta para a incorporação dos excedentes. Aí, numa das manifestações... E aquilo foi em 66, tem manifestações semanais. É o momento em que o movimento começa a ganhar impulso. O pessoal pintou o busto de verde e jogou uma corda no pescoço do busto e arrastou o busto, derrubou e arrastou o busto pela rua XV, que é a rua central do centro antigo de Curitiba e tal. Da porta da Reitoria, e levaram, arrastando o busto até a Boca Maldita, lá embaixo, perto da praça Osório. Eu falei: pô, aqui está a turma que eu quero. [ri] Mas eu não era estudante universitário, eu estava no colégio.

A. F. – Mas o colégio é próximo da universidade.

H.P. – O colégio é relativamente próximo. E o colégio, era uma estrutura fantástica. Era um colégio com laboratório... Vocês imaginem o que é que é um, praticamente, um adolescente, que sai de uma cidade como Porto Nacional, perdida lá naquele fim de mundo, e entra num

colégio em que o laboratório de química ou biologia tinha um microscópio para cada cinco alunos na sala.

M.M. – Nossa. Um colégio realmente... Era um negócio muito bom.

H.P. – Era o paraíso. O colégio era excelente. Uma estrutura realmente muito avançada e muito qualificada.

A. F. – Eu fiquei hospedado no colégio na EPU de 85. Por isso que eu lembro que era próximo da universidade.

H.P. – Da universidade. E perto do Passeio Público. Ou seja, você saía dali e já ia para a gandaia, atravessando a rua ali. [ri] Bem Então, esse é um período de descoberta, tanto do ponto de vista da literatura como do ponto de vista da política, e vão marcar, essencialmente, minha vida. Eu passo a ter contatos com o... de maneira ainda muito confusa e irregular, com o processo que está acontecendo dentro do Partidão. Às vezes chegava um documento, outro, tal. E fomos...

M.M. – Mas aquele seu irmão que era ligado ao Partidão não tinha nada a ver, estava lá em Porto... estava em Goiânia.

H.P. – Estava em Goiânia. Eu mantinha um certo contato, mas, evidentemente, de maneira muito esporádica. Aí, não tem telefone, tinha que ser por carta e de vez em quando, ou quando o encontrava a cada seis meses ou a cada ano. Bem. Eu passo dois anos em Curitiba, 66 e 67, quando eu vou prestar o serviço militar. Nesse momento, nós tínhamos mudado de bairro e tal, e eu fui, junto com meu irmão, morar num bairro novo de Curitiba que chamava Vila (Hawed), que é próximo do Boqueirão, do quartel do Boqueirão, então eu fui prestar o serviço militar no quartel do Boqueirão, que é um regimento de artilharia. Qual é a importância disso? É que eu vou conhecer uma figura que marcou aquele primeiro momento da resistência ao golpe militar, que se encontrava preso lá no quartel do Boqueirão. O coronel Jefferson Cardim Osório. Que fez um levante, acho que a tentativa era de fazer um atentado contra o Castello lá no Rio Grande do Sul, na região da fronteira, e ele montou um grupo e saiu, sob perseguição, até que o exército conseguiu cercá-lo na região de Foz do Iguaçu. Depois de preso, foi levado para o quartel do Boqueirão, onde ele estava cumprindo pena. E foi uma coisa curiosa porque... Eu continuava naquele... Quer dizer, eu cumpria as minhas tarefas do quartel, estudava à noite no colégio e, vez que outra, ia na biblioteca. Então eu me lembro...[ri] Essas

coisas... Os adolescentes são todos parecidos, não é. Ele uma vez me viu, ele estava tomando de sol no pátio e eu passei. Eu estava com um fuzil mas eu estava com dois livros na mão. Não precisava ter dois. Só um bastava, porque eu não ia ler dois ao mesmo tempo. Aliás, não podia ler durante o (expediente). [rindo] Mas eu me lembro bem porque, ele me pegou, falou assim: me mostra isso aí. E eu estava com o livro do Gaudy de crítica literária [ri] e *Os Quatro Quartetos*, do Elliot, uma tradução que a Civilização Brasileira...

M.M. – Quer dizer que você gostava de escrever já, nessa época.

H.P. – Já. Já tinha feito, já tinha escrito os primeiros poemas. Não me agradava e tal, mas, de todo modo, tinha o impulso. Naquele ano, é 66, eu consegui publicar na seção de cartas de um jornalzinho que o Partidão imprimia lá no Rio de Janeiro, chamava *Folha da Semana*, um poema. Para mim foi uma glória. Mostrei para todo mundo, falei: vocês não têm a menor importância; eu é que sou o sujeito que realizo, nessa turma de vagabundos. [ri] Então ele pediu para ver. E ele ficou muito impressionado, falou: “Mas de onde é que você tirou isso?” Falei: “São livros da biblioteca”, tal. Disse assim: “Muito bem”, me estimulou muito e tal. Ele era muito falante. E aí ele disse, escapando um pouco do sentinela dele, que sempre ficava rondando por perto, falou assim: “Eu queria que você me conseguisse um exemplar de *Os Sertões*. Falei para ele: “Tudo bem. Vamos arrumar.” Isso selou um laço, então... Às vezes era eu próprio que... eu botava guarda, no meu turno e tal, diante da cela dele. Eu consegui um exemplar de *Os Sertões* para ele. O coronel, um ano depois da minha... Quer dizer, eu cumpri dez meses o serviço. Um ano depois ele fugiu de lá. Foi uma operação complicada, que envolveu o próprio filho dele, se não me engano. Depois, ele foi recapturado na Argentina. E eu vou saber do coronel Jefferson Cardim muitos anos depois, durante uma greve de fome que nós estávamos fazendo aqui no Carandiru; na hora que eu olhei a lista de quem estava em greve de fome no Rio de Janeiro, estava lá o nome dele. Ele estava na Ilha Grande, na época. Bem. Então eu cumpri o serviço militar e fazendo o segundo colegial, naquele ano de 67, que é o ano da morte do Che. E para mim foi... Como eu achava que o Che era imortal, foi um golpe brutal para mim. Uma coisa... Eu estava terminando, não é, porque eu cumpri de janeiro ao final de novembro, então, no 8 de outubro, poxa, era um luto só. Nesse momento eu já mantinha contatos com... Vocês devem se lembrar que houve, antes, houve um primeiro MR-8. Vocês lembram disso. Pois é. Eu fiz contato... Tinha gente que era ligada à minha turma de colégio, que participou desse primeiro MR-8 do Paraná, que não se confunde com o que veio depois,

etc. Mas eles se chamavam também MR-8, a partir de 69 se não me engano. Bem. Então a gente já tinha, além dos círculos que debatia coisa de literatura e tal, já tinha também uma aproximação dos debates da nova esquerda, ou seja, o movimento estudantil, a AP, que estava atuante, o pessoal da luta armada, que fazia, enfim, chegar nas nossas mãos os materiais; em geral eram mimeografados, aquela coisa de difícil leitura inclusive. [ri] Então, eu passei assim o ano de 67. E em 68 eu retorno. Eu diria que aí eu torno... a questão política vem para o centro. É a partir desse momento. Eu volto ao primeiro colégio que eu tinha estudado, para fazer o, novamente, o segundo colegial, porque eu fui reprovado por falta por causa do serviço militar. E aí eu organizei um grupo, aí já dialogando com meu irmão, que, de 66 para 68, tinha evoluído na direção das posições do Marighela; e ele, aí sim, alimentava com material. E eu fui constituindo um grupo, e o que me pareceu mais plausível e realizável ali, com o que a gente tinha na mão, era montar um grupo de teatro. E aí eu falei: quer saber? Eu vou... Estava acontecendo coisa muito interessantes por aqui, não é, São Paulo, o teatro brasileiro vive um momento de extraordinária importância, tanto que sofreu a censura brutal que sofreu. É o momento de *Arena conta Zumbi*, de *Liberdade, Liberdade*, enfim, do *Rei da Vela*, quer dizer, esse momento, momento de efervescência muito grande. Então, os primeiros meses de 68, quando eu chego, eu chego com uma bagagem de livros na mala, que é o que eu pude carregar para lá, com a disposição de... enfim, de fazer militância política, ainda que de maneira um pouco difuso, confusa. Com aquilo ali eu tinha uma base para montar esse grupo de teatro, com uma quantidade bastante significativa, que era ao mesmo tempo o grupo de teatro e o pessoal que foi se estruturando para compor uma chapa para disputar a direção da entidade. Então nós fizemos a primeira disputa do grêmio do Colégio Estadual, onde eu estudava. Nós fomos derrotados pelo diretor. Que aliás era o diretor do seminário que tinha me expulsado. [risos] O cara interveio, fraudou a eleição, disse que não vai, acusou a minha chapa de... ele me mandou um comunicado por escrito. “Eles querem mudar o nome do grêmio. O grêmio que foi criado em 1948, (o ano em que eu nasci) eles querem mudar... (que chamava Grêmio São Tomás de Aquino, a proposta da nossa chapa era de mudar o nome para Graciliano Ramos) – para botar no lugar do santo um comunista!” [risos] Bem. Então nós perdemos. Mas aí nós fizemos uma manobra política muito eficaz. A gente inventou uma espécie de conselho do grêmio. O presidente eleito tinha que ouvir todos os representantes de classe. Ou seja, nós democratizamos mas demos um golpe. [ri] Então a gente ganhava todas as posições dentro do grêmio. E o fato de ter perdido naquelas circunstâncias me habilitou a disputar a presidência

da entidade, que unificava os dois grandes colégios da cidade, que era o colégio público e o colégio das freiras dominicanas, que é o mais tradicional etc. Então nós fomos para eleição e ganhamos a (assembléia ali). Isso foi tudo ao longo de 68. Para conseguir isso, nós fomos, ao longo do ano, apresentando peças de teatro. Ou que eu fazia... Era uma espécie de jograis. Antologia de textos sobre determinado... Pegava o *Liberdade, Liberdade* do Millor e do Flávio Rangel e tirava uma coisa, punha outra, agregava, direcionava para determinados temas e tal. Enchia de gente. O auditório do colégio das irmãs, que eram dominicanas e tinham muita sensibilidade e tal, é um auditório para quinhentos lugares. Esse auditório, como o colégio inteiro, ele foi construído pela Aeronáutica, pelo brigadeiro Eduardo Gomes, porque Porto Nacional era base de apoio do Correio Aéreo Nacional (CAN). E as irmãs dominicanas, elas tinham uma casa, que é famosíssima na cidade, que é a Casa dos Aviadores. Elas ofereciam alimentação, pousada, roupa limpa, lavava a roupa deles, etc. etc. Era uma espécie de retribuição. O colégio era uma coisa imensa. A gente brinca que o colégio, que foi feito na década de cinqüenta, era maior do que a cidade, na época. Era uma coisa impressionante. Com flamboyants, com eucalipto, essa coisa que não tinha por lá. [ri] Enfim, uma maravilha. E esse auditório. Um auditório com quinhentos lugares. Enchia o auditório. Porque o trabalho dessas irmãs na cidade é um trabalho notável. Se dizia muito, as empregadas domésticas de Porto Nacional falavam francês. Porque as irmãs eram francesas, então ensinavam. [ri] E como não tinha muito emprego ali, não é, muitas daquelas que aprenderam francês tinha que ir...

M.M. – Acabavam sendo empregada doméstica.

H.P. – É. Mas enfim. O brigadeiro construiu isso. Quer dizer, o material, não tinha estrada ainda, boa parte do material foi transportado de avião: aço, essas coisas todas e tal. Bem. O que é que importa aqui? Nós tínhamos ganhado não apenas a base estudantil, nós tínhamos ganhado o apoio das freiras e contra o padre fascista, que era quem dirigia a escola pública. Bom. Ganhamos as eleições, já no final de 68. Uma das coisas que a gente chegou a fazer... Que também revela um pouco como é que essas coisas chegam. Era mês de abril, e nós conseguimos realizar uma manifestação de protesto contra o assassinato do Edson Luís. Ou seja, Porto Nacional tinha entrado no mundo contemporâneo. [risos] Em 68...

M.M. – De Porto Nacional para o Brasil. Olha, eu vou dizer uma coisa. Eu fico imaginando. Eu fui a Porto Nacional o ano passado. Então, eu conheço Porto Nacional hoje. Já é uma cidade pequena. Na década de 60, devia ser realmente muito pequena.

H.P. – O maior edifício da cidade é a igreja. Uma igreja monumental, é verdade. Construída pelos dominicanos. Levou uns quarenta anos sendo construída. É uma igreja bonita. E é uma referência porque ao lado dela está o seminário dos padres que recebeu o Prestes quando passou por lá em 1926.

M.M. – A Coluna Prestes.

H.P. – A Coluna Prestes. Quando ele passou por lá, ele foi... ele foi abrigado não é bem o termo, ele deve ter requisitado o seminário, que era a melhor construção da cidade, e lá ficou. O Prestes passou por lá numa das travessias que ele fez do estado de Goiás. Bem. Então voltando a esse período. Nós tínhamos colocado a cidade em sintonia com o Brasil, não é? Teve manifestação, tinha as peças de teatro, não sei o que e tal. No final do ano, a gente realizou as eleições para a CENOG e ganhamos as eleições. Ganhamos... O outro candidato estava numa situação absolutamente irregular, digamos. Primeiro, ele não era estudante; segundo, ele era vereador; terceiro, ele era da Arena. [risos] E nós enfrentamos a batalha e ganhamos. A meninada comprou a briga e tal. Bem. O mandato foi um pouco curto, não é, porque, sessenta dias depois, a repressão chegou e eles fecharam entidade, destituíram a diretoria e fecharam a entidade. Como tinham fechado muitas outras entidades estudantis e tal, fecharam a entidade. E invadiram a minha casa, a casa dos meus pais, e levaram a maior riqueza que eu tinha, que eram os meus livros; aqueles livros que eu tinha levado de Curitiba eles pegaram. Aí a coisa ficou um pouco complicada. Porque, eu continuei no colégio, mas temendo que da próxima vez eles não viriam buscar os livros. E foi o que ocorreu. Por volta do mês de maio de 69...

M.M. – E aí a barra também já estava muito pesada.

H.P. – Era outra, não é. AI-5.

M.M. – Outra situação.

H.P. – Era AI-5 já. Então, quando eles vêm pela segunda vez, eu tive o aviso antes. Isso é maio, por volta do mês de maio de 69. Eles chegaram na cidade, mas os estudantes identificaram: “ó, tem uns caras esquisitos aí, acho que é aquela mesma turma que veio fechar a CENOG”. Aí eu, eu conhecia a cidade melhor que eles, eles vieram por um caminho, eu fui por outro; passei ainda na minha casa, me despedi da minha mãe, atravessei o rio rumo à posse de meu pai. E aí os piauienses é que me valeram. Porque...eu consegui uma carona, o rio... Atravessar o rio não era uma coisa simples, primeiro, porque não tinha ponte. Agora tem. Mas

antes não tinha ponte. E era um rio considerável, com quinhentos metros de largura. Atravessei de canoa. Depois, do outro lado do rio, consegui uma carona e cheguei na posse do meu pai. Fui nos vizinhos que eu conhecia, peguei comida e tal, e fiquei na casa da roça dele por uma noite. A manhã seguinte, cedinho, chegou já um portador dele...

M.M. – De seu pai.

H.P. – É. Que tinha vindo de bicicleta, andado uns quarenta quilômetros mais ou menos, para dizer: sai e vai para a casa de fulano de tal. E o vaqueiro do meu pai me levou para a casa do outro piauiense, que era vizinho, para ficar numa situação mais segura, porque, fatalmente, a polícia chegaria ali. Então eu fui, com Mariana...

A. F. – Hamilton, deixa eu te perguntar uma coisa. Você disse que teve aproximação das posições do Marighela já antes. Quer dizer, nesse período da eleição da CENOG, o Atos continuava em Goiânia?

H.P. – O Atos era o nosso contato com esse mundo. Quer dizer, com a disputa política.

A. F. – E ele já estava...

H.P. – O Atos já era mais...

A. F. – Importante.

H.P. – É. Mais maduro, mais orgânico. Ele participou dos movimentos preparatórios do Congresso de Ibiúna e tal. Quer dizer, ele já tinha feito o vestibular – fez dois – para a Escola de Física, passou; mas depois, abriram a Escola de Jornalismo, ele fez para jornalismo.

M.M. – Ele estudava em Goiânia.

H.P. – Estudava em Goiânia. Mas ele mantinha, ele é que mantinha o contato conosco, oferecendo os documentos, as posições e um pouco orientando aquilo, que era um grupo, eu diria, ainda muito verde e com um grau de politização bem modesto. No entanto... quer dizer, já havia um sentido crítico muito pronunciado com relação às posições do Partidão. Quer dizer, essa é uma coisa... Bem, naquele momento em que eu escapei, a polícia prendeu vários dos membros do grupo: as moças, os companheiros que tinham se...

[FINAL DA FITA 1]

M.M. – E aí você, pelo roteiro que você nos passou, você faz um certo périplo, em várias outras cidades. Você vai, me parece, primeiramente, você vai para Curitiba, onde você já tinha morado com seu irmão.

H.P. – Isso. Eu fico de maio a julho no campo, entre esses piauienses a que eu já me referi; e, com a prisão preventiva decretada, eu saí clandestinamente da região, que fica em torno de oitenta quilômetros da cidade de Porto Nacional, num caminhão-tanque.

M.M. – Mas aí você já era organizado, não é?

H.P. – Aí eu estava... Não tinha apoio orgânico, mas tinha...

M.M. – Contatos.

H.P. – Contatos, interlocutores. Eu me lembro do encontro que eu tive com meu pai quando ele veio dizer: “olha, você vai sair daqui, eu consegui a maneira”. Um amigo dele, que era dono de posto de gasolina... E caminhão-tanque... ninguém inspecionava. Então... E o cara me apanhou ali... E foi a primeira vez que eu vi meu pai confuso. Ele não tinha clareza do que estava acontecendo. Ele estava vivendo um conflito. Porque, a vida inteira, ele imaginou o seguinte: eu vou dar estudo para os meus filhos porque essa é a maneira deles viverem mais felizes, em melhores condições e tal; e ele disse para mim isso, ou seja: “Eu acho que errei. Porque, ao dar estudo para vocês, (e vocês) nessa situação em que você está agora. Quer dizer, em vez de ter feito um bem, acho que eu fiz um mal para vocês”. Ele estava muito acabrunhado, muito abatido. É bom lembrar que naquele período, quer dizer, o Atos tinha sido preso em Goiânia, por uns dez dias mais ou menos, depois foi libertado, e o meu irmão mais velho, que não tinha militância política de esquerda nenhuma, foi preso também. Porque eles não me encontravam, eles prenderam o meu irmão mais velho, na esperança que chegariam a mim.

M.M. – Lá em Porto Nacional.

H.P. – Lá em Porto Nacional. O meu irmão mais velho foi preso numa cidade próxima que chama Gurupi. E depois foi solto. Então... Aí vai se iniciar um processo muito difícil para eles, para os dois, para meu pai e para minha mãe, porque... quer dizer, passaram a viver uma insegurança absoluta. Bem. Eu sigo para Curitiba. Passo aqui por São Paulo, meu irmão que era padre vivia aqui nas Perdizes, no convento dos dominicanos, e eu fiz contato com gente ligada diretamente ao Marighela.

M.M. – Pois é. Porque o Marighela tinha uma forte conexão com os dominicanos.

H.P. – Isso. Com eles. Eu conhecia os três que foram presos depois, em 69, quer dizer, o Fernando, o Ivo Le Beau Pin e o Beto. O meu irmão, em 69, eles tinham montado um apartamento na rua Rego Freitas, onde eles viviam como se fosse.. era uma comunidade, num apartamento, ali, onde fica o Sindicato dos Jornalistas, aqui em São Paulo. Bem. Eu passo por aqui, faço esses contatos, quer dizer, eu me aproximo, já, de uma relação mais orgânica com o pessoal da ALN.

M.M. – Através desse contato com os dominicanos. Eles serviram como uma conexão.

H.P. – Isso. É. Uma conexão. Embora não tenham me... Quer dizer, a partir daí eu passo a ter outras referências, para onde eu fui remetido. Quer dizer, eu fui para Curitiba e fiquei lá o mês de julho a dezembro de 69. Marighela é morto no dia 4 de novembro, ocorre aquela coisa. Mas eu vim para São Paulo no começo de 70, já com contatos mais amarrados com militantes da ALN.

M.M. – Seu irmão que era dominicano, ele era de esquerda, era politizado?

H.P. – Sim. Mas nunca foi um cara organizado.

M.M. – E ele tinha uma conexão forte com esses dominicanos?

H.P. – Tinha. Ele chegou a viver no mesmo apartamento que o Fernando. Agora... Ele sempre foi... Ele se opunha à luta armada. Não achava que era o caminho. E toda a vida dele, ele foi muito coerente com essa opção. Que ele dizia o seguinte: “Olha, a gente não muda essas coisas senão com uma ampla participação popular.” Então a vida dele foi pautada... Ele foi se afastando do convento, que fica em Perdizes, um bairro de classe média etc., e foi morar na periferia de São Paulo, aqui na Zona Sul. Para você ter uma idéia, era da paróquia dele o operário Santo Dias. Ele se direcionou para aí, para esse trabalho da igreja nas áreas populares e tal, aqui na região da zona sul, que durante...

M.M. – Como era o nome de seu irmão?

H.P. – Airton. Airton Pereira. Bom. Então, quando eu volto para São Paulo, já numa situação de clandestinidade, ainda que relativa, porque ainda estavam abertas algumas oportunidades, por exemplo, de trabalho, eu passei a trabalhar num escritório aqui, ainda com o nome próprio, quer dizer, sem o nome frio.

M.M. – Você não chegou nem a entrar na universidade.

H.P. – Não. A polícia chegou antes do vestibular. [ri]

M.M. – Você chegou a terminar o segundo grau?

H.P. – Terminei, terminei o segundo grau durante o ano de 69. O que é que eu fiz? Ao chegar em Curitiba, eu fiz o supletivo do colegial, lá mesmo, no Colégio Estadual do Paraná, eles faziam os exames e tal. Então, eu estudava em casa e...

M.M. – E fez as provas.

H.P. – E fiz as provas lá. E conclui assim o curso médio. Bem. Vim para São Paulo, aqui, eu vou atuar como militante dos grupos da ALN, eu vou estabelecer relação com algumas figuras mais, outras menos conhecidas. Entre os mais conhecidos estavam o Luís José da Cunha, o Crioulo, o Yuri Xavier Pereira, Alex Xavier Pereira, Gelson Reicher, Ana Maria (Nasonovick), Gastone Beltrão, Antonio Carlos Bicalho Lama, que era meu... o Yuri, Yuri Xavier Pereira. Enfim. E também, ainda que menos, com Paulo de Tarso Celestino. A gente chamava ele de vovô. Só para vocês terem uma idéia, não é, o que é que é isso. Ele era chamado de vovô porque ele era muito velho. Tinha 28 anos. [risos] Nesse momento, mesmo aqui na Vila Mariana, eu vivi aqui na Luís Góis, o que mostra ao mesmo tempo a ousadia, ou a temeridade e a fragilidade da esquerda armada. Nós vivíamos numa casa de fundo, aqui na Luís Góis, e por lá passaram dirigentes do POC, dirigentes da AP, e nós éramos militantes da ALN. Eu estou citando três exemplos. Quer dizer, passou por lá o Fábio Marengo, lá do Rio Grande do Sul, passou por lá o Antonio Carlos Mata Machado, de Belo Horizonte, a gente abrigava. Está fugindo, está precisando de coisa. Ricardo Prata Soares, que era dirigente do POC aqui em São Paulo. Enfim... Entre outros. Era uma situação em que... quer dizer, aí eu me reuni, o Atos veio para cá, estava também clandestino, estava também com prisão preventiva decretada, veio para cá um outro companheiro de Porto Nacional, Edmilson, depois, muitos anos depois foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás, e veio um personagem que não é desimportante, pelo estrago que fez na vida de muita gente, que é o João Henrique Ferreira de Carvalho, que foi meu colega de classe, que foi o cara que compôs aqueles grupos de teatro lá em Porto Nacional, e que foi, provavelmente, uma das pessoas mais próximas, do período, de convivência comigo. Eu atuava fazendo... explorando ao máximo, que era essa a orientação da organização, Quer dizer, o peso da clandestinidade tinha um custo muito elevado.

Então, quanto mais você adiar a clandestinidade absoluta, melhor, vai custar menos para a organização. Então eu fazia um trabalho de ligação entre São Paulo e Goiás. Isso é bom lembrar, pelo seguinte. O Marighela, no período que vai se seguir... em 70, já com Toledo à frente na ação, eles permaneceram com aquela leitura de que, se a guerrilha permanece no centro urbano, ela será devorada, ela será derrotada se não sair do cerco estratégico que a ditadura foi capaz de montar. Então, qual era a perspectiva de saída? A perspectiva de saída era, uma delas, era de montar um núcleo de... não era essa palavra mas... se usava muito a palavra foco – em Goiás. Isso não aparece muito na literatura, mas eles tinham, Marighela, sobretudo, ele tinha... Eu fui chamado, uma vez, para examinar mapas da serra geral de Goiás.

M.M. – Você chegou a interagir com ele? Não.

H.P. – Não. Mas veio uma pessoa intermediária, que conhecia bastante a região, que é uma região relativamente próxima da região que eu nasci. E como eu já havia andado muito por ali, então... Quer dizer, os mapas, eles cobriam uma região logo ao norte de Brasília, depois da Chapada dos Veadeiros, e rumo ao norte, no Espigão Mestre. Era um divisor de águas entre o Tocantins e o São Francisco. Porque era por ali que ele imaginava que se poderia montar um foco que escapasse a esse cerco estratégico e tal. Eu imagino, mais que imagino, eu sei que havia outras regiões eleitas também, com características semelhantes, tal. Bem. Então eu fazia essa ligação. E fazia ligação com grupos de movimento estudantil de Goiânia, gente que estava em Brasília, para... A tentativa era essa: a gente sair do cerco de São Paulo e ir montando apoios que pudessem nos conduzir a sair desse cerco, que era... quer dizer, você fazia expropriação de banco, você atacava um quartel, fazia um negócio na Rádio Nacional, mas não conseguia sair disso. E no período que vai se seguir, particularmente depois da morte do Marighela, esse cerco vai se fechando. Um ano depois, o Toledo é assassinado e... Resultado. A ALN não consegue escapar disso, ela vai mergulhando cada vez mais no isolamento, no isolamento político e num cerco militar, que acaba por liquidá-la. Bem. Eu permaneço nessa situação, trabalhando num escritório de engenharia aqui, que na verdade era um órgão público que chamava COMASP, Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo, (funcionava ali no Conjunto Nacional) que precedeu a SABESP e tal. Eles, na época, estavam construindo ainda reservatórios e tal, desse sistema de abastecimento que cerca a cidade e tal. E lá, eu me encarregava de subtrair mapas, [ri] para eventuais ações futuras. Eu fiquei num *aparelho* com o Atos. Até que em abril de 72 ele saiu do país. Ele perdeu completamente as condições de

permanecer no Brasil, foi para o Chile. Mas eu tinha uma... era uma deliberação íntima, talvez... quer dizer, que passava por longe da política: eu não queria sair do Brasil. Eu dizia, não quero. Quer dizer, eu considerava aquilo uma fuga. Então, o Ato foi mas eu fiquei. E isso, ele saiu em março daquele ano de 72, e eu, naturalmente, quando ele saiu do país, eu mudei de *aparelho*, o lugar onde a gente morava junto, fui para outro, para morar junto com João Henrique Ferreira de Carvalho, que era o cara que eu tinha trazido de lá de Porto Nacional. E ele passou a morar junto comigo aqui, aqui perto, na Cabo Frio. E eu continuava fazendo o trabalho de ligação entre São Paulo... Ia de ônibus, imagina. Um negócio absolutamente artesanal. Eu ia de ônibus daqui, passava por Goiânia, ia a Brasília, fazia as reuniões que precisava, etc. e voltava para São Paulo. Quer dizer, você viajar de ônibus, armado, durante quatorze horas, é um negócio absolutamente temerário. Bom. Numa dessas idas, no dia 9 de julho, em Brasília, eu percebi que estava sendo seguido. Escapei. Passei por Taguatinga, que era uma pensãozinha onde eu tinha deixado a mala, peguei as roupas numa sacola; deixei a mala, para não chamar a atenção, mas peguei uma sacola com o mínimo necessário e sai de Taguatinga com destino a Goiânia, mas não direto: ele passava por Anápolis; que é uma cidade que eu conhecia bem porque tinha passado por lá durante o ano anterior, particularmente o ano de 70, eu fiquei alguns meses morando em Anápolis a serviço já da organização. E aí eu desci do ônibus antes do ônibus chegar na rodoviária, porque rodoviária é sempre um lugar perigoso; mas os caras tinham montado um cerco mais amplo do que eu tinha imaginado, então eu cai no meio do... Mas não consegui localizar, de início, bom, como é que esses caras souberam que eu vim para cá. Eu iria cobrir o ponto de uma pessoa. E, bom, os caras me pegaram. Eu fui preso no final da manhã; fui posto dentro de um Opala. Se eu pude contar, eram uns doze, mais ou menos, agentes que fizeram a operação. Quatro deles me jogaram dentro de um Opala, me colocaram entre o banco do motorista, os bancos da frente e o... me botaram no chão, aí dois deles sentaram no banco de trás e puseram os pés em cima de mim; então eu fiquei com corpo dobrado, fiz essa viagem de Anápolis para Goiânia, que são cinquenta e três quilômetros. Não sei por que mas, naquele dia, parece que era mais. Bom. Eu fui interrogado numa dependência da Polícia Federal, imagina, em plena avenida Goiás, a duzentos passos do Palácio do Governo do Estado. E ali começou a paulera. E dali eu fui levado para o 10º BC, Décimo Batalhão de Caçadores. E me enfiaram o capuz, como era habitual, enfiaram um capuz preto na cabeça, daqueles que tem elástico aqui no pescoço, e fui interrogado no 10º BC durante todo aquele dia, a noite inteira; e, no final do dia seguinte, eles suspenderam. E eu cometi um erro nesse intervalo aí, que me

custou caro. Porque você vai chegando numa situação limite e aí eu disse uma frase que eu não precisava ter dito, quer dizer, por que vocês não me matam? Você não deve dizer isso, porque aí os caras sabem que você chegou...

M.M. – No limite.

H.P. – No limite. Eles redobraram e tal. Ali, as técnicas são as conhecidas, quer dizer, é pau-de-arara, afogamento, aquela pancadaria que eles chamam de pau de escular, choques acompanhando tudo isso, muitas vezes eles jogavam água no corpo para... e tinha coisas do tipo... eles botaram uns alfinetes, uma agulhas entre os dentes e aí pegava o jacarezinho e bota ali para... A sensação que você tem é de que você está mastigando vidro. Uma coisa terrível. Mas nós tínhamos uma regra na organização, que é: não abra até vinte e quatro horas. Ou seja, você tem um ponto; vinte e quatro horas depois, se você não apareceu, o teu cara desmobiliza aquele ponto. Depois de uma referência, que a gente chamava, que aí, não era um lugar preciso, mas uma área. Porque às vezes você perde o ponto, você pode encontrar numa determinada área, você tenta. Isso por quê? Porque eu tinha que segurar, defender o meu *aparelho* e defender o Henrique que ficou, tinha ficado. Bem. Esses dias, eu fui almoçar ali no Galeto, ali na Luís Góis. O ponto era na Amarante, na esquina da Luís Góis com a Domingos de Moraes, ali, que eu tinha marcado com ele (duas horas). Vinte e quatro horas depois, se eu não vier, cai fora. E cai fora do *aparelho*. Bom. Aí eu fui levado, no final da tarde seguinte, fui levado para Brasília, para ser interrogado pelo pessoal da OBAN que tinha sido deslocado para lá. Aí começa um novo... Eu fui para o Centro Militar Urbano. Eles tinham uma dependência do Ministério do Exército na Esplanada, na época, e eles utilizavam aquela para... não era para a barra pesada, era assim, como uma espécie de começo de conversa. Mas do lado, na Esplanada dos Ministérios. E eles tinham um outro espaço que era na Polícia Federal, na ponta da Asa Sul, que tem uma dependência da Polícia Federal onde, hoje, a gente pega passaporte e tal. Por ali, ali, eles tinham um outro lugar. Agora um lugar para barra pesada era o PIC, que foi onde eu fui ficar e fiquei um período bastante grande por ali. Bom. Os caras tinham... Como eu não disse o meu nome, eu tinha documento frio, estava bem feito, não sei o que e tal, eu, começando a aguardar as vinte e quatro horas, quer dizer, eles, terminaram as vinte quatro horas, não sabiam quem era. Aí, depois de passadas as vinte e quatro horas, eles me levaram para Brasília. Aí, eles erraram. Porque eles suspenderam o interrogatório no meio, ou seja, eles estão

perdendo tempo. Eu fui para lá. Então, quando recomeçou o pau, eu já tinha tido uma vantagem, porque os meus pontos todos...

M.M. – Já estavam desmobilizados.

H.P. – Eu tinha ponto com Bruno, Antonio Carlos Bicalho Lama, tinha ponto com Crioulo e tinha o meu ponto e o meu *aparelho* com João Henrique. Quer dizer, quando eles chegaram na minha casa aqui na Água Fria, já o João Henrique estava fora. Mas o filho da puta [fala baixo] não levou os mapas. [ri] Que era mapa da represa de Gurapiranga, não sei o que, essas coisas, não é. [ri] Ou seja, eu tive que explicar mapa, que eu nunca fui engenheiro na minha vida. Bem. Então... Quer dizer, os caras da OBAN foram, fizeram... aí, fizeram o interrogatório, era nítida a diferença de qualidade. Quer dizer, como é que eram feitas as perguntas e tal. Os caras tinham cuidado... Por exemplo, eu tenho marcas no corpo até hoje; mas os caras da OBAN não me deixaram nenhuma marca, nenhuma. Eles tinham um cuidado... Porque eles tinham, botava médico e tal, “não pode mais, não; segura, suspende”. Sempre tinha um cara ali. Era um negócio profissionalíssimo, digamos assim. Então eles fizeram o interrogatório. Só que havia também uma disputa de preso sabe – não, o preso é meu, não é seu – essa coisa toda. Então, os caras que tinham feito os primeiros interrogatórios chegavam, às vezes com uma informação nova... Porque, nesse momento, eles tinham prendido a minha irmã, tinham prendido várias outras pessoas daquele grupo de teatro lá de Porto Nacional. Era uma coisa completamente absurda, porque...

M.M. – É. Prendiam muitas pessoas que não tinham nada a ver.

H.P. – Não a ver. Não a ver. E daí é que deriva... Porque cada repique, os caras vêm com tudo. Mas o que é que importa aqui? Eu acho que eles deram como concluída essa etapa quando eles abriram o *aparelho* aqui. E eu não entendia muito bem como é que eles tinham conseguido isso, tal. Mas... Só muitos anos mais tarde é que eu fui desvendar isso. Bem. Aqui, é importante a gente se deter rapidamente sobre esse cidadão, o João Henrique. É um médico. Ficou conhecido por uma capa da *Isto é*, com o nome de *J. O cachorro da repressão*. Que era o termo que eles usavam para agente infiltrado. Bom. Esse cara, ele sai do *aparelho*, passou por Curitiba, na casa do meu irmão, que era conhecido dele, pediu ajuda financeira e foi para a Argentina. E no período em seguida, ele fez contato com a família dele – e ele estava pensando em ir para o Chile, inicialmente; mas o irmão dele fez um acordo com a repressão. “Assim não, o que é isso. Vamos chegar a um acordo, eles não vão fazer nada.” E aí trouxeram ele de volta.

E ele fez o acordo. E esse cara fez um estrago monumental na ALN. Entregou todo mundo. Eu só vou saber disso algum tempo depois. Eu tinha os indícios, não é, das peças. Essas coisas não acabam nunca. O ano passado, por exemplo, eu descobri que não existia o meu nome registrado na carceragem da Tutóia. Ou seja, eu passei em três momentos por lá, num deles foi de 27 de março até outubro de 1973, o ano mais violento, e não tinha o meu nome registrado. Ou seja, eu não existia. Os caras me tinham na mão: mata ou não mata. Bem. Então o João Henrique voltou e passou a prestar esse serviço. Por que eu mencionou isso? Eu acho que importante porque isso tem a ver com o meu próprio processo, que vai ser: eu vou... Isso deve ter sido no mês de julho. É isso. Me lembrei. Não. Foi 10 de junho que eu fui preso. Durante todo esse mês, foi essa coisa que eu relatei aqui. Julho, eu fico em Brasília. Quer dizer, eu volto... Eles me devolvem para o PIC. Nesse momento, a minha irmã Dagmar estava presa do 10º BC., e é libertada.

M.M. – Mas ela tinha envolvimento direto ou era da periferia?

H.P. – Não. Era assim. Quer dizer, ela era professora de matemática e era culpada de ter dois irmãos que estavam na clandestinidade. Ponto. Não tinha ligações. Aí eu vou ficar os meses de julho, agosto e setembro em Brasília, que é um período de mais ou menos tranquilidade, em que eu vou conhecer Genoíno. Ele tinha chegado de Xambioá, tinha ido e voltado e tal, nós vamos ficar numa cela, junto com outros quatorze, quinze presos. Com gente ligada ao PCB. Particularmente, Geraldo Tibúrcio, Sebastião Bailão, que eram dirigentes estaduais do PCB goiano, e uma figura notável, que também era dirigente, chama Alaor Figueiredo. Está hoje com mais de noventa anos. Eu faço esse registro pelo seguinte, porque... Teve uma ocasião em que nós estávamos nesse... no X-2, que eram essas celas coletivas, e tinham acontecido quedas sucessivas do PCB, de gente do PCB. E uma coisa que é muito curiosa é que a quantidade de espíritas ligados ao PCB era muito grande. Engraçadíssimo. Então, eu estava na cela, (Genoíno estava nesse negócio também) daqui a pouco, a gente viu, chegou aquela leva de preso. E pouco depois, a gente já estava de tempo, já era cadeieiro velho, não é, aí, o pessoal chega; daqui a pouco, eles estão se dando as mãos, fazendo uma corrente de pensamento positivo. [ri] E a gente começou a rir. “Ih! rapaz. Isso, aqui, não vale porra nenhuma. [ri] Eu, nesse momento, eu fui testemunha da atrocidade. Genoíno, por exemplo, chegar de sessão de interrogatório com quarenta graus de febre, crise de malária, e vindo da sessão de tortura. Um negócio bárbaro. Bárbaro. Aqueles caras não tinham limite. Mas aí...

Eu faço esse registro porque tem uma cena que é... eu poderia dizer que é cinematográfica. O Alaor Figueiredo que é o protagonista principal nisso. Porque, ali, você tinha o quê? Eu era dos velhos. Eu tinha vinte e quatro anos quando fui preso. Então chega, em pessoa, o general Bandeira, que era o comandante militar do Planalto. Ele era uma figura baixinha, nordestino, aquele tipo de pessoa sem pescoço. E é um sujeito que, ele mandava torturar, mas ele também gostava, ele próprio fazia, porque ele achava que tinha que dar o exemplo. Ele era um senhor absoluto das nossas vidas ali. E ele chegou e mandou abrir a cela. Abriram. Entrou, deu dois, três passos, aí os presos vieram. Era uma cela grande, comprida assim, eram dezessete beliches e tal. Eles vieram, fizeram um semicírculo, aí ele chega e diz assim: “Quem é de vocês que vai para a televisão se arrepender?” Foi aquele silêncio. Aí ele insistiu a segunda vez. Aí o Alaor, que naquela época devia ter uns cinqüenta e cinco para sessenta anos, e era um militante, portanto, já experimentado do PCB, ele disse assim: “General. A cela é o espaço do preso, portanto o senhor nem devia ter entrado aqui. O senhor dizer para esses meninos para ele se arrepender e ir para a televisão, eu até compreendo, embora ache que é um absurdo. Agora o senhor dizer isso para mim, que sou um militante comunista de muitos anos, é um insulto. Então eu quero que o senhor saia daqui, volte para o corredor, porque lá é que é o seu lugar.” O cara, ele ficou absolutamente sem gesto. Ele não sabia o que dizer, porque ele nunca imaginou na vida dele que um sujeito tivesse a grandeza humana daquele cara. Ele saiu, acabou história. Trancou a cela, nós fizemos uma festa depois disso. [ri] Quer dizer, porque era uma coisa de uma coragem, que você não encontra esquina. Isso é um negócio impar. Bom. Eu sei que eu fiquei muito amigo do Alaor. Inclusive, por algum motivo que eu não me lembro exatamente qual, eu fui punido, saí da cela coletiva, fiquei numa cela solitária. Era dia 27 de novembro, dia do levante de 35. O Genoíno estava tomando sol... O presídio lá, ele tem uma forma de ferradura. É um U com celas individuais nesse percurso e dentro da letra, dentro do U tem duas celas coletivas, às quais correspondem dois pátios para tomar sol. Pequenos e tal assim. Mas quem está na cela individual não tem negócio de sol. Bem. O Genoíno estava na cela coletiva. Eu estava punido, numa cela solitária. E aí, era o 27 de novembro, ele... A gente assobiava, se comunicava e tal. Aí ele foi e subiu na parede assim, na janela, e eu, vendo o movimento, subi na minha grade do outro lado do corredor; e aí, ficamos conversando, ele dizendo: “Você sabe que dia é hoje? Hoje é 27, dia do levante de 35.” Estava ele assim quando chegou o guarda e flagrou o Genoíno. [ri] E a parede era desse chapiscado, na hora que ele desceu, arranhou todo ele. E ele foi parar na cela solitária, para deixar de ser besta. [rindo] Foi

punido também. Mas eu fiquei... Depois desse período, eu fui levado para a outra cela coletiva. E aí, também, eu me refiro porque tem duas personagens importantes, para mim, para a região, sobretudo, ligados às lutas camponesas, que é José Porfírio, que eu vou conviver com ele durante um período curto, na cela, e Geraldo Max. Eram os dois líderes principais da rebelião camponesa da Trombas, em Formoso, nos anos 50. Aquelas coisas absurdas. Eles estavam sendo processados, o processo deles era sobre os fatos da rebelião de Formoso em 1956.

A. F. – Retroativo.

H.P. – É retroativo, é. Eu também fiquei amigo dos dois. Tem uma cena muito... O José Porfírio estava com sessenta anos, sessenta e um, por aí, e ele, o pessoal achava que ele era muito preguiçoso: ele não gostava de fazer ginástica. E precisa fazer porque senão não sobrevivi. Então... E o Geraldo Max, não, Geraldo Max era um negro alto, forte, mas já com problema de coração, circulatórios, tal. Quer dizer, ele tomava sempre um remedinho do interior que chama calomelano. Ele botava na língua assim, para segurar a onda. O Geraldo Max, todos os dias ele comprava uma briga com o carcereiro. Todo dia. E o nosso primeiro contato foi... facilitou, por quê? Eu cheguei, era noite, saí da cela solitária e fui para a cela coletiva. E na manhã seguinte... As coisas começam tudo muito cedo nos quartéis, quatro e meia, cinco horas. A guarda era composta de catalinas, que é aqueles grandão que vão para Brasília e tal. E o cara, na hora de distribuir o pão, ele botava o pão entre os ferros das grades. E o cara, por algum motivo que eu não sei, ele chegou com o cesto de pão e começou a jogar o pão dentro da cela. Eu fiquei louco! Aí, eu já estava de pé, eu peguei os pães que ele ia jogando no chão e ia jogando de volta. “Aqui dentro tem homens, não tem porcos”. Aí, berrou comigo, e aí foi... eu falei: “Eu não quero conversar com você. Chama seu dono.” Aí foi aquele pandemônio e tal. Até que apaziguaram os ânimos. A cela estava toda de pé já, dizendo o que é que está acontecendo aqui. Aí o Geraldo Max, que na noite anterior, na hora em que eu entrei, ele ficou absolutamente indiferente, sentado lá no beliche dele, na hora que terminou esse negócio, falou assim: “Vem cá. Quero conversar com você” [ri] Ele foi, me cumprimentou, falou assim: nós vamos ser amigos. Aí eu entendi por quê. Ele disse assim: “Nós temos que brigar todo dia contra os carcereiros.” E ele, todo dia, mesmo que não tivesse motivo nenhum, ele chegava ali, xingava a mãe do cara. Tinha que ter. Fazia parte do preparo físico, digamos assim. [ri] Então o Porfírio, ele gostava muito de conversar, era um cara muito cativante. Era desse tipo... Porfírio nasceu no Maranhão. Era um tipo branco, olhos claros, já muito pesadão,

e contava as histórias da luta do Formoso com muita economia, porque, na cadeia, não se faz isso, você nunca deve saber o que diabo levou as pessoas para ali. Então era muito... Mesmo depois que... enfim. Porque você não sabe com quem está lidando. Zé Porfírio leu um livro na vida. Ele tinha sido deputado, não é, estadual, por Goiás. Foi um dos primeiros cassados. Era um líder camponês dessa rebelião de Formoso. Que é uma luta importante nos anos cinquenta. Talvez, acho que junto com Porecatu, são as duas lutas mais significativas que o Partido conduziu naquele período. Ele leu um livro na vida: a Bíblia. E da Bíblia, o livro que ele mais gostava era o Apocalipse. [risos] Ele dizia assim: que o fim do mundo ia começar no Oriente Médio, porque lá o povo não pára de brigar nunca. E a bíblia diz que vai ser lá. [ri] Mas enfim. Como sabemos, eu saí da cela, dessa cela, no final do mês de março, dia 26 de março de 73; e o Zé Porfírio estava concluindo a pena dele, saiu do PIC com destino a Goiânia e nunca mais ninguém viu Zé Porfírio. Os caras sumiram com ele nesse trajeto. Quer dizer, ele saiu do PIC, mas não chegou aonde era esperado/ pela família e tal. Depois de muitos anos eu vou encontrar o Geraldo Max; e me fiz amigo, aqui em São Paulo, do filho de Zé Porfírio que estava preso junto com Beto, Fernando, Ivo, lá em Presidente Wenceslau. Bom. Essa parte encerra Brasília. Só tem uma coisa, que me parece que é importante porque revela o traço do regime como é que era. No dia 14 de novembro de 72 eu fui levado para a Auditoria Militar em Brasília, para prestar o meu depoimento. Vejam bem. Eu tinha sido preso em julho. Fui ouvido pelo juiz dia 14 de novembro. Eu denuncie, naquela ocasião, o assassinato, no 10º BC, enquanto eu estava lá, do militante do PCB, o Ismael Silva de Jesus. Foi uma sessão meio tumultuada; e o resultado dessa denúncia foi que eu saí da Auditoria e fui levado para uma câmara de tortura novamente. Aí, sem pergunta.

M.M. – Era punição.

H.P. – Era punição. Quer dizer, os caras não queriam saber de mais nada. Era por causa da denúncia. Ou seja, esse exercício estava na estrutura repressiva do regime, não era um negócio ocasional, fortuito, estava no cerne do aparelho propriamente. Bom. Então, eu saí dia 26 de março, dia 27 de março, entrei na OBAN novamente, aqui na rua Tutóia, e aí eu ficaria de março a outubro. Esse período é o período... quer dizer, Alexandre Vannuchi, lembra?, tinha sido assassinado na cela que eu fiquei, na cela forte. Ele morreu dez dias antes da minha chegada, ele morreu 17 de março. Eu fico um período... É uma estrutura bastante simples, muito típica das delegacias daqui de São Paulo. São três celas de frente, com um muro no meio

para que não se vejam os presos, e uma cela que era especial para mulheres, e uma cela forte ao lado. E ali eu fiquei esse período. Nesse momento, quem dirigia, quem comandava a OBAN era o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Eu sou testemunha de que ele é torturador, vi ele torturando pessoas naquele período, e até justificando. Tem o caso de um dentista chamado Osvaldo Rocha, que era um militante da AP, que um dia, estava na frente da cela, porque estava havendo uma movimentação toda – eles estavam tirando alguém da cela em frente, que não dava para ver por causa do muro –, aí passam uns caras carregando o que era um corpo, envolto num cobertor verde do Exército. E o Ustra estava por ali, elegantíssimo nos trajes de oficial, e ele chegou na frente da cela, disse assim: “Está vendo isso aqui? Tem três dias que ele está sendo interrogado. Não fala nada. Nós lidamos com informação. O que vocês querem que a gente faça?” Naquele momento, eu tinha... eu cheguei a ouvir o nome, e eu conhecia o Osvaldo Rocha (Dias) porque Osvaldo Rocha é lá da região também. E eu tinha uma visita semanal. Apesar de estar na OBAN, durante esse período de março a outubro de 73, eu recebia... não recebia lá a visita, eu era levado de lá para a Auditoria Militar, lá na Brigadeiro, aquela baixada perto do hotel ali, e lá eu recebi a visita do meu irmão padre e eu disse para ele, falei assim: “Osvaldo Rocha está sendo torturado. E, se não cuidar, morre.” E ele passou essa notícia para dom Paulo Evaristo, que falou com o comandante do Exército e salvou a vida desse rapaz. Quer dizer, está se dando uma coisa de... parece ser acidentes. Mas enfim. Depois, daí eu fui levado para o... Bom. Antes de sair da OBAN, é bom lembrar. Eu passei pela cela onde eles armaram a farsa do Herzog. A cela era tão baixa, Alexandre, que não dava. Tanto que a fotografia, ele está com os joelhos dobrados. Não tinha como. Não tinha como. Quer dizer, era uma coisa completamente. Dali eu vi eles chegarem com o corpo do meu companheiro Luís José da Cunha, o Crioulo. É uma coisa absolutamente indescritível, porque é um ritual bárbaro: eles dançavam em torno do corpo, no pátio, como animais. É uma coisa louca. Dava para ver por uma frestazinha assim. É uma cela no segundo piso. Bom. Morreu Luís José da Cunha, morreu Antonio Carlos Bicalho Lama, o Bruno, que eram meus companheiros da ALN. Naquele ano, vai ser morto também o Mata Machado, José Carlos Mata Machado, o Wright, o pastor, Stewart Wright. Quem mais? Bom. Quer dizer, foi um ano de ondas repressivas sucessivas. Iam para a USP, pegavam os estudantes, depois pegaram a AP, depois pegaram... Foi assim uma.. Bom. Depois disso, eu fui levado para o Hipódromo. E no Hipódromo, que era o primeiro momento que eu passei a conviver em São Paulo com outras pessoas. Sempre tinha ficado em cela solitária ou, mesmo que numa cela maior mas, às vezes, eu fiquei na maior

sozinho. E só depois que eu fui entender essas razões. Qual era o mecanismo de funcionamento. A OBAN não era lugar para preso ficar, era lugar de interrogatório. Fica lá o tempo estritamente necessário para que eles pudessem obter as informações, e despachavam. Aí o percurso era DOPS – Tiradentes. Era esse o percurso. Eu fiquei lá a primeira vez que eu fui, em 72, fiquei uma semana de interrogatório, não passei pelo DOPS, fui levado para o Tiradentes. Fiquei sem entender porquê. Depois, do Tiradentes, imediatamente, eles me puxaram para um novo interrogatório lá na OBAN. Aí eu fiquei mais uns dias. Depois, fui devolvido a Brasília para prestar o depoimento, no dia 14 de novembro. Muitos anos depois, eu fui concluir por que eu permaneci tanto tempo, de março a outubro. Porque eles imaginavam que eu sabia o percurso feito pelo João Henrique. Porque o João Henrique, naquele momento, estava entregando a ALN. Ele é responsável por dez ou doze mortes nesse período. Que ele ia e indicava o caminho para a repressão. Eu ainda não tinha isso claro. Quer dizer, eu tinha indícios, mas não podia afirmar nada porque... quer dizer, eu era interrogado sobre coisas que só ele sabia. Então... Enfim. Aí eu vou para o Hipódromo e fico lá o período que vai do final de 73 até o meu julgamento, no começo de 74, quando eu fui integrado a um... Eu fiz um recurso por meio de advogado, porque tinham dois processos simultâneos correndo, que versavam sobre as mesmas coisas, então... Quer dizer, eu não podia ser condenado duas vezes pelo mesmo delito. Aí, unificaram-se os processos, eu fui julgado aqui. Processo 100/72, da ALN. Aí eu fico no Hipódromo, que... vocês não imaginam. Aquilo era uma coisa assim... Devia ter uns quatrocentos presos. Imaginem o que é um navio negreiro em terra. É uma coisa aterradora, impressionante. E nós tínhamos uma ala separada para os presos políticos, que na verdade não tinha esse status até 74, não tinha, eles não admitiam que existia o preso político no Brasil, a figura era *os terroristas*. E naquele lugar eu conheci, uma figura que deve ser conhecida de vocês dois, Joel Rufino.

M.M. – Ah! sim.

H.P. – Estava lá. Estava lá Joel. Nós ficamos amigos e tal. O Joel tem uma grande virtude: é do Botafogo. Aí ficamos amigos. Tinham pessoas ligadas ao Partidão, Moacir Longo e outros, estava o Fábio Marengo lá também. Então fiquei um período no Hipódromo. Depois, teve uma rebelião no presídio; e o Nelson Guimarães, que é um juiz, dr. Nelson Machado Guimarães, que é o juiz da 2ª. Auditoria, identificou as digitais dos presos políticos na rebelião dos presos comuns no Hipódromo. E acabou por, na forma de punição, me tirou de lá, dizendo que eu

tinha participado daquilo, estimulado, tal. E eu fui então transferido para o Carandiru, onde estavam os meus companheiros da ALN, no mesmo processo. Pelo Hipódromo passou o Edibal Piveta, que era advogado de preso político e teatrólogo aqui, fundou o grupo Olho Vivo e tal. Hoje, é muito amigo. E tem um fato curioso. Lá no Hipódromo eu conheci Pelezinho, preso comum, que tinha sido preso aos dezesseis anos, portanto não podia estar ali; aos dezessete anos, ele matou um cara dentro da cadeia, porque o cara tentou estuprá-lo. Imagina. Um cara é preso e está numa situação ilegal, comete um crime lá dentro para se defender. Que é uma catástrofe, não é. Esse cara me procura... Ele varria a ala dos presos políticos. Um dia, ele chegou para mim, falou assim: “Você sabe escrever, então eu quero que você escreva uma carta para minha namorada. Eu arrumei uma namorada do pavilhão de lá. Mas eu não sei escrever.” Aí eu combinei com ele o seguinte: “eu faço a carta, mas com uma condição: você vai aprender a escrever.” Falou: “Eu topo”. E ele sabia falar com o alfabeto dos mudos. Era analfabeto mas podia falar com o alfabeto dos mudos, porque todo preso sabe. Todo preso sabe. Então, o método de alfabetização foi que eu falava assim: esse gesto aqui vale um a, a se escreve assim. [ri] Aí nós fomos fazendo. Até que um dia ele chegou e disse “eu escrevi uma carta para minha namorada”. Foi uma grande vitória do proletariado. [ri] Aí foi solto, em circunstâncias que eu não sei quais, saiu do Hipódromo. Quando eu cheguei na Casa de Detenção no Carandiru, eu estou descendo um dia para o sol, o Pelezinho vem subindo em sentido contrário. [ri] “Ué, o que você está fazendo aqui, meu filho?” [ri] “Ih! dei bobeira.” Tinha ficado um mês solto. Tinha arrumado um outro e tinha sido preso novamente. Pelo amor de Deus! Bom.

M.M. – E vamos chegar ao PT.

H.P. – Estou vendo, não é, estou vendo que vocês vão ter que conversar um ano comigo. [risos] Isso é 74. 75 eu vou... Quer dizer, fico no Carandiru junto com os companheiros, a gente faz uma greve de fome. A punição: nós somos transferidos da Casa de Detenção para a Penitenciária do Estado, um lugar que era assim: vinte e duas horas na cela solitária e duas horas de sol, diariamente. Foi o ano da meningite, 75. A gente fez a greve de fome e nós, pela primeira vez, nós ganhamos uma greve de fome. E... Imagina como a vida é. Nós fizemos uma greve de fome para conquistar o quê? Uma cadeia para os presos políticos. Essa era a reivindicação central. Conseguimos. Então nós fomos, depois de cento e dez dias na Penitenciária do Estado, nós fomos devolvidos para a Casa de Detenção, enquanto se ultimavam as celas do do (Brasília) e do Barro Branco, lá na zona norte. Aí fizemos... Fomos

transferidos para lá, inauguramos aquele presídio no início de 76. Ali estávamos quarenta e dois presos. E tínhamos, pela primeira vez, condições mais decentes, digamos assim. Eram quatro celas, nós estávamos divididos nessas quatro celas, mais um refeitório, um pátio, coisa bastante simples; tinham três celas fortes, a gente cuidou de preencher as celas fortes imediatamente [ri] com livros, porque aí as famílias podiam trazer livros e tal, e outros materiais nessas celas; e tínhamos uma oficina para trabalhar material de couro: sandália, cinto, bolsa, para ajudar as famílias de quem precisava mais. Tem um fato que tem importância para as conversas futuras, que ainda ocorreu na Casa de Detenção, que é a visita de Pedro Casaldaglia; que ocorreu assim de uma forma surpreendente, que acabou estabelecendo um vínculo que vai ter desdobramentos muito importantes, no futuro, para a minha vida.

A. F. – Pela cronologia, a essas alturas você já tinha começado a escrever.

H.P. – Já. Eu comecei a escrever na OBAN. Eu comecei a escrever na OBAN mas absolutamente precário. Eu roubei uma caneta... Você não podia ter nada na cela. Esconde e tal. Mas era uma sala de interrogatório, os caras me deixaram sozinho e eu catei. E eu escrevia, eu escrevi os primeiros textos no único papel que eu tinha, que era ou papel higiênico ou papel de cigarro. Eu nunca fumei. Mas eu pedia, os outros presos tinham, me davam o papel do maço de cigarro, porque, aí sim, ficava mais fácil esconder, e aí eu escrevi alguns dos primeiros poemas. Mas eu sempre tive o cuidado de memorizá-los, porque senão... quer dizer, as revistas... Aí foram... Tanto que os primeiros poemas, os poemas do primeiro livro, todos eles têm as datas e tal, quase todos eles se referem a fatos vividos na OBAN, no ano de 73. Quando Pedro Casaldaglia vai ao Carandiru, ele... Eu não tinha visita prevista para aquele dia. Eu não tinha família aqui, o único parente próximo era meu irmão padre, que também viajava e tal, não ia sempre. Então, de repente, o pessoal já tinha descido, e só descia quem ia receber visitas, aí, alguém chega da administração da carceragem e diz: “Tem uma pessoa que quer visitar você.” E eu fiquei sem saber quem era. Quando eu descí, era o Pedro, que tinha se apresentado “não, é meu amigo!”. [ri] Ficamos amigos a partir daquele momento.

M.M. – Ele foi te visitar por quê?

H.P. – Porque é da região próxima da minha e muito amigo do bispo da minha cidade, que era amigo da minha mãe e tal. Então ele ficou sabendo que eu estava lá. E ele estava aqui em Itaici para os encontros da CNBB, resolveu que ia fazer essa visita. Bom. Nesse período também aparece um outro personagem que é muito importante, que é o cara que tira parte dos

poemas, que é padre Renzo Rossi, um italiano, que ficou muito conhecido; até, a vida dele é objeto de um livro escrito pelo Emiliano.

A. F. – Ele é...

H.P. – Da Bahia. O nosso companheiro Emiliano. Eu fiquei muito amigo do Renzo, ele conheceu os poemas e aí começou a ajudar a tirá-los, ele e o Luís Eduardo (frei Roque). O Luís, durante o período mais duro da penitenciária... Naquela época, eles fabricavam uma caneta, Bic escrita fina, que era amarelinha assim, a capa era opaca, então, eu escrevia os poemas no papel de cigarro, bem... e envolvia o refil, e ele trazia uma caneta igual; e durante a entrevista, eu punha em cima da mesa, pegava a caneta que ele trazia e ele pegava a caneta que eu deixava. E aí, cada semana, ele tirava um, dois poemas assim, com esse método. Que são os poemas do primeiro livro, os poemas do *Povo Brasileiro*. Essa parte foi muito na Casa de Detenção e na Penitenciária do Estado. E depois no Barro Branco, onde as condições eram melhores. Bom. No Barro Branco nasce Pedro (Chera). Porque a gente começou a fazer coisas... Aí tem, na documentação a respeito da época tem, coisas que os presos políticos faziam. Por exemplo, cartões de natal. Tem cartão de natal feito com xilogravura, a gente fazia lá, e, em geral, os textos eram meus. A assinatura é HPS. Bom. Mas eu tinha uma dificuldade grande para mandar os poemas para fora porque passava pela censura da cadeia, aí eles não entregavam. Então eu escrevia para o meu irmão, na realidade para experimentar. Escrevia para o meu irmão, eu dizia: olha, eu encontrei aqui entre os livros que a gente tem os versos desse cara, que, eu não sei, acho que deve ser espanhol, pelo nome e tal – botei: e como a censura cassa a inteligência... Passou. Então, assim também saíram alguns poemas desse primeiro livro. Bom. Tem uma outra coisa importante. É que nessa época eu conheço a Cristina, minha primeira mulher, mãe dos meus filhos, que vem a ser irmã do Alexandre Vannuchi (). Nessa época, ela ia visitar o primo, que é Paulo Vannuchi, que hoje está lá no ministério, para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. E esse período, é um período em que a gente tem um acesso maior a informações, a gente fez uma produção grande de denúncias. Da situação da Penitenciária do Estado, que era desumana, nós tiramos um documento bastante importante, com a ajuda do dr. Sobral Pinto, que foi nos visitar uma determinada ocasião e ele que tirou o documento. Saiu clandestinamente. E ele falou assim: “Não. É comigo mesmo. Eu levo.” Foi uma coisa também muito *legal*. Parece história de filme. Nós redigimos o documento e botamos ele dentro do tubo de uma garrafa térmica; e dr. Sobral Pinto estava recebendo, ele

dizia assim: “Eu quero falar de um por um”, os quarenta e dois. E o cara mais filho da puta, o carcereiro que estava de plantão aquele dia. Então, a combinação nossa era essa: num determinado momento, a gente vai pedir o café, e aí, na hora que for levar o café para o dr. Sobral Pinto, a gente leva a garrafa que tem o documento dentro. E a sala do advogado é vedado, ali a polícia não entra. Era o espaço de liberdade, dizia o dr. Sobral. E na hora que ele chegou, eu estava com ele, abri o fundo da garrafa térmica e tirei o documento; ele botou dentro da pasta dele. Pouco depois, aquele documento foi publicado pelos jornais americanos. Tinha um cara chamado Jack Anderson que escrevia, a coluna dele era reproduzida em muitos jornais dos Estados Unidos, e que acabou pegando isso; e foi um puta de um... repercussão importante para nós. É aí que eu vou terminar o período. Quer dizer, ainda, em final de 76, nós fomos, um grupo do qual eu fiz parte, nós fomos levados para o DOPS, como uma medida... Eles inventaram um negócio lá contra nós, de insubordinação, mau comportamento, coisa do estilo. Ficamos alguns dias no DOPS, dez, quinze dias, depois voltamos para o presídio de Barro Branco. Eu entrei com o pedido da condicional. Foi negado. Na verdade, eu já podia ter obtido, porque eu era réu primário. E o Nelson não deu. Eu fui libertado em março de 1977; portanto, a três meses de... para cumprir os cinco anos integrais. Bom. Eu saí, quem me acompanhou na saída, estava o filho do José Porfírio, o Reinaldo Morano, é um psiquiatra daqui de São Paulo, que foi presidente do CAOC daqui, e mais três companheiros. Eu me refiro aos dois porque o Mané Porfírio saiu daqui comigo para Goiânia, onde iria procurar o pai. E aí, saímos daqui, fomos para Goiânia. Aí meu irmão mais velho foi me buscar em Goiânia e me levou para Porto Nacional. Quer dizer, isso encerra esse ciclo.

A. F. – Hamilton, a tua família como é que estava nesse período, teu pai, tua mãe?

M.M. – Eles continuavam... A sua família sempre permaneceu em Porto Nacional.

H.P. – Sim, permaneceu lá. O meu pai, eu diria o seguinte, não alterou... ficou um homem... soturno. Minha mãe não queria mais viver. Nos anos anteriores, o meu irmão padre teve que permanecer um longo tempo lá na casa porque... ele dava comida para ela na boca, porque ela se recusava, não queria mais...

M.M. – Entrou em depressão.

H.P. – É. Era absolutamente indiferente a qualquer coisa e tal. Bom. O quadro familiar era: eu estava preso, o Atos tinha ido para o Chile, a Dagmar, que é a filha, a única filha mulher,

estava no exílio também; quer dizer, ela saiu, foi para o Chile, do Chile foi para o México, do México foi para a Bélgica. Esse foi o percurso. Então eles vão voltar só em 79, com a anistia. Então, o retorno significou, eu diria assim, um impulso para mais vinte anos de vida, os dois. Os dois morreram com noventa anos, a uma diferença de seis meses um do outro, mais ou menos. Meu pai morreu primeiro, ela morreu em seguida. Mas assim, quer dizer, eu fui libertado em 77, a Dagui (Dagmar) e o Atos chegaram em 79.

M.M. – E aí, quando você saiu da prisão, como é que foi esse período depois...

H.P. – A primeira coisa que eu fiz quando sai da prisão foi uma filha. [risos]

M.M. – Você casou logo depois.

H.P. – Eu casei... Eu saí em março, casei formalmente no mês de junho e a minha filha nasceu em dezembro. [ri] Foi um negócio absolutamente urgente. [risos] Nasceu Ana Terra, minha primeira filha, em... em novembro. Tem um fato importante aí, que é: ao sair da prisão, aconteceu uma coincidência: eu fui para o convento dos dominicanos nas Perdizes, onde morava o meu irmão, e ali estava de visita, de passagem, dom Tomás Balduino, que é amigo da minha família, etc, e dominicano também. E o dom Tomás me... Nós tínhamos vivido um caso interessante no final de 76, que teve repercussão porque... Houve uma troca de correspondências entre o Tomás e eu e Tomás e o Paulo Vannuchi, que foi objeto de denúncia por parte do Erasmo Dias, que “os bispos católicos, esses comunistas enrustidos, estavam se correspondendo com os terroristas”. Então... Eu escrevi uma carta, em 76, para dom Tomás, por ocasião do assassinato do padre João Bosco Bournier. E o dom Tomás respondeu essa carta para mim; e a censura da cadeia pegou, entregou para o Erasmo; o Erasmo botou no *Estadão*, na *Folha*, etc. e tal. E... Enfim. Ele conhecia a minha família. Quando eu estava no convento das Perdizes, foi no dia em que foi anunciado o *pacote de abril* pelo Geisel, ele perguntou para mim assim: “Você já tem trabalho?” Falei “Não. Eu estou saindo da cadeia.” “Eu te arrumo um. E você precisa, porque você não pode ficar lá em Porto Nacional, porque os caras vão sumir com você.” Aí me arrumou trabalho.

[FINAL DA FITA 2]

A. F. – Você estava contando do emprego que o dom Tomás ofereceu.

H.P. – Falou: eu preciso de alguém que saiba escrever, que não exija um alto salário, ou seja, eu estava começando uma nova vida em duas instituições que não ia me dar trabalho, a

Igreja Católica e a outra que ainda estava por nascer, que é o Partido dos Trabalhadores. Bem. O que é que ele queria? Ele queria que eu dirigisse o boletim do Conselho Indianista Missionário (CIM), que depois ia se transformar num jornalzinho, que é publicado até hoje, chama *Porantim*. Bom. Então fui para Goiânia. A partir do mês de agosto, eu me casei com a Cristina, saí de Sorocaba com ela, ela, evidentemente, já grávida, nós fomos parar em Belém, de ônibus. [ri] Participamos de um curso de indigenismo que o CIM oferecia ali, um pouco para dar entrada no trabalho. Ficamos lá em (Anaibiura) durante uns dez, quinze dias, voltamos. E passamos a morar em Goiânia, junto com uma figura maravilhosa chamada Antonio Carlos Moura, que foi depois deputado estadual pelo PT de Goiás. Ele era militante cristão, era a base de apoio de Pedro Casaldaglia em Goiânia. Foi correspondente do *Estadão* lá no estado durante muito tempo. E era o cara que organizava aqueles núcleos de apoio do jornal *Movimento*. Ele escrevia no *Movimento* e ajudava no esquema de venda, juntar militância, etc.. A partir dali, eu acho que aí tem importância eu fazer referência, ainda, ao período da prisão, vocês não se espantem, mas é indispensável. Nós tínhamos uma espécie de divisão de trabalho, a partir do momento em que a gente teve acesso a jornais. A gente dividia por áreas: notícia sobre movimento operário – alguém... notícia sobre o parlamento – alguém se encarregava, etc. de ir organizando aquilo; a gente cortava tal, pegava... E eu fiquei encarregado de três coisas, que eram: área indígena, conflito de terras e conflito de trabalhadores rurais. Isso aí, para mim, para o que ia se seguir, foi muito importante.

M.M. – Acumulou um capital de conhecimento.

H.P. – Exatamente. Porque, quando eu saí, eu mantive os vínculos com os meus companheiros de organização, da ALN, no meu processo. Quer era Paulo Vannuchi, Reinaldo Morano, Gilberto Beloque, Mané Cirilo, Ariston Lucena, que a gente um pouco adotou...

M.M. – Eles saíram ao mesmo tempo ou continuaram na prisão?

H.P. – Alguns continuaram. Alguns saíram antes de mim, outros, depois. E alguns saíram só em 79 com a anistia.

A. F. – Deixa eu te perguntar uma coisa sobre isso. Nesse momento, você mantinha um vínculo com os companheiros; mas, enquanto organização, existia alguma coisa?

H.P. – Existia. Existia.

M.M. – Ainda era a ALN.

H.P. – Se mantinha. Não era aquele negócio... Quer dizer, nós passamos na cadeia, e eu acho que isso teve um valor importante para o que ia acontecer depois, que é o seguinte. Nós realizamos, ainda na prisão, um processo autocrítico a respeito da luta armada. E tanto que cada um que saía já ia, de comum acordo, determinado para uma certa área de trabalho, com vistas à militância.

A. F. – Um trabalho de base.

H.P. – A um trabalho de base. Basicamente foi isso. Quer dizer, nós vamos passar por... Tem até um negócio que...

M.M. – De uma certa forma então se mantinha a identidade da ALN.

H.P. – Isso.

M.M. – Ainda que com uma outra estratégia política.

H.P. – Isso. Exatamente. Quer dizer, sai da cena a sigla, mas o vínculo político estabelecido que nos unia e que unia as convicções a respeito do processo anterior estavam vigentes. E...

M.M. – Vocês fizeram contato também com militantes da ALN de outros estados?

H.P. – Sim. De outros estados, e gente que tinha ou não tinha passado pela experiência da prisão. Então isso tem um valor importante, digamos assim, para o efeito dessa conversa nossa porque, eu saio da prisão e vou trabalhar, especificamente, numa área que eu tinha, digamos, acompanhado, ainda que precariamente, quer dizer, por leituras e tal e pelos jornais, que era a área indígena; e junto com o organismo da igreja católica (que era no mesmo espaço físico inclusive) que se dedicou, que foi fundamental para a reorganização dos movimentos de trabalhadores rurais no Brasil, que é a Comissão Pastoral da Terra.

M.M. – Você vai entrar nas CEB.

H.P. – Sim, sim. E particularmente na CPT. Quer dizer, eu passo a... Já em 77 eu ajudei a redigir as linhas de ação da CPT, na assembléia que ocorreu no final do ano. Eu redigi junto com Ivo Poletto e Casaldaglia o texto das linhas – que eles não chamam resolução, chamam linhas de ação – na assembléia da CPT que é de 77. Bem. Então eu me dedico, nesse período, ao trabalho do boletim do CIM, vou viajar muito pelo país, porque era um trabalho de base, era muito exigente, e é uma experiência extraordinariamente rica eu diria para as esquerdas

brasileiras. Porque a igreja brasileira, naquele momento, estava vivendo, eu imagino que em quinhentos anos, o momento em que ela teve a maior identidade com os interesses populares. Ali estava, digamos assim, no momento alto a ação de uma geração de bispos, como nunca houve em quinhentos anos, porque você tinha...

M.M. – E também, até em outros países. () daquela magnitude.

H.P. – Sim. Daquela magnitude, exatamente. Quer dizer, você tinha Paulo Evaristo aqui, você tinha Valdir Calheiros no Rio, você tinha Tomás Balduino em Goiás, Pedro Casaldaglia no Mato Grosso, dom Fernando Gomes em Goiânia, Alano Pena no Pará, em Marabá e Conceição do Araguaia, dom José Maria Pires em João Pessoa, dom Hélder Câmara no Recife, dom Fragozo em Carapeús, no Ceará, enfim, você tinha esse time dentro da CNBB, além dos dois Lorscheider, que eram as duas referências mais importantes do ponto de vista da instituição: Luciano Mendes. Enfim. Havia um grau... quer dizer, a igreja havia se convertido, a Igreja Católica, num espaço protegido da repressão, onde muitos militantes de esquerda de diversas denominações, orientações etc. podiam trabalhar, realizar o trabalho de base com a população trabalhadora, seja no campo, seja na cidade.

M.M. – A igreja, na verdade, ela funcionou como um pólo de condensação dessas forças políticas.

H.P. – É. Eu avalio que há um processo. Assim, não é uma escolha a frio disso, é o processo; que é cheio de contradições, porque, vamos lembrar – a Igreja Católica estava na rua com *a Família pela Liberdade* em 64. Em 66, a polícia invade o convento dos dominicanos em Belo Horizonte para impedir que se realizasse o congresso da UNE. Aqueles caras lá, que me expulsaram do seminário, [ri] Mateus Rocha e tal. Quer dizer, já tinha começado a haver um movimento no sentido programático por aí.

A. F. – Rápido, não é.

H.P. – É. Foi muito rápido. 68, 69, quer dizer, quando dom Paulo assume aqui, ele assume... ele se paramenta como arcebispo da cidade e vai visitar o Tiradentes, vai visitar o Beto, o Fernando, o Ivo etc., ali. Ou seja, era um negócio já de... ali, já era um momento de confronto, de marcar posição: olha, isso não toleramos. Bem. E, enfim, quer dizer, todas essas ações, que no episódio Alexandre Vannuchi o dom Paulo desempenhou papel principal, como no caso do Wladimir Herzog também. Então, naquele momento, muita gente ligada fosse ao

MEPE, ao PCBR, ao PC do B, essa gente toda, gente como eu, que apesar de não ter a sigla ALN, mas eles sabiam que a gente...

M.M. – Qual era a sua origem.

H.P. – Qual era a minha. Quer dizer, estamos aqui. E não questionavam isso. Então isso, por um aspecto. Agora o outro aspecto que me parece, também, favoreceu muito digamos esse ressurgimento dos movimentos, e aí, particularmente no campo, mas não só, que é o caráter ecumênico dessas organizações, tanto o CIM como a CPT. Em outros lugares a Igreja Católica não conseguiu avançar. Mesmo na CPO, Comissão de Pastoral Operária, que era mais fechada. A CPT nunca se definiu como uma comissão cristã. A CPT se define é como um órgão pastoral de apoio a interligação das lutas dos trabalhadores, cristãos ou não. Isso aí abriu um horizonte imenso de trabalho para nós que estávamos chegando ou do exílio ou da cadeia ou estávamos, alguns estavam na clandestinidade, etc. etc. Então, a minha base vai ser Goiânia, eu passo a morar em Goiânia, passo a trabalhar no CIM, sempre fazendo contatos com os remanescentes da prisão e outros que não. Por exemplo, esse grupo ao qual eu pertencia e conversava e discutia política etc. mantinha contatos com o José Dirceu, que ainda estava na sombra, estava clandestino ainda.

A. F. – No Paraná.

H.P. – Isso. Lá no Paraná. E com outros companheiros e tal, que vinham dessa mesma vertente que gerou a ALN MOLIPO – Movimento de Libertação Popular, que é uma fração da ALN, que ocorre com a vinda dos vinte e oito para cá em 1971. Bem. Qual foi o trabalho imediato? Isso tem a ver com a sua pergunta, que aliás é o objeto dessa *larga* entrevista. [risos] Qual que era a tarefa estratégica? Quer dizer, nós tínhamos que enfrentar. No campo das políticas indigenistas, surge um personagem, chama Rangel Reis, que era ministro do Interior, que ele chega a dar a seguinte declaração, “dentro de quinze anos não haverá mais índios no Brasil. Nós vamos emancipá-los” [ri] E eu inventei o seguinte. O Ministério do Interior não quer emancipar os índios, ele quer emancipar as terras dos índios. [ri] Então nós começamos uma luta contra a falsa emancipação dos índios. Essa foi a luta estratégica naquele momento. Então era o apoio do CIM ao trabalho de regularização e reconquista das terras indígenas que estava ameaçadas, seja pela Volkswagen que tinha invadido, seja pelo Grupo Silvio Santos que tinha invadido, seja por lutas entre tribos, entre comunidades indígenas, como no caso dos Tapirapé, os Caiapós combatiam os Tapirapé, essas coisas, seja contra garimpeiros que

invadiam, seja contra madeireiros que invadiam, como ainda hoje ocorre. Bem. E isso se dava num período de muita radicalização. É bom lembrar que no ano de 76 ocorreram dois assassinatos, quer dizer, o caso do padre João Bosco Bournier, que trabalhava com os índios Bacairi e que foi assassinado. Ele foi assassinado por um sujeito chamado Ezi Ramalho Feitosa. E Ezi Ramalho Feitosa matou o padre João Bosco pensando que estava matando dom Pedro Casaldaglia. Eles estavam um do lado do outro. E o Pedro estava, que nem eu, *assim*. E o padre João Bosco, que era um sujeito de mais idade e tal, estava de batina, então ele pensou que o outro que era o bispo, matou o padre João Bosco. E, antes, tinha sido assassinado, dentro de uma aldeia Bororo, o padre Rodolfo Lungenbein. Ou seja, havia um confronto muito forte ali. Esses temas todos eram altamente politizadores, no período. Quer dizer, a esquerda se apropriava desses temas para fazer a disputa pela democracia, pelo respeito às populações trabalhadoras, etc. etc., com o amparo, o escudo da igreja. Bem. Resultado. A partir dali... Quer dizer, o escritório do CIM, ele funcionava dentro do escritório da CPT, era uma sala a mais. Eu produzia o boletim mas eu participava de tudo que era atividade da CPT, que aí estava ligado com os trabalhadores propriamente, os trabalhadores rurais; que viveu naquele momento o processo de construção das chamadas oposições sindicais rurais, que vão dar os primeiros passos no sentido da disputa dos sindicatos pelegos etc., que eram... e no campo, é bom lembrar, os sindicatos de trabalhadores rurais eram uma calamidade pública. Só para a gente lembrar, o ano em que mais se fundou sindicato de trabalhador rural no Brasil, na história, foi o ano de 1970, ano Médici. Quem fundava era o Incra, não eram os trabalhadores. E o sindicato era um espaço para... era um gabinete de deputado. A isso se resumia.

M.M. – Não esquecer que os sindicatos estavam dentro do Sindicato Rural...

H.P. – Isso. Dos próprios patrões. Bem. Então a gente foi começando a construir; e a CPT, naquela altura, ela estava começando a se expandir e indo para todos os estados do Brasil onde as dioceses tinham certa sensibilidade para o tema. Ocorre que aquele era o momento de maior sensibilidade, porque a CNBB estava, digamos, dirigida pelo setor mais progressista da igreja no continente. Eu não tenho dúvida disso. Ao lado disso há uma produção teórica, do ponto de vista da Igreja Católica, que é fecunda e é precisamente mais fecunda aqui: é Boff, é o Clodovis, é o Peloso. Quer dizer...

M.M. – É uma percepção teológica e teórica em cima dessa prática.

H.P. – Isso. Exato. Em cima dessa prática. Bom. Então eu mergulhei de cabeça nisso aí. Como eu estava ligado ao Secretariado Nacional da CPT, eu ia para tudo que é estado do Brasil, para fazer as reuniões, as articulações, as conversas e tal, ao mesmo tempo em que eu mantinha com aquele grupo existente da ALN, os remanescentes, mantínhamos um diálogo, em que outros companheiros da ALN estavam trabalhando aqui, na periferia de São Paulo, na Zona Leste, na Zona Sul, procurando estimular o trabalho de base. Muita gente estava trabalhando no Instituto (Sedes Sapientiae), naquele período. E nessas oportunidades em que eu fui para os estados, diferentes estados do Brasil, eu ia desde apartar briga de pobre... [ri] Teve um caso, que é o momento em que eu chego em Glória, na Bahia, tinha uma briga entre a comunidade indígena Pancararé e o sindicato local; e eu, explicando para eles: olha, se vocês dois brigam, os dois saem perdendo, quem sai ganhando é o latifundiário, não sei o que e tal. E todo mundo prestando muita atenção no que eu dizia. Aí, terminei a minha fala, o presidente do sindicato –, um sujeito moreno, forte, que a moenda tinha comido o braço dele, ele só tinha o toco do braço esquerdo, Silvestre – Silvestre disse para mim: “Não, a gente sabe do que o senhor está dizendo” e tal. Falei: “É. Mas, se você sabe, por que é que a gente não consegue resolver isso? Você é o presidente do sindicato” e tal. Aí ele falou assim: “Não. Eu sei, porque eu já trabalhei muitos anos de cacique.” Tinha trabalhado de cacique dos índios. [ri]

A. F. – Trabalhado de cacique é ótimo.[ri]

H.P. – Trabalhei de cacique. Agora, estou desse lado de cá. Agora, eu sou o presidente do sindicato, mas eu já trabalhei de cacique. [rindo] E eu peguei minha sabedoria, botei minha viola no saco... [rindo] Não adianta mais. Vamos mais devagar. Vamos ver se a gente se entende. Quer dizer, isso permitiu que a gente...

M.M. – Essa experiência toda foi um aprendizado fantástico.

H.P. – Foi grande, foi um grande aprendizado, porque...

M.M. – Porque essas pessoas de esquerda viviam, na verdade, muito isoladas dessas coisas. Era uma prática de ficar aquelas discussões teóricas de grupo. E aí vocês estavam dentro do movimento social mesmo.

H.P. – Dentro. Exatamente. Quer dizer, e com uma vantagem, que era a amarga experiência anterior, não é, e alguma possibilidade de leitura. Ou seja, quando a gente chega para fazer o diálogo com os trabalhadores, que é um momento impar na história da esquerda

brasileira, nós tínhamos acumulado alguma experiência, então... quer dizer, o Beto, por exemplo, que era ligado... a experiência anterior dele era ligada à ALN, onde ele estava? Ele estava na Pastoral Operária, junto com o pessoal que, depois, ia resultar nas greves do ABC. Quer dizer, ele passou por Vitória um período e tal, depois veio para cá. O Paulo Vannuchi, que era ligado à ALN, estava trabalhando na Zona Leste, na Zona Sul, na organização de movimento contra a carestia, movimento de educação, etc. etc, via (Sedes Sapientiae). Enfim, e eu estava junto com o pessoal da CPT, que vai ser um pouco matriz de dois movimentos importantes para o campo. Primeiro, o movimento que vai resultar na constituição dessas articulações das oposições sindicais, que gente vai, aos poucos, nós vamos conquistar sindicatos, federações, e até chegar na Contag, depois. Quer dizer, esse processo é matriz geradora, no campo, da construção da CUT. Outro aspecto importante que é, esse trabalho da CPT, ele vai estimular o nascedouro daquilo que será mais tarde o movimento pelos sem terra. Que é dali. O João Pedro Stédile trabalhava junto comigo na CPT, produzindo textos de análise econômica, nesse período, no comezinho dos anos 80, quando nós estamos começando a fazer a legalização do partido etc.. Quer dizer, é naquele período. Então nós trazíamos uma espécie de compromisso – isso nunca foi escrito em lugar nenhum – mas, aqueles remanescentes da experiência de prisão, que tínhamos feito a autocrítica da luta armada, vimos a necessidade de estabelecer essa experiência de contato direto com as lutas sociais dos trabalhadores, que estavam pipocando por todo lugar. Qual era o compromisso? Não assumir cargo de direção. Esse era o compromisso. Quer dizer, fique para realizar o trabalho de base, porque as direções, nós temos que formá-las, ajudar a formá-las. Esse era o compromisso. O resultado disso é que nós vamos nos aproximando daquilo que o movimento operário do ABC começa a polarizar, com maior rapidez do que outras antigas organizações de esquerda que não tinham feito esse processo de autocrítica que nós fizemos. Eu me refiro aqui, agora, não como um corpo, aos militantes que pertenceram à ALN. Se você for olhar o conjunto deles, você vai encontrar um que outro que não foi se engajar na construção do PT na primeira hora. Diferentemente de outros, que viram o movimento do ABC, alguns, como “eles são adversários”. Quer dizer, o pessoal ligado ao PCB não ia nunca, jamais.

M.M. – Jamais. Mesmo o MR-8.

H.P. – Isso. MR-8, PCB, PC do B. Quer dizer, o PC do B, que vivia a sua crise em razão da avaliação da guerrilha, e depois, do massacre da Lapa, etc. como sabemos, quer dizer,

também, e tem as suas definições, como continua tendo até hoje, quer dizer, o PT é um aliado, na melhor das hipóteses. Na melhor das hipóteses. E muitas vezes, muitos momentos, nós fomos adversários, no campo da esquerda, fomos adversários, disputando espaços, etc.. Não foram poucas as vezes em que a gente teve que enfrentar problema no âmbito das pastorais populares da Igreja Católica, em que nós tínhamos o companheiro ou companheira do PC do B disputando com outro, de outra organização de esquerda, por aquele espaço. Nem sempre foi uma coisa fácil. Agora, fechando essa análise rápida a respeito da igreja. O que eu acho que tem que se destacar nisso é: eles tiveram, naquele momento, a sensibilidade de que o ecumenismo deles não era apenas para aceitar a contribuição, ou a partilha de experiências com outros cristãos, de outras denominações; mas, é o que eles chamam de macroecumenismo, ou seja...

M.M. – Mesmo quem não era cristão.

H.P. – Mesmo quem não era cristão e mesmo quem era ateu está bem-vindo, desde que com esses determinados objetivos. Esse é um momento raro numa instituição como a Igreja Católica. Tanto é que durou pouco tempo. Durou pouco tempo. Bem. Com isso, eu quero dizer, tanto a experiência do CIM como a experiência da CPT foram de enorme valia para um fenômeno que nunca tinha acontecido no campo das esquerdas no Brasil, que é: quando da fundação do Partido dos Trabalhadores, essa ação da esquerda funcionou como uma espécie de sementeira, sementeira de lideranças, de dirigentes, de quadros etc., e não como um obstáculo, e não como um competidor. Para a gente voltar. A experiência de Gregório, Gregório Bezerra, no Rio Grande do Norte. Quem era o adversário do Gregório quando ele estava organizando os sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte? Era o dom Eugênio Salles! – que organizava os sindicatos na sacristia da igreja, nos anos 50, quando ele estava lá, ainda no Nordeste, antes de ir para o Rio de Janeiro. Então eu acho que a gente se beneficiou desse aspecto, desse momento em que a igreja vivia. Bem. Concretamente, nós vamos ter... Tem um elemento importante, que a gente... quer dizer, tece um fio, que vai resultar num laço muito importante, em seguida, para a fundação do PT, que são as nossas relações com experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Que é uma experiência também estimulada, localmente, pela Igreja Católica, em parte realizada por gente diretamente ligada... É o caso do Ranulfo. Ranulfo era...

A. F. – O Peloso.

H.P. – É. Ranulfo Peloso, ele era franciscano, cria de seminário. Mas aí é difícil dizer quem não era. João Stédile é cria de seminário, foi criado dentro de seminário, João Pedro Stédile.

M.M. – Olha, ouvindo essas histórias de vida de militantes do PT, dos fundadores, praticamente em todos tem um dedinho da Igreja Católica. É uma coisa incrível. Mais, ou menos, mas...

H.P. – É. É impressionante isso. Uma vez eu dizia isso para um companheiro no continente, quer dizer, “nós vivemos no Brasil uma experiência de relação com a igreja que muitas vezes é incompreensível para os demais, devido ao grau de identidade – naquele momento histórico – entre a Igreja e parte da hierarquia da Igreja e os setores populares. Porque, por exemplo, a igreja na Argentina sequer teve coragem de denunciar o assassinato de um bispo! A igreja diz que é um acidente a morte do Angelelis. Ou seja, ela faz o discurso do general Videla. Não. Foi acidente. Então... Aqui não, aqui nós tivemos essa evolução, contraditória etc., mas... Vamos parar aqui porque nós vamos mexer agora com... Quer dizer, tem a anistia em 79, que é o momento que o Pedro Tierra ganha vida pública, [ri] que é... sai o primeiro livro; que não saiu publicado no Brasil. Foi publicado na Espanha, prefácio e tradução de Pedro Casaldaglia, e foi levado pelo Fernando Moraes para a Casa das Américas. E lá recebeu a menção honrosa. Isso tem uma importância grande por quê? Além do livro, os *Poemas do Povo da Noite*, que depois foi publicado aqui pela editora Editorial Livramento, uma editorazinha pequena, que já fechou, e espero que não tenha sido por causa do livro, foi publicado aqui e, ao mesmo tempo, eu publiquei um texto, e que ficou muito conhecido na época, que é um poema litúrgico. Chama *Missa da Terra sem Males*, que eu escrevi junto com Pedro Casaldaglia, e que recebeu música de Martín Coplas, que é um argentino que vive no Brasil, lá no Rio Grande do Sul, há muitos anos. Esse negócio deu... Às vezes a gente fica pensando que as coisas são obra do acaso; mas, assim como nas concepções leninistas, você não separa o jornal do núcleo de pensamento e da estrutura orgânica do partido, na Igreja Católica, isso, você tem uma coisa que é a pastoral, você tem que ter uma teologia, que aí é a Teologia da Libertação no seu melhor momento, e você tem que ter uma liturgia. Ou seja, você tem que ter uma linguagem para expressar a reflexão teológica de uma determinada maneira, através do culto. Aí o Pedro Casaldaglia dizia assim: “É. A Igreja também precisa dos ateus e dos comunistas, porque, para fazer a liturgia, precisou se servir do texto... [risos]

M.M. – Quer dizer, a () desse livro, porque o Casaldaglia tinha um pouco essa intenção de criar uma nova liturgia.

H.P. – De criar uma nova liturgia. Que era... quer dizer, aproximar...

M.M. – Combatível com a Teoria da Libertação, com a experiência das comunidades de base.

H.P. – Isso. Concreta, das comunidades de base, etc.. Essa missa, ela, até hoje, aos pedaços, inteira, não sei o que... o Vaticano proibiu em seguida, proibiu; mas ninguém deu bola para as proibições não, ficou fazendo, todo mundo faz; às vezes, pega um trecho, bota não sei o que e tal. Então o Pedro Terra ganha vida própria aí.

M.M. – Quer dizer, essa experiência então, a institucionalização dessa liturgia, a partir disso, é um evento emblemático de um momento, dessas mudanças nas práticas religiosas no Brasil.

H.P. – Isso. E que, eu acho, ajudam a compor o que eu chamaria uma cultura libertária. Se fosse no começo do século chamaria libertária. Talvez libertadora fosse o termo. Que vai dar origem ao impulso em São Bernardo e aquela coisa que vimos depois. Quer dizer, São Bernardo é a expressão mais elevada, porque está na classe trabalhadora, na classe operária, mas que é capaz de trazer tudo isso... é cultura do momento, que se torna. Que é muito mais bonita do que esses anos que depois vieram. [rindo]

M.M. – Eu queria só fazer uma questão. Eu acho que seu depoimento nesse momento coloca um ponto importante, que é um olhar para esses movimentos sociais, e inclusive para o que vai acontecer, o que está acontecendo em São Bernardo e a fundação do PT, muito mais amplo. Porque sempre que a gente fala sobre a fundação do PT, nós estávamos conversando, eu e Alexandre, antes de começar a entrevista, parece que tudo aconteceu aqui, tudo aconteceu em São Paulo, e no máximo, digamos, esse núcleo, de sobra, é levado para o resto. E eu acho que é muito importante nesse relato, nesse livro sobre o PT, que essas outras vozes, esses outros olhares que estão acontecendo em vários lugares do Brasil; e que, inclusive, uma cultura gerada num mundo rural, que aparentemente não teria impacto no mundo urbano, dentro da sua perspectiva, ela tem uma coisa para estimular o que vai acontecer aqui, também. Quer dizer, não é só um caminho que vai daqui para lá, é um caminho que vem de lá para cá também.

H.P. – Isso. É uma troca. Veja só. Essas coisas todas, elas não têm uma ordem cronológica, primeiro aqui, depois ali. Não. Ela se criou a partir das condições sociais que vivíamos, do desmoronamento do arcabouço do discurso da ditadura, que estava sendo minado dentro do Parlamento, dentro dos centros urbanos em crise – lembrar das estações ferroviárias, os trens que foram depredados em 1976, nas estações no Rio, que era barra pesada. Quer dizer, tudo aquilo, eram elementos que são formadores disso que eu estou chamando essa cultura libertadora. É uma cultura que, às vezes, ela é radicalizada de uma forma...

A. F. – É. Através própria igreja, a difusão dessa pedagogia do Paulo Freire, por exemplo, e das várias releituras e aplicações, que dá uma liga em termos de difusão de métodos, de visão de métodos.

H.P. – Isso. E que encontra no movimento operário o seu catalisador mais elevado. Mais elevado porque é ele que tem a capacidade de converter isso, todos esses movimentos cujas características são marcadas muito por localismo, por estreiteza de horizonte, quando isso cai na boca do Lula, do movimento operário do ABC, isso ganha potência política, que não tinha, porque estava disperso. Então funciona, isso vira... começa... nós encontramos o leito. Quer dizer, a minha geração, ela tem, pela segunda vez, depois de uma derrota política e militar e ideológica com a luta armada, ela tem a possibilidade de produzir, com a sua prática, o encontro do pensamento da esquerda com as lutas populares. É esse o momento que a gente vive. Então, cada... Quer dizer, quando eu chegava, trabalhando pela CPT, para conversar com o pessoal dos sindicatos de Santarém ou de um sindicato do Nordeste, do interior da Bahia, as pessoas não queriam saber qual que era... Eu me lembro de uma pergunta assim, no sindicato de Ceres, no interior de Goiás, o sujeito dizia assim: “Eu quero que você arrume um jeito da gente conhecer o sindicato de São Bernardo do Campo.” Ele não queria conhecer o sindicato de Iguaçu, que é vizinho dele, ele queria conhecer aqui.

A. F. – Ter uma referência.

H.P. – Estava se construindo uma referência unificadora disso. Quer dizer, funciona, aí sim, quer dizer, como esse elemento polarizador, no melhor sentido, dirigente. Porque agrega, porque unifica e tal.

M.M. – Você mencionou essa conexão com essas experiências dos sindicatos rurais de Santarém. Fala um pouquinho disso.

H.P. – Isso aí, a importância que tem é porque companheiros nossos da ALN começamos a fazer esses contatos, eu cheguei por um caminho, outros, aqui pela... Porque o Sindicato de Santarém tinha vínculos com o trabalho do (Sedes Sapientiae), com a periferia de São Paulo, com São Bernardo, produziu-se reuniões. Quer dizer, quando, em 1980, nós vamos para a fundação do PT, o PT no Pará nasce em Belém, entre os estudantes; e passa um período longo ainda sob esse... girando em torno daquele mundo, que é o mundo da universidade. O PT do Pará, ele passa a existir efetivamente na assembléia que a gente organizou, eles se organizaram lá, e o Lula foi. O pessoal “nós queremos que o Lula vá ao sindicato”. Está bom. Vamos organizar. Organiza lá. Faz uma assembléia, e aí o Lula fala. Tinham mil e duzentas pessoas na assembléia. [ri]

A. F. – E em Santarém.

H.P. – Em Santarém.

M.M. – E naquela época.

H.P. – Quer dizer, ali é que nasceu o PT, efetivamente.

M.M. – Também.

H.P. – Quer dizer, aí o PT de Belém ficou reduzido ao tamanho que ele devia ter. Ou seja, precisou recomeçar um caminho, que era de articulação disso; então, São Bernardo atuando como unificador desses processos que estavam pipocando. As experiências anteriores da Conclate, aquele documento de Contagem, dos companheiros de Minas...

A. F. – João Monlevade.

H.P. – João Monlevade. Tem o encontro de João Monlevade, o companheiro João Paulo, que o pessoal chamava ele de João Monlevade; depois, teve o encontro de Vitória, se constituiu a ANAMPOS. Quer dizer, todas essas experiências foram, na verdade, passos, em que estava metido todo mundo dessa esquerda, ainda fraturada, mas que tinha esse motor, que tinham percebido que havia algo de novo acontecendo na vida do país, que era o movimento operário do ABC. Isso é pré PT. Agora era inevitável, quer dizer, essa coisa ia já fazendo parte de uma construção – e quero repetir – simultânea, porque, mesmo que em outras condições, essas lutas estavam sendo travadas. É aquela coisa... Por exemplo, na região que eu trabalhei mais de perto, Goiás, as lideranças, elas fundiam na mesma figura, na mesma pessoa a expressão

artística, a expressão política e de comunicação. Não eram poucos os dirigentes no estado de Goiás que, ao mesmo tempo, era o cara que fazia a música para o pessoal cantar nas reuniões, era o cara que era o educador.

A. F. – É. No Rio Grande do Sul também, era o Antonio Gringo.

H.P. – Isso. O Antonio Gringo. No caso de Goiás, Nativo da Natividade. O Nativo escrevia letra de música, fazia. O Tião da Paz, que era o presidente do sindicato de Iguaçu, que tocava sanfona.

M.M. – Era animador cultural...

H.P. – É. Tudo. Foi muito interessante isso. Eu diria, tem um aspecto de ambiente cultural, que se formou no período, que desempenhou um papel extraordinariamente importante na... digamos, no sentido de plasmar o útero do que vai acontecer em 1980. É isso. É tanto que, no dez de fevereiro, o Mané da Conceição estava aqui. E o Manoel da Conceição, ele é ponte. É ponte porque...

M.M. – Ele vem de outra história.

H.P. – Exato. Ele é ponte entre a experiência anterior, das lutas dos anos 60 no Pindaré, e essa coisa nova, tendo feito um circuito impressionante. Quer dizer, ele diz assim, que os chineses chegaram para ele, disseram: “Tem uma pessoa que quer conversar com você.” [ri]

M.M. – Ele contou.

H.P. – E ele diz: “De repente eu me vi diante do próprio Mao Tse-tung”. [ri] Quer dizer, o Mané, isso tem muita importância, não é, porque... Como nós vamos ter que terminar daqui a pouco... Agora que vai começar o PT. [ri] Mas olha, o 10 de fevereiro, ele é um momento de vários encontros. É o encontro das diferentes vertentes do pensamento e das lutas da esquerda naquele momento. É um lugar de encontro de gerações de lutadores de etapas diferentes. Porque quando você vê... Quer dizer, ali estava o Mário Pedroso, o Apolônio, quer dizer, você tem duas faces da esquerda, digamos ortodoxa, do século XX no Brasil. O cara que tinha correspondência com o Trotsky e um filho da 3ª. Internacional. E os dois caminharam junto pelo corredor do Sion, o Mario Pedrosa chorava e o Apolônio, risonho, acenava para nós. Quer dizer, as gerações dos anos 30 estavam se encontrando, com a sua experiência, com a geração que havia sido derrotada politicamente, militarmente pela ditadura, e com o chamado pelo novo

movimento operário que nascia. Então, figuras como o Mané da Conceição, eles funcionam um pouco como esse tipo de síntese. Quer dizer, ele recolhe isso... Quer dizer, o cara que perdeu a perna nas refregas lá com os jagunços do sul do Maranhão, não cede às tentações do Sarney, faz o percurso da defesa da luta armada, etc. etc., vai para a China, depois volta, e volta para se engajar nessa experiência. Então ele, a vida dele descreve esse círculo, que não se interrompe, mas gera um ciclo novo a partir daquele momento. E ao mesmo tempo, nós, que estávamos vindo da cadeia, que nunca... quer dizer, tinha gente ali que tinha sido condenado à morte e nunca tinha participado de uma assembléia. Quer dizer, isso... (Você cuida de mim, não é. [ri] Está na hora?)[ri]

[FIM DA 1º ENTREVISTA]

2º entrevista: 23/03/2007

A. F. – Hamilton, nós tínhamos parado justamente no momento da fundação do PT. Nós estávamos ouvindo a gravação, você estava fazendo um balanço do significado dessa confluência histórica, dos diferentes perfis e gerações da esquerda brasileira que confluíam naquele momento de fundação do PT. A idéia seria seguir com a sua participação, mesmo, dentro do partido, em atividades relacionadas ao partido, de 80 para cá.

H.P. – Eu penso que a gente deve partir de uma leitura que é: o PT nasce... eu até escrevi isso uma vez, num poema que chama *nasce num campo de futebol* – e olha o Brasil pela ótica da metrópole. Essa é a leitura que o PT tem do país ao nascer. E naquele momento, a gente dizia então, os movimentos que aconteceram em São Bernardo, eles são a um só tempo despertadores, mas eles são, sobretudo, um ponto de catalisação de um conjunto de movimentos sociais que acontecia no Brasil, seja no campo, seja na cidade. Isso é importante, para que a gente não caia nessa leitura, que me parece empobrecida...

M.M. – De achar que tudo aconteceu lá em São Paulo e que São Paulo irradiou para o resto do Brasil.

H.P. – É. Tudo aconteceu em São Paulo. Então nós tínhamos movimentos fortes entre, por exemplo, os canavieiros de Pernambuco. Naquele momento, isso somava centena de milhares de trabalhadores, que eram articulados pela Contag e pela Cetap, que era uma federação de trabalhadores muito ativa naquele momento. Nós tínhamos as lutas pela terra, particularmente no centro-oeste e no norte, na região da Amazônia legal, que eram amparadas e estimuladas, em alguma medida, pelos organismos da Igreja Católica como por exemplo a CPT, que por si só já tem um significado bastante importante, mesmo se se considera apenas pelo olhar propriamente dos cristãos. A CPT é uma experiência que dá um passo adiante na tradição de intervenção da Igreja Católica nos diálogos com os movimentos sociais, porque ela carrega duas características. Primeiro, ela trabalha com a idéia de que ela não é um movimento, como antes acontecia: sempre que a igreja se aproximava dos trabalhadores era para organizar os trabalhadores cristãos, a ação dos trabalhadores cristãos. A CPT não se propõe a ser movimento. Ela quer se tornar e consegue se tornar num organismo de interligação das lutas dos trabalhadores, cristãos ou não. Isso é uma coisa formidável.

M.M. – É uma novidade.

H.P. – Porque isso, do ponto de vista de uma sociedade fechada, que estava saindo da ditadura... É bom lembrar. A CPT foi criada em 1975. Então isso produz um estímulo altamente valioso. Eu cito, objetivamente, um fato, que me parece muito relevante. 1983. Os trabalhadores brasileiros, depois de uma sucessão de greves no ABC e depois do período de recessão que marca aquela etapa do governo Figueiredo, começam a retomar as mobilizações. Então, 1983, no mês de agosto, nós vamos fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No ato de fundação da CUT, lá no congresso, lá no Vera Cruz, estavam presentes novecentas e treze entidades sindicais; dessas, duzentos e cinquenta eram sindicatos de trabalhadores rurais. E quem levou os sindicatos dos trabalhadores rurais foi a CPT. Foi a CPT. Porque a Contag, dirigida por companheiros ligados ao PCB, era contra a formação da CUT. Houve um memorando no final de julho, ou seja, dez, quinze dias antes da realização do congresso, que foi expedido pela Contag para todos sindicatos do país, na época eram dois mil e quatrocentos sindicatos, para dizer que não haveria o congresso de fundação da CUT. E nós, eu trabalhava na CPT então, mobilizamos, de maneira que a gente conseguiu a presença desses duzentos e cinquenta.

M.M. – Você estava onde?

H.P. – Eu era assessor da Comissão Pastoral da Terra em Goiânia, junto com João Pedro Stédile, naquele período. Bem. Isso, para mostrar o seguinte. Nós vivíamos, naquele período, um processo de mobilização e de lutas que estava disseminado nas diversas regiões do Brasil, tanto na cidade como no campo. E nesse aspecto em particular, a Igreja Católica desempenhou um papel importante. Bem. Isso vai ter, naturalmente, incidência na aproximação que o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos primeiros cinco anos, até começar a Constituinte em 87, a eleição de 87, o PT, ele vai fazer um movimento que é de incorporação dos trabalhadores rurais. Nós vamos ter a experiência de Santarém, que vem para o âmbito do partido, vem para a influência do partido, nós vamos ter as experiências que estavam acontecendo no Acre, que vêm para o âmbito do partido, obedecendo aí a diversas vertentes, tinha um pessoal do PRC no Acre, etc., isso ocorre também na região de Rondônia; no Mato Grosso, é interessante o fenômeno no Mato Grosso por que no Mato Grosso tinha um PMDB forte, por razões históricas, a presença do Dante como liderança acabou... e o fato de Pedro Casaldaglia, lá em São Félix, a equipe de Pedro Casaldaglia não se identificar, inicialmente, com as posições do PT criou obstáculos importantes ao crescimento do partido no Mato Grosso. No Acre foi o contrário. O dom Moacir (Greck), que era presidente da CPT na época, tinha simpatias pelo pessoal que se movimentava pela criação do PT e pela consolidação do PT. Então o Acre é exemplar. No Acre, a Igreja Católica era dividida em duas prelazias importantes. Era a prelazia do Acre e Purus, que cobre a área de Rio Branco, e a prelazia de Cruzeiro do Sul. Numa o bispo era dom Moacir Greck, progressista e tal; na outra, era um alemão chamado Henrique (Rutz), que era contra qualquer mobilização de trabalhadores, então, lá, era um cemitério, não tinha nada. Ou seja, sem a presença estimuladora da Igreja Católica entre os trabalhadores, não vingava nada, porque era um dos poucos espaços em que a sociedade tinha a possibilidade de falar livremente, de se articular. Bem. Então o PT faz, ao longo do período que vai de 1980 até a eleição da Constituinte... É bom lembrar até que na própria estrutura do partido figura a existência da secretaria agrária. Mas ela não tem existência real. Na verdade, o PT ainda não tinha estabelecido as pontes entre a sua proposta e as lutas dos camponeses, dos trabalhadores do campo. Isso vai obedecer a um certo ritmo, que é muito ditado por um momento, que era um momento de afluxo dos movimentos sociais, era um momento de crescimento. E o PT funcionava como esse lugar de encontro dessas diferentes lutas, incorporando desde representantes de lutas locais muito precisas... Vamos pegar um exemplo histórico aí. Talvez até vocês já tenham feito a entrevista com ele. Manuel da Conceição. O Manuel é um dos

primeiros. Aí ele se desloca, ele foi candidato a governador em Pernambuco, depois ele vai se deslocar para o Maranhão, terra dele, vai criar o CENTRU lá em Imperatriz. Há um... digamos uma efervescência, que acaba se consolidando em certas organizações. Então, o meu trabalho, nesse período, ele está voltado para isso. À medida em que a gente, a CPT, naquele período, tinha uma rede de vinte e três representações regionais, eu percorria o país; então, ao mesmo tempo que eu dialogava em função da lutas, e aí, particularmente, das lutas pela terra... A CPT demorou demais para fazer a discussão sobre a produção, sobre a produção agrícola. Ela tardou muito a entrar nesse debate. Então era uma coisa muito focada na conquista da terra. Mas, ainda assim, com uma repercussão muito grande. Porque aí, o que é que acontecia? Nós estávamos trabalhando num terreno fecundo porque a Contag, que tem uma história de resistência à ditadura, nasceu de maneira independente, nasceu às vésperas do golpe, em 63, realizou, ao longo do período da ditadura, alguns momentos importantes de resistência, de luta, eu identifiquei o 3º Congresso da Contag, que é um momento marcante, de afirmação da luta pela reforma agrária e tal, ela vivia uma crise; e o PT acabou por se beneficiar dessa crise, porque a Contag não conseguia responder aos três principais desafios que os trabalhadores do campo demandavam, quer dizer, tinham que enfrentar. Primeiro, a Contag não respondia bem à questão da conquista da terra; segundo, ela não respondia bem à questão da produção agrícola; e terceiro, ela não respondia bem à disputa dos recursos públicos, os financiamentos, era uma coisa muito acanhada. E era um organismo, na minha opinião, burocratizado, como em geral aconteceu com as confederações; ainda que a Contag tivesse esses aspectos, que me parecem muito positivos: ela nasceu independente, ela não nasceu estruturada a partir da tradição corporativa do Estado Novo, etc. etc.. Bem. Agora... O PT se beneficia disso por quê? Porque mantém um vínculo bastante estreito com lutas de trabalhadores rurais, que, em geral, (essa é uma característica marcante dessas lutas) alcançam um grau de radicalidade muito rapidamente. Quer dizer, quando você disputa a terra, três dias depois, você enfrenta ou o jagunço ou a polícia; alguns meses depois, se tanto, você está na frente de um juiz. Ou seja, é um conflito de velocidade muito grande.

M.M. – E muito pesado.

H.P. – É. Porque disputa uma questão que é objetiva, que é a propriedade.

M.M. – E histórica.

H.P. – Então o PT, ele se engaja nesse processo, ganha simpatia. Então, é interessante, é um partido de berço urbano mas que estabelece, com certa rapidez, o diálogo com as lutas do campo, como, em geral, os partidos da esquerda anterior não conseguiam. Porque se a gente for pegar a história do PCB, a entrada no campo é pequena. Ela tem só alguns momentos exemplares, digamos assim. Você tem Porecatu, no Paraná, nos anos 50, você tem Trombas e Formoso, em Goiás, com José Porfírio. Acho que contei para vocês, não é, eu convivi com ele aqui em Brasília, na prisão. Quer dizer, ou a luta do (), também em Goiás, na região da estrada-de-ferro, em Pires do Rio, que teve entre os seus protagonistas o próprio Gregório (Bezerra), que estava clandestino por aí. Bem. Então o PT avança porque ele consegue manter um vínculo bastante estreito com essa vertente inicial dele, que é, chamamos assim, as pastorais populares, quer dizer, esse comunitarismo cristão, que tinha um impulso muito forte, particularmente, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Quando a gente olha para o sul, nós vamos ter um outro perfil, em que a ação da igreja católica, ela produz resultados bastante interessantes no sentido organizativo a partir das lutas de Itaipu, dos deslocados de Itaipu, e com a participação – aí, sobretudo no Paraná –, bastante expressiva dos luteranos também. No Rio Grande do Sul, digamos, a ação da igreja começa a trabalhar com os filhos dos pequenos proprietários. Isso vale para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul. Quer dizer, com essa posição da igreja, esses setores que são, digamos, de formação tradicionalista, conservadora, mas uma gente muito lutadora e muito aferrada ao trabalho da terra... mas isso, não só ao trabalho produtivo, também ao trabalho simbólico, aquilo que a terra significa para essas pessoas; são pessoas que, em geral, leram um livro na vida: a bíblia. Essa é a sua referência. Então, para eles... e eu escutei isso muitas vezes, o sujeito levava a bíblia para as manifestações e batia na bíblia, dizia assim: este aqui é que é o código de honra dos trabalhadores do campo. É isso. Então, essa referência é muito importante por quê? Para que a gente possa completar essa leitura do PT dentro da diversidade que abriga, para que a gente não tenha uma leitura que seja muito exclusivista, do PT metropolitano, do PT operário de macacão e do PT com um recorte daquilo que é a sua vanguarda.

A. F. –E essa ponte com o campo foi fundamental até para o partido, realmente, passar ter um caráter nacional.

H.P. – Esse é o aspecto que me parece mais valioso. Porque o processo do PT para se converter num partido que traz consigo as diversas expressões do Brasil passa por essa ponte.

Porque a igreja é uma instituição nacional. E naquele momento ela se contrapunha a outra tradicional instituição nacional que era o Exército. Então... Quer dizer, felizmente, e isso é uma exceção, inclusive, no continente, a Igreja Católica, ela se posicionou ao lado dos trabalhadores, diante da situação opressiva da ditadura. Então o PT vai ganhando complexidade. Inclusive, o próprio discurso classista do PT – vote no 13, que o resto é burguês ou trabalhador vota em trabalhador –, ele vai começar a ruir no primeiro processo eleitoral, quando ele vai para o campo. E o pequeno proprietário que vai com o PT pelas mãos da igreja onde fica? Ele não é assalariado, e tampouco é burguês. Então, essa entrada dos trabalhadores ou essa aproximação que o PT realiza por esses diversos caminhos das lutas dos trabalhadores do campo enriquece o PT, dá a ele...

M.M. – Amplifica os problemas da agenda.

H.P. – Isso. Traz um grau de complexidade, porque o aproxima da realidade concreta do país, que não foi estudada ou definida pelo Trotsky, pelo Lênin e pelo Marx, tal como a liam os nossos dirigentes que vinham da esquerda anterior ao PT.

M.M. – Eu até queria fazer uma pergunta pessoal a você. Você era uma liderança que vinha de uma tradição marxista. Você tinha sido preso, tinha ficado preso vários anos. E aí você volta para os movimentos sociais e vai militar no seio da Igreja Católica. Como é que foi isso para você? Como foi essa experiência, como é que essa experiência impacta a sua prática política?

H.P. – Uma vez eu conversei com dom Tomás Balduino, que era meu chefe, quando ele me convidou para trabalhar, eu falei assim: “Você sabe que eu sou marxista, Tomás.” Ele falou assim: “Eu sei. O que nos une não é a fé, o que nos une são os nossos objetivos. Você luta pela organização dos trabalhadores, nós também. Então, vamos trabalhar no que nos unifica e vamos pautar o que produz de divergência entre nós.” Ou seja, eu estava diante de um quadro político de primeira categoria. Provavelmente, ele aprendeu isso, não foi exatamente nos manuais de São Tomás de Aquino; embora o São Tomás de Aquino tenha uma certa passagem em que diz assim: “Melhor uma boa discórdia do que uma divergência dissimulada”. Então... Eu acho que aí há dois registros a fazer. Primeiro, a esquerda brasileira que tinha participado da luta armada, e de onde eu vinha, refazia o percurso que eu diria que é de reencontro com os trabalhadores do Brasil. E, por outro lado, a Igreja Católica vivia um momento singular e fecundo do que veio a se configurar como a Teologia da Libertação, que é um movimento que interpreta uma

raiz profundamente popular, o catolicismo popular brasileiro, e incorpora determinados elementos de teoria marxista, que faz com que, na tradição de Camilo Torres, na tradição de outros religiosos que se engajaram no processo de libertação na América Latina, mas sobretudo aqui, no caso brasileiro, que na minha opinião é o que foi mais fundo, se aproximou e em grande medida se tornou escudo para o trabalho de organização dos trabalhadores, numa situação de resistência à repressão da ditadura. Então eu diria, o PT é o lugar do encontro. Quer dizer, a tradição da igreja, desde a Liga Eleitoral Católica dos anos 30, lá em Santa Catarina, que o cristão recebia o bilhetinho para dizer em candidato votar, ou na tradição do dom Eugênio Salles, lá no Rio Grande do Norte, que ele criava os sindicatos dentro da sacristia, enquanto o Gregório Bezerra estava fazendo o sindicato dos comunistas na esquina, do lado, na União Artística Operária, que era o espaço civil, quer dizer, a igreja, ela realizou esse movimento para uma coisa que... quer dizer, pautada por uma nova concepção, que é essa: que não é de movimento cristão, que a CPT significou. Bom. Como é que eu avalio isso? Para mim, foi um aprendizado impressionante, porque significou, exatamente, a possibilidade de me aproximar dos movimentos dos trabalhadores do campo, que, sem essa contribuição, se é que a gente fosse conseguir, levaria anos para conseguir, essa aproximação entre a esquerda e aquilo que havia de mais fecundo nas lutas dos trabalhadores. Se isso é difícil na cidade, imagine no campo.

A. F. – Deixa eu fazer um gancho com isso. A gente vinha conversando na sessão anterior sobre a trajetória pós prisão e no início do debate sobre o PT e tal dos militantes que vinham da ALN. Porque tem várias outras pessoas que também vêm da ALN, que têm uma trajetória semelhante, também se envolvem nesse trabalho de educação popular, trabalho com o pessoal da igreja. Quer dizer, havia ainda um processo de discussão orgânica sobre essa relação com os movimentos?

[FINAL 2-1]

A. F. – Bom. Eu estava te perguntando o quanto você mantinha vínculo com os companheiros ou ex-companheiros da ALN, quer dizer, quanto ao processamento dessa nova realidade dos anos 80.

H.P. – É. Durante os anos 80, depois de fundado o PT, nós mantivemos vínculo com ex-companheiros de prisão, gente que se articulava em torno digamos de uma... primeiro, em torno da experiência da ALN, da autocrítica feita, porque nós... Acho que eu relatei isso para vocês. Acho que uma das coisas importantes que a gente conseguiu realizar, foi um dos poucos grupos da luta armada que conseguiu, ainda na prisão, realizar esse processo. Então isso nos permitiu uma abertura maior para a participação no PT, sem uma caracterização de *entrismo*, ou seja, nós não entramos organizados para dentro do PT. Isso não ocorreu. No entanto, a gente tinha, mantinha vínculos, pelas escolhas feitas. Então por exemplo, aproximação com os movimentos sociais: trabalho na periferia de São Paulo, trabalho no âmbito de igreja, trabalho com a área do campo, trabalho em torno de mobilizações, por exemplo, de movimento operário também, em alguns casos, e com um entendimento de que o PT era o novo lugar. Isso não ocorreu, em geral, com as organizações. O pessoal ia com uma expectativa, que se revelou ilusória, de que eles eram portadores da ideologia revolucionária e bastava articular isso com o movimento operário, que ele dirigiria o movimento operário. Ocorreu o contrário. O processo do PT digeriu os setores mais conseqüentes dessas organizações de esquerda; elas foram se dissolvendo de maneira fecunda, me parece, dentro do PT. E foi o que ocorreu conosco, com a experiência da ALN. Que mantinha, sim, não era uma coisa muito sistemática, mas mantinha encontros, realizava debates – como é que está o trabalho na região de Santarém, na região essa, aquela –, para termos elementos para avaliar o processo, que era magnífico na época, de crescimento das lutas populares.

A. F. – Eu estou perguntando, Hamilton, porque como você é uma pessoa que realmente vem dessa trajetória, é a melhor pessoa para a gente perguntar, por conta das versões. A gente até conversou com o Gilberto sobre isso. Essa idéia do quanto havia de ALN, por exemplo, num certo núcleo, mesmo depois da constituição da Articulação, é uma coisa que ficou pairando. E depois, teve a entrevista do Paulo de Tarso, em que ele dizia “eu tenho documentos de 88, da ALN”. Quer dizer... Eu, por exemplo, era muito próximo de pessoas no Sul, que estavam envolvidas...

H.P. – ().

A. F. – Exatamente. E dizia, bom, mas até que ponto é ou não é, quantos círculos tem dentro desse negócio, para a gente saber o quanto isso ainda é uma...

M.M. – Quanto isso não representa um núcleo muito importante dentro da Articulação e norteia certas diretrizes da Articulação.

H.P. – Acho que, talvez, o melhor caminho para a gente entender esse processo e como ele se apresenta digamos... que eu acho que tem um pouco algo de lendário, isso tem muito a ver com a figura do Zé, tem muito a ver com a figura do José Dirceu. Por quê? O José Dirceu vem, dialoga com esse grupo egresso da ALN, embora ele tenha... ele diz isso no balanço de vida dele, ele se afastou da ALN, se aproximou do MOLIPO, etc. etc.. Mas ele vem daí. E esse grupo que foi para o PT dialogava, permanentemente, com o Zé Dirceu. Isso é um dado. Agora há figuras, você citou um, Paulo de Tarso Wenceslau, na entrevista naquele debate, Paulo de Tarso Vannuchi, que vem daí. Nessa época, nós tínhamos ainda pessoas que não vieram, inclusive, para ser militante do PT mas participavam do debate político, como Reinaldo Mourão, que foi, dentro da prisão, uma pessoa de enorme importância como fator de coesão dos militantes que estavam processados em processos da ALN, nós temos Mané Cirilo, que é um... também, foi um militante da ALN, militante de GTA, participou do seqüestro do embaixador americano, etc., ou, hoje, uma figura como Vidal, José Carlos Vidal, ou o Laerte, no Rio Grande do Sul, Laerte (); eram pessoas com as quais eu dialogava permanentemente, conversávamos e traçávamos estratégias de trabalho, cada um na sua área, agora tendo clareza de que o PT era um partido estratégico. Já que é para a gente se referir, houve um... anos e anos, como diz o Lula, para saber se era estratégico ou se era tático. [risos] A gente resolveu... O partido era algo para a gente disputar eleição. [ri] Então... Quer dizer, a minha leitura desse processo é que esse grupo que vem da ALN, ele se dissolve dentro do PT e o seu peso, eu não atribuo a sua condição de grupo, porque ele não tem essa condição, mas o conjunto...

A. F. – Não é organização.

H.P. – Não é organização. Não é. Só que ele produziu...

M.M. – Esse passado comum dava o tom... *(falam juntos)*

H.P. – E o lugar que essas pessoas ocuparam. Eu fui para a direção nacional do PT. Em 1987, no 5º Encontro, eu fui para o diretório nacional e fui para a executiva nacional. O José Dirceu, que vem daí também, é o secretário-geral do partido nesse momento. Paulo de Tarso Wenceslau, eu não sei em que lugar estava, mas ocupava um lugar de destaque na...

A. F. – (Pessoal) da CUT.

H.P. – Da CUT. E do PT de São Paulo, tinha uma influência importante. Paulo de Tarso Vannuchi, no sindicato, no ABC. E todas essas pessoas vieram... Você pega um cara, por exemplo, que hoje pouco se fala nele, Carlos Liechenstein, que trabalha no Sedes Sapientiae.

A. F. – Que era um grande centro de difusão...

H.P. – E de difusão do trabalho popular e de apoio à construção do PT. Então, eu lhe diria que é mais pela biografia individual do que por uma, digamos, estratégia organizativa, etc..

A. F. – Mas era um grupo que tinha também essa concepção de que, por dentro da própria Articulação, seria necessário criar um núcleo dirigente...

H.P. – Um núcleo dirigente. Isso sim. E é importante que a gente... porque no momento da constituição dos 113 essa turma vai, toda ela vai. Não tem ninguém fora do...

M.M. – Eu queria que você fizesse uma explanação. Porque vários depoentes falam disso, mas eu acho que essa informação, no conjunto das nossas entrevistas, ela aparece muito fragmentada. Quer dizer, é essa coisa do surgimento da Articulação. Como é que ela nasce? Quais são as forças que estão inseridas nessa proposta? Como é que ela se contrapõe aos outros grupos?

H.P. – É. Qual é a leitura que eu faço disso? O PT é uma construção, inicialmente, muito forte e muito frágil. É muito forte por que ele é o lugar de encontro entre aquela esquerda que fora pulverizada pela repressão e que encontra a possibilidade concreta de se unir a um movimento operário nascente. Bem. Agora muito frágil por que é um partido que nasce rompendo com uma tradição, digamos para simplificar, tanto da 3ª. Internacional como da social democracia. A social democracia, porque nós não tínhamos no Brasil uma tradição expressiva dela. A 3ª. Internacional, o PT nasce demarcando terreno com relação à 3ª. Internacional, mas incorporando elementos da prática da 3ª. Internacional que vieram com muitos dos seus fundadores. Só que o PT é mais complexo que isso. Então ele incorpora, também, o pessoal que vem da tradição de igreja e incorpora os sindicalistas. Então, naquele momento em que os 113 se constituem, o que é que nós estávamos vendo? Um partido que reconhecia tacitamente, porque ele só vai ser formalizado no 5º Encontro, o direito de tendência... E é bom lembrar. Nós tínhamos Mário Pedrosa de um lado, nós tínhamos o

Apolônio de outro. A tradição do Apolônio, para o Apolônio era inconcebível. “Mas como assim? Um partido que tem direito de tendência? Isso está fadado ao fracasso”. Mário Pedrosa achava uma maravilha. [ri] “Mas isso é tudo o que eu sonhei”. [ri]

M.M. – Como é que se materializava esse direito de tendência?

H.P. – Então. A prática concreta era determinada pelo pessoal, por exemplo, o pessoal do jornal *O Trabalho*, na tradição, que era tradição leninista em estado puro, ou seja, “a isca é o fator de aglutinação dos revolucionários”, então cada um tinha o seu, a sua isca. Você tinha o trabalho, você tinha o jornal dessa ou daquela tendência, você tinha... que se expressava, algumas, dentro do movimento estudantil, que era um movimento vivo, muito importante, e outras, algumas, digamos, mais consolidadas, mesmo dentro do movimento operário. O que é que resultava disso? Resultava um perigo da falta de coesão.

M.M. – Da fragmentação.

H.P. – Fragmentação. Quer dizer, aquilo... Apolônio via com muita preocupação. “Isso aqui vai desandar”. Aos poucos, e isso, eu acho, foi grande mérito dos nossos primeiros dirigentes do PT, essa percepção instintiva do Lula, que eu acho que é determinante no processo, mais a lucidez de alguns companheiros, e eu cito o Zé Dirceu nessa leitura, que é: nós não podemos, nessa experiência, partir de um pressuposto de que somos um pacto ideológico. Para que a gente dê certo, nós temos que nos constituirmos como um pacto político, que abrigue essas diferenças. Eu acho que o PT se viabiliza na medida que esses dirigentes... e o movimento nos ajudava... Quer dizer, tudo, naquele momento, conspirava a nosso favor – que era o coroamento de um movimento econômico lá atrás, que resultou nas grandes plantas industriais do ABC, etc. e nesse anseio brutal por liberdade política que estava fervilhando pelo Brasil, então... nós tínhamos que ser um pacto político. Então essa percepção, ela não foi explicitada inicialmente. Ela só será explicitada no 5º Encontro. Era um negócio meio instintivo. Assim: “Gente, não faz disso aqui uma religião, que desanda”. Não pode ser uma igreja.

A. F. – E no caso, na Articulação, o Gilberto mesmo falando, do ponto de vista dele hoje, ele enfatiza muito, o que muita gente fala, do 113 como um movimento meio defensivo desse pessoal que era não ().

H.P. – Era um grupo não-grupo. Era um pessoal... Era uma tendência contra as tendências.

A. F. – Agora para vocês que vinham da ALN, primeiro tem essa diferença, que vocês conseguiram criar relações de proximidade e de confiança com os sindicalistas.

M.M. – Ou com a igreja.

H.P. – Com os sindicalistas e com a igreja. Porque a gente vinha.. é bom lembrar, frei Beto vinha da ALN. Ou seja, e o frei Beto está perto do Lula em São Bernardo, lá atrás, quer dizer, antes da fundação do PT, ainda durante o movimento da Pastoral Operária lá com dom Cláudio, etc.. Então aí há, eu diria, há uma percepção. Mas repito, não era uma coisa organizada deliberadamente; mas há uma percepção de que ali nascia algo de novo e que nós tínhamos que contribuir para que isso... Por exemplo. Nós fizemos ponte entre o movimento do ABC e de Santarém. Então o... Quer dizer que uma experiência muito particular, muito específica, que obedece... Se alguém algum dia for fazer a pesquisa do que é aquilo, é uma experiência leninista tropical absoluta, porque todos os passos de uma organização leninista foram cumpridos, para dar rumo àquela experiência. Era impressionante. Com o Vieira à frente e as lideranças importantes, que vão ser o Avelino Ganzer, vai se tornar o primeiro vice-presidente da CUT, e com Geraldo Pastrano, que vai ser o primeiro secretário agrário do Partido dos Trabalhadores. Então eu diria que aí há uma percepção histórica, uma oportunidade política e eu diria, para não ser cabotino, a qualidade dos quadros. Ou seja, nós chegávamos com uma experiência acumulada para uma experiência nova; e, evidente, você se beneficia dessa experiência anterior.

A. F. – Em Goiás, nesse primeiro momento, quais foram as suas relações, no plano partidário mesmo, em termos de funções.

M.M. – Mas você tinha perguntado antes, que eu te interrompi, que era aquela idéia, dentro dessa Articulação, que haveria essas várias tendências e tal... essas orientações, melhor dizendo, você tinha esse núcleo interno que representava...

A. F. – Essa idéia de construir um núcleo dirigente e...

H.P. – Então. Isso me parece que é uma coisa que a história confirma. Ou seja, o 113 nasce com essa perspectiva, quer dizer, aqui, nós nos reunimos em torno de um objetivo, quer dizer, é uma tendência contra as tendências, por isso tem esse caráter defensivo, e para,

sobretudo, construir uma maioria. Porque o PT, nesse período então, é de fato uma experiência radicalmente democrática; então, nós vamos trabalhar para reforçar esse núcleo dos 113, que expressa o quê? Expressa os sindicalistas, a força que eles têm, para a sociedade e para dentro do movimento organizado, expressa junto os vínculos e as redes que foram sendo construídas no âmbito do trabalho da igreja, e terceiro, essa parcela da esquerda que vinha da luta armada, o pessoal ligado à ALN mas não só, que percebeu o PT como um projeto estratégico de partido, que precisava, portanto, para cumprir seu objetivo, de compor um núcleo dirigente que pudesse fazer o enfrentamento político e ideológico com as demais correntes. Então...

A. F. – Esse “não só” entra inclusive, por exemplo, o Vladimir, o (), o pessoal que vinha junto com ele.

H.P. – Por exemplo. E foram se incorporando. O pessoal que vinha do PC do B, que acompanhou o Vladimir. Então eu diria que a partir daí nós fizemos um... quer dizer, nós prestamos um serviço para a consolidação do PT. Que me parece, ela vai dar um passo importante quando vier o 5º Encontro, o 5º Encontro, em 87, explicita o PT como um partido que reconhece o direito de tendência, mas ainda não reconhece o direito da proporcionalidade da representação. Isso foi só no encontro posterior. Então. E em Goiás, o PT, ele repousa sobre dois pilares. Primeiro, o movimento dos trabalhadores rurais. É bom lembrar que Goiás, ainda é Goiás inteiro, Goiás e Tocantins. Que só na Constituinte é que vai mudar, em 88 isso vai se dividir ao meio. Então, quando eu me refiro aos trabalhadores rurais, eu estou me referindo a experiências de luta que abrigam, em primeiro lugar, pequenos proprietários, particularmente aqueles pequenos proprietários sob influência do trabalho da diocese de Goiás, que era então dirigida por dom Tomás Balduino. São sindicatos consolidados, são sindicatos fortes e são sindicatos que abrigam assalariados agrícolas e... mas são dirigidos por pequenos proprietários. Então, há um estreito vínculo entre a experiência de organização do PT e a consolidação desses sindicatos. E no outro plano, o movimento dos professores da rede pública. Isso ocorreu em outros lugares do Brasil.

M.M. – Minas Gerais, Rio de Janeiro.

H.P. – É. De maneira muito expressiva. Então... É aí que nós vamos... A mesma fotografia serve para a CUT. A CUT de Goiás era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o CPG, o centro dos professores da rede pública. Eu me refiro aos sindicatos por que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Goiás não... nós só fomos conquistá-la mais

tarde, bem mais tarde. Ela passou da gestão de dirigentes sindicais formados ainda na época da ditadura e tal para as mãos dos companheiros do PC do B, que passaram a dirigir a Federação. E depois, só mais adiante, o pessoal do PT conseguiu fazer essa disputa e ganhar a Federação. Bom. A construção do partido no estado, ela tem uma presença bastante expressiva dentro da universidade, como em outros lugares ocorreu, tanto na Universidade Federal como na Universidade Católica, e se destaca aí a figura do Pedro Wilson Guimarães, que hoje é deputado nosso, foi prefeito de Goiânia, quer dizer, voltou para a Câmara agora em 2006, e... Quer dizer, acontece um fenômeno, que é o fenômeno de 1985. [ri] A primeira eleição para as capitais, o PT, um PT absolutamente débil, ganhou as eleições em Goiânia em 1985. E as eleições foram fraudadas pelo Íris (Rezende), que acabou impondo o seu candidato. O Íris tinha o controle do estado, (um perito). E, infelizmente para o Iris, o prefeito que ele empossou não conseguiu chegar ao fim do mandato, foi derrubado por corrupção. [ri] Era o Daniel Antonio esse cidadão. O nosso candidato era um gaúcho chamado (Darcy Acosse), que veio diretamente de Nova Prata para o mundo...

A. F. – Celeiro de quadros. [ri]

H.P. – Celeiro de quadros. [ri] Então o Darcy é que foi o nosso candidato; é professor da Universidade Federal. E que teve uma trajetória um tanto conturbada, porque, depois, foi candidato a governador em 1986 e... Bom. Foi derrotado. Depois se candidatou... foi deputado estadual, depois, se candidatou, foi eleito prefeito de uma cidade de Goiânia, em 92. Isso importa para a gente ter uma idéia de como é que era a disputa política num estado periférico e a economia agrícola predomina. Goiás é um estado de agricultura e pecuária. Então, a nossa capacidade de inserir o partido dentro do sistema político, ela é muito reduzida. Para vocês terem um idéia, em 1982, nossa primeira eleição, nós lançamos candidato próprio a governador do estado, (Athos) Magno Costa e Silva, que tinha chegado do exílio, era presidente do partido e tal, foi uma figura chave no processo de construção, legalização do partido, e o Athos Magno teve nove mil votos; o Íris Rezende, que era o candidato a governador do MDB, teve um milhão. [ri] Para ter uma idéia da desproporção. Então, a capacidade de inserção nossa, ela estava muito limitada pela capacidade organizativa dos setores das categorias, particularmente aí, como eu disse, os professores da rede pública e os trabalhadores do campo, sobretudo aqueles apoiados nas áreas onde atuava mais fortemente a igreja progressista. Eu vou sair da direção... Particpei da direção municipal como secretário de Organização. E imediatamente

depois disso, quer dizer, o primeiro posto que eu fui assumir depois disso foi o de membro do diretório nacional, em 87.

A. F. – Concorreu na eleição?

H.P. – Não. Eu vou concorrer depois. Em 1986, ou seja, para a Constituinte, havia eleição para a Constituinte e para os governos estaduais, eu fui lançado candidato constituinte. E tive a votação maior. A maior votação para deputado federal constituinte em Goiás foi dez mil votos. [ri] Nós chegamos, somando toda a legenda, a oitenta e oito mil votos. Mas o coeficiente era noventa. [ri] Então nós ficamos sem...

A. F. – Então foi por um triz. Sua carreira parlamentar foi abortada por um triz. [ri]

H.P. – A carreira parlamentar... [rindo] Uma votação que, eu diria assim, tinha o perfil de uma face do PT, que era o campo. Quer dizer, os eleitores que estavam presentes nas lutas pela terra, nas lutas sindicais de trabalhadores rurais, basicamente. É interessante (agora, isso ganha mais interesse ainda, depois de tudo que vimos) que o segundo mais votado do PT foi um médico, que era dirigente do Sindicato dos Médicos então; hoje está no governo... ou esteve no governo no primeiro período, o Valdir Camacho, que trabalhou na Funase, e o terceiro era um professor da rede público e o quarto era um professor da rede pública chamado Delúbio Soares de Castro. Essas coisas que a gente não pode perder a oportunidade. [ri] O Delúbio, fazendo campanha, ele previu o seguinte: “ah, eu vou ter uns setenta mil votos”. No cálculo assim. Teve sete. [risos]

A. F. – É uma questão de matemática. [risos]

H.P. – Bom. E aí, em 87, quer dizer, depois do processo eleitoral, eu fui, na chapa dos 113 da Articulação, fui para o diretório nacional. E depois, na escolha da executiva, assumi a secretaria nacional do partido. Eu acho que é importante a gente recuperar um pouco esse momento porque ele é decisivo na minha participação no partido. E é decisivo também, sobretudo, por uma outra razão. Esse é o período, é o período em que nós estamos nos mobilizando para interferir na Constituinte, 87 – 88, em que o grau de violência da luta pela terra, ele chega ao paroxismo. O cálculo que fazíamos então é que a cada três dias se matava um dirigente sindical, um líder de lutas localizadas de trabalhadores, uma freira, um padre, enfim alguém que estivesse envolvido na luta pela terra. O PT, nesse período, eu acho que ele se afirma como a principal referência partidária da luta dos trabalhadores do campo. Eu creio

que a gente consolida o que eu chamaria aquele período inicial, que era uma aproximação ainda meio difusa...

M.M. – E na verdade se consolida sem competidores. Quer dizer, não é que não existissem, mas ele, a proposta dele...

H.P. – Porque, o que é que acontece? A Contag, que queria manter o PT à distância, ela vivia, quer dizer, os seus dirigentes viviam a crise do PCB, que entrava num processo... afastamento do Prestes, etc. etc...

A. F. – E apoiando o governo Sarney.

H.P. – E apoiando o governo Sarney.

A. F. – Quer dizer, amarrado politicamente numa coisa mais...

H.P. – E nós, numa posição forte. Quer dizer, é o momento em que a gente se consolida nesse sentido. E é importante lembrar aqui que começa a ganhar corpo dentro do PT, primeiro, um esforço organizativo, a constituição dos vários... *(Parece que alguém entra na sala. Ele interrompe a fala)* Então, a gente realiza um esforço organizativo, que vai resultar na constituição de coletivos, da Secretaria Agrária Nacional, em torno de vinte estados do país. Eu percorri o país nesse momento... as dificuldades eram enorme, mas tudo isso era feito assim mesmo, mesmo com essas dificuldades, e com uma presença muito efetiva nas lutas, no enfrentamento, o Lula presente nos lugares onde... Por exemplo, no dia 22, 21 ou 22 de dezembro, eu recebo um telefone: o Chico Mendes foi assassinado. Imediatamente a gente mobilizou os meios para que o Lula fosse para o sepultamento do Chico Mendes. Esse tipo de situação... Por exemplo, quando foi em 86? 86 – padre Josino Tavares foi assassinado em Imperatriz. Eu saí de Goiânia de carro, ou seja – isso significa mais ou menos mil e oitocentos quilômetros – para ir para lá, junto com os companheiros do PT, da CPT e dos sindicatos, para sepultar o Josino. O PT estava junto, estava lá, dom Luciano Mendes estava lá, dom Tomás Balduino estava lá, Pedro Casaldaglia estava lá. Enfim... No caso do Chico Mendes, o Lula foi, foram os dirigentes da Contag, foram... E ao mesmo tempo a gente trabalhava nessa estruturação, no que eu chamaria uma sistematização das primeiras elaborações teóricas. Aí vinha a revista *Teoria e Debate*, que vai aparecer logo em seguida, e os primeiros documentos e tal, que o partido vai produzindo. O PT, apesar de todo esse esforço e da presença expressiva dos camponeses já na primeira etapa, mas no que toca a elaboração, na hora que chegava nos

congressos, o resumo da ópera era o seguinte: alguém ia lá: ih, mas faltou a referência à reforma agrária no documento final do encontro. Então botava lá um pé de página: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. [ri] Isso que acontecia nos encontros não correspondia, inclusive, ao que se elaborava em termos mais específicos, entre os militantes do setor. Mas nós vamos incorporando figuras como José Graziano, que sempre foi uma colaboração muito efetiva e de grande qualidade; em que pese as discordâncias, porque você tinha na outra ponta o Klaus, que batia de frente com as concepções defendidas pelo Graziano. Mas nós fomos constituindo, a partir desse período...

A. F. – Teve um debate também sobre essa questão da participação ou não do (Zuraio) na CUT; que o próprio PT, na época, publicou um artigo defendendo que o Zuraio devia não sair.

H.P. – Isso. É. Exato. É uma coisa importante que ocorre, porque... é central sindical ou central de trabalhadores? O PT vai defender, em termos gerais, embora abrigasse outros que tinham... mas... não, central sindical e ponto. Ou seja, e sindicato de assalariados. Então se abre uma polêmica importante aí, que vai... e que o PT enriquece esse debate. E me parece importante. Na revista, eu me lembro de um textozinho que eu escrevi que chama *Levantado do chão*, pegando de empréstimo o título do romance do Saramago, que é exatamente trabalhando a idéia de como é que se estabelece a relação entre os trabalhadores do campo, num país como o Brasil, e os trabalhadores urbanos, os operários, no âmbito de um partido; que era uma experiência nova, etc.. Bem. Esse trabalho vai evoluir no sentido de a produção, em 1989, do programa que nós apresentamos para o país, o programa de reforma agrária do Lula; nós vamos, a partir daí, incorporar uma figura central nessa elaboração, que é o dr. José Gomes da Silva. O dr. Gomes, que é uma figura que vem de uma longa luta pela reforma agrária no Brasil, um dos formuladores do Estatuto da Terra, lá atrás, durante o governo Castello Branco, (o estatuto é de 64) ele, depois que ele saiu do governo, ele constitui a ABRA, Associação Brasileira de Reforma Agrária, e a partir de Campinas, ele vai montando, organizando, digamos assim, uma massa crítica importante, dentro do âmbito acadêmico, que era o que era possível naquele momento, pensando sobre esse tema e tendo... O Estatuto da Terra é uma referência para a elaboração teórica para dentro da academia mas é uma referência política para a Contag. A grande bandeira da Contag é o Estatuto da Terra. Porque aí...

M.M. – É. Mas a discussão já estava vindo com a Contag antes do golpe.

H.P. – Antes do golpe. Mas o estatuto, é interessante, o estatuto é um produto da ditadura. O estatuto é de novembro de 64. Ele é feito por encomenda do Castello Branco. Então ele serve de escudo para a ação da Contag: “não, o que nós estamos fazendo é a defesa do estatuto”, do Estatuto da Terra. E o estatuto, ele vai nutrir, por longos anos, o discurso em favor da reforma agrária no Brasil. No 3º Congresso da Contag há um avanço; mas nós vamos ver que ele tem vigência como, digamos, como suporte dessa bandeira, é quando, na Constituinte, nós vamos nos enfrentar com o Centrão e com o Caiado e nós somos derrotados, e a Constituição, ela retrocedeu com relação ao Estatuto da Terra, em certos aspectos. Ou seja, a correlação de forças ainda era pior do que no momento em que, em 64, ele foi redigido. O dr. Gomes vai, a pedido do Lula e com o apoio da Secretaria Agrária Nacional, ele vai centralizar um esforço de elaboração, que resulta na produção de três textos. Primeiro, reforma agrária; um segundo sobre política agrícola para pequenos agricultores; e o terceiro introduz uma novidade no debate em torno da tema da estrutura agrária e da produção agrícola no Brasil, que é segurança alimentar. Esse terceiro documento é que vai servir de base para a audiência que o Lula realizou com Itamar Franco, então presidente, e que resultou na criação da campanha contra a fome, que foi, inclusive por sugestão do Lula, capitaneada pelo...

A. F. – ()

H.P. – Isso. Que resulta na criação do Consea. Isso é elaboração *do* partido. Por que é que eu quero registrar isso como um fator importante? Nós tínhamos conseguido, durante um certo período, o que pode significar uma proeza, que é: a Secretaria Agrária Nacional do PT, ela organizou um coletivo em que tinha assento o João Pedro Stédile, do Movimento dos Sem-Terra, o Avelino Ganzer, que era dirigente da CUT, gente da CPT, eu estava lá, e gente da academia: Graziano, Rolf, Klaus, Bianchini, do DESER, e Rogério Sotile, que tinha vindo do Rio Grande do Sul e que trabalhou comigo, ao longo de quase nove anos, na estruturação desse mecanismo partidário que, eu diria, é um momento em que eu acho que o PT aponta para uma superação da concepção leninista de partido, porque não hierarquiza, quer dizer, o partido não comanda o movimento social, mas o movimento social dialoga nesse espaço partidário com as propostas do partido etc.. Então eu tinha... Eu tive muito apoio do José Dirceu aqui, então secretário-geral, nessa etapa. E o Lula, absolutamente entusiasmado com o resultado desse esforço teórico e político que resultou nos três documentos. A gente fez o lançamento lá mesmo na sede, lá na Onze de Junho, na sede do PT, esse documento, dr. Gomes, o Lula e eu.

A. F. – E ao mesmo tempo a Secretaria fazendo parceria, com a formação política. O PT tinha um trabalho específico de formação.

H.P. – Isso. De formação. A gente realizou, durante o período que vai de 87 até 95, o esforço de formação articulado com o Instituto Caiamar, num certo período, até quando o Caiamar deu conta de cumprir, a gente trabalhou muito ali. E por ali passaram desde figuras como o Santin, por exemplo, lá de Santa Catarina, o Siba Machado, que hoje é senador. Quer dizer, a Secretaria lidava com um... faz uma leitura nacional. Eu acho que esse aspecto é o que eu chamava, no início, de enriquecedor. Quer dizer, trazia um pouco o Brasil profundo para a reflexão do PT, suas especificidades, suas lutas e tal. Isso, me parece, contribuiu... Eu estou lembrando do Valdir Ganzer, o Ranulfo, que ajudava muito na área da formação, nesse processo, o pessoal do sul, quer dizer, gente que vinha... O próprio Silvino, que ajudava, o Ivar Pavan, lá do Rio Grande do Sul, o Santin, de Santa Catarina, Tonelli, do Paraná. E com uma... Isso é uma coisa interessante. Nós tínhamos uma influência reduzida no Nordeste, onde a presença da Contag entre os assalariados era mais forte, então a gente tinha pouca entrada. Só quando a gente foi trabalhando no sentido de travar o embate com a antiga direção da Contag é que o PT conseguiu avançar no Nordeste mais na direção do interior. O PT nordestino nasce urbano também. E de classe média. Interessante isso. Isso vale para a Bahia, isso vale para Pernambuco, isso vale para o Ceará. Os três pólos importantes. Mas a gente tinha, tinha (a Penha), por exemplo, que era uma figura, que fazia parte do coletivo da Secretaria, lá na Paraíba. Bom, no Maranhão, o Mané, Manuel da Conceição, e outros, o Dutra. Dutra dirigente da CUT, não o Dutra deputado. Ele foi presidente estadual da CUT, o Dutra, lá de Caxias. Algumas figuras de certa projeção dentro do movimento vêm desse esforço. Havia uma articulação muito forte entre nós e o Movimento dos Sem-Terra, ao ponto de discutirmos... e houve um momento que é exemplar: mês de agosto de 1989, em plena campanha, uma campanha radicalizada ao máximo, campanha de 89, quando a imprensa batia no Movimento dos Sem Terra dizendo que ia ocupar isso, que ia ocupar aquilo, que ia coletivizar, que ia... e perguntaram para o Lula se ele, presidente da República, iria estimular ou ele ia conter o Movimento dos Sem Terra. Ele disse: “Se for para reprimir movimento social, eu não quero ser presidente da República.” [ri] E nós discutimos as ocupações que o Movimento dos Sem Terra pretendia realizar no mês de agosto de 89, nós discutimos. O João Pedro apresentou. Ele falou: “Olha, nós vamos fazer isso. O Movimento dos Sem Terra não está pedindo permissão ao partido, está avisando que vai acontecer.” Então, esse aspecto da experiência me parece

muito valioso, porque nós trabalhamos, durante um período bastante fecundo da atuação do partido na sua relação com os movimentos sociais rurais, a partir de uma perspectiva horizontal; e não concebendo o movimento social como correia de transmissão das idéias do partido.

A. F. – A campanha de 89. Aí tem uma outra faceta, digamos, da tua atuação. Essa relação com a Rede Povo, o trabalho de criação...

M.M. – Qual é a sua atuação na campanha?

H.P. – Eu fui designado para acompanhar, em nome da executiva, junto com José Américo, a área de comunicação. Era rádio e tevê. Começamos o trabalho com a TV T, depois, precisamos de contratar uma equipe mais ampla, para dar conta das coisas e tal... E essa foi uma experiência magnífica. Eu acho que ela foi muito inovadora na linguagem, seguindo o que já apontava experiências anteriores do PT que eram muito criativas.

M.M. – Aquela campanha foi muito criativa mesmo.

H.P. – A Rede Povo, ela realiza um momento de excepcional qualidade, para as condições daquele momento, do que diz respeito tanto a ousadia, a linguagem televisiva, e eu diria o seguinte: ela opera um pequeno milagre, que é o programa de televisão e de rádio funcionarem como estimulador da militância. Havia uma identidade muito forte entre o que era dito de noite e o que o sujeito ia fazer de manhã na rua, na campanha. Nós vivíamos uma situação que era uma identidade quase que absoluta entre os setores organizados da esquerda brasileira e a candidatura do Lula. E a Rede Povo...

M.M. – Aquela idéia do “sem medo de ser feliz”, essas coisas, nasce dentro disso?

H.P. – Nasce dentro desse processo. Quer dizer, que foi criado o Lula-lá...

M.M. – Lula-lá. Foram criados muitos slogans.

H.P. – Muita coisa. Muita coisa foi criada. Você vê, o Lula-lá, que foi a música criada pelo nosso companheiro potiguar Hilton Accioli, a coordenação de criação estava a cargo do Paulo de Tarso, o jornalismo, a cargo do Azevedo, que era um militante... se não militante, mas ele era ligado, simpatizante, do PC do B, e um excepcional jornalista e com uma grande capacidade, o Azevedo. E em nome do PT estávamos José Américo e eu acompanhando esse processo, que... como eu dizia, ele funcionava como alimentador. E nós tínhamos ali um enorme espaço para o estabelecimento de relações com a intelectualidade, com os artistas de

maior visibilidade pública do país: tem um coral, que foi feito para cantar o Lula-lá, que é uma coisa maravilhosa; e, depois disso, ainda houve o requinte que foi conseguir botar o Djavan, o Chico Buarque e o Gilberto Gil num estúdio para cantar um novo arranjo daquilo. E tudo isso era gratuito. Tudo isso foi gratuito. Foi um ato de generosidade dos artistas, para um partido que sequer tinha um mecanismo institucionalizado de relação. Era uma coisa absolutamente espontânea. Absolutamente espontânea. Era um ato de doação. Ali havia pessoas, inclusive, que tinham vínculos partidários até, alguns, com outros partidos, mas que viam na eleição do Lula a realização, não é, de um sonho etc.. Foi um momento absolutamente fantástico. Impressionante. Nós trabalhávamos... Para a gente saber o que é que é. Eu falei do sonho, vou falar do feijão. [ri] Nós levamos o primeiro programa para o ar, e a produtora que fez segurou o segundo, disse assim: “Só passamos se vocês pagarem o primeiro”. [ri] Nós éramos tão pobres, que a gente não tinha dinheiro para transmitir, pela Embratel, para Brasília, o programa, o *link*. Nós não tínhamos dinheiro. A gente pegava a cota de passagem de um deputado, o sujeito botava o vídeo debaixo do braço e trazia aqui para o TSE, porque tinha que entregar para o TSE as imagens do programa. [ri] Realizamos um programa que falou para o Brasil inteiro. Vou registrar a contribuição do Guel Arraes, que ele produziu, ele entregou pronto, produzido, tudo, a fita, “agora levem para o ar”. Não custou absolutamente um tostão para nós. Ele fazia um enorme sucesso com o *TV Pirata*, não é. E eu posso até dizer que vivi um momento impar na vida política, na história política do Brasil, porque o dr. Miguel Arrais visitou o estúdio e ele assistiu, nós exibimos para ele a contribuição que tinha sido enviada pelo Guel Arraes, e eu posso dizer para vocês, eu juro que é verdade, que eu vi o dr. Miguel Arrais gargalhando. [risos] Absolutamente feliz. Assim como... isso não é exatamente uma novidade, algo inédito – que nós constatamos que era impossível o engenheiro Leonel Brizola expressar o seu apoio em cinco minutos, [risos] então... A experiência da Rede Povo, eu quero resgatá-la, porque eu acho que é necessário comparar aquilo com o que veio depois, que eu acho que o PT comete um erro brutal; porque ele abandona uma estética revolucionária, inovadora, cuja raiz está plantada lá no Henfil, nos primeiros anos, e no Carlito Maia, e as experiências do Zé do Muro na campanha do Suplicy etc., que era uma linguagem extremamente eficaz e muito popular. E o PT vai se afastar disso nos processos posteriores e vai se rendendo à indústria cultural e à pasteurização, que na minha opinião o ponto máximo é Duda Mendonça 2002, que é a esterilização absoluta, quer dizer, o PT não precisa do PT para eleger Lula. Essa é a concepção que o Duda Mendonça expressava. É uma coisa bela e fria, que é o que ele produz

na campanha de 2002. Tem gente que acha aquilo... Eu não acho. Acho que é uma falência absoluta, aquilo é uma rendição ao conservadorismo. Essa é minha opinião. Eu acho, por exemplo, que o João Santana, agora, na campanha, ele recupera algo que é mais instigante. Mas o 2002, sob esse aspecto, para mim, é o enquadramento absoluto de uma proposta de linguagem que o PT trazia consigo aos padrões globais, a esse gosto duvidoso, não é; e que jamais apela para a inteligência das pessoas mas sempre para o lacrimajante, sabe, exclusivamente para a emoção. E olha que eu sou poeta. Eu conto com ela. Mas acho que foi uma rendição, rendição completa. Agora isso foi... Quer dizer, essa aventura de 89, eu acho que é o ponto alto que a gente teve, em termos dessa linguagem, não é, de tevê. Eu vou seguir na executiva nacional depois do lançamento dos três documentos, que ocorre em 1990. Em 94, há um momento importante da minha tarefa dentro do PT, que é quando há a escolha para a coordenação, e eu fiquei encarregado, além das tarefas de conteúdo e tal, que sempre... – eu havia me tornado uma referência para as questões do campo, então... ajudando nesse campo aí, na elaboração de programa, etc. –, mas voltado para atender (esse foi o centro de trabalho) a agenda do Lula. Uma tarefa que eu não quero mais. Nunca. [ri]

A. F. – Nós acabamos de falar com outro responsável, o Gilberto. [ri]

H.P. – Como eu não sou cristão, não tenho vocação para o martírio, não quero voltar... [ri]

M.M. – Mas você esteve numa situação pior. Porque agora, pelo menos, o Lula é presidente da República, tem algum bônus tomar conta da agenda. Você só pegou a barra pesada.

H.P. – Agora imagine você. Até o mês de junho de 1994 o Lula alcançava patamares, aproximadamente, de quarenta e dois por cento de intenção de voto. Era um pandemônio aqui. O cara era o presidente da República virtual. E aí, foi o que foi, Plano Real, e a campanha terminou só em outubro. Ou seja, foi muito dura. [rindo] Inclusive... Ele costuma dizer, não é, nos discursos aqui. “Mas... quanto mais eu faço campanha, menos votos eu consigo nas pesquisas.” [ri] Eu digo, desse jeito, eu vou chegar no final da campanha devendo. [rindo] Agora esse momento me deu uma certa aproximação com o Lula, porque era uma conversa diária. Só que eu não fazia uma coisa, que eu acho que é prudente não fazer: eu não viajava com o candidato. Foram raros os momentos em que eu fiz isso. Fui com ele no Rio Grande do Sul, para um momento... triste na campanha, que foi a despedida do Bisol. Nós fomos lá para

Missões. Lá ele fez o discurso dele. Quer dizer, do ponto de vista político, isso produziu... uma aproximação, como eu disse, maior. Eu fiquei ainda, depois da campanha, um ano na direção nacional, e quando aconteceu Guarapari, o Encontro de Guarapari.

A. F. – Ainda na Secretaria Agrária?

H.P. – Eu ainda era o secretário agrário. Até o Encontro, eu fui. Aí eu estava já na perspectiva de me afastar da secretaria... da executiva, inclusive. Eu fui preparando isso. Guarapari é um ponto de virada.

A. F. – Antes de chegar a Guarapari. Em 93 tem o racha da Articulação. Conta um pouco como é que viu, viveu esse primeiro momento. Porque essa coisa teve vários momentos.

H.P. – É. Bom. A característica da minha atuação dentro do partido é que ela sempre foi vinculada às posições de esquerda do PT. Quando ocorre...

M.M. – Você sempre manteve essa sua vinculação com o marxismo.

H.P. – Sim. Sim. Nunca me afastei. Embora, como eu não sou religioso, eu não tenho o marxismo como doutrina. Digamos que é uma relação informal com o marxismo, e não uma relação de fé. E em 93, eu acho que... quer dizer, a gente passa a viver uma crise de hegemonia do PT, que, passada a campanha de 89 e, digamos, o impulso do 5º Encontro de 87 tinha produzido a formulação que nos levou até a campanha de 89, em 90 ocorre... o que eu chamaria assim, é o fim do ciclo de ascenso do movimento de massa no Brasil. A gente ali entra num... no que eu chamaria um platô. Você pára de crescer. Estabiliza. Então nós vamos começar a era Collor, 90 e 91... 90 foi o ano do cachorro louco, não é, foi um negócio pesadíssimo para nós. Daí, no ano seguinte, começam as mobilizações e tal, que vão resultar na queda do Collor. Esse período já revela que a construção política que havia levado o partido do 5º Encontro até 89 estava desgastada; quer dizer, o projeto democrático popular que sedimentava no nosso discurso, ele precisava de ser alimentado. Tem o congresso, que ocorre em 90... é isso?

A. F. – 91.

H.P. – 91. 1º Congresso, lá em São Bernardo. Esse período, a gente... eu diria que é um período de reorganização de forças interna. Resultado... Quer dizer, a Articulação começa... porque ganha complexidade... Eu acho que isso aí é menos o resultado de um processo de discussão programática e mais, digamos, a fadiga do material e a ampliação da complexidade

dos atores que estão em jogo com o que... É bom lembrar. O PT, ele segue mais ou menos o ritmo desde que nasceu, que é: ele vai dobrando a sua representação nas câmaras, nas assembleias e aqui no Congresso Nacional. Ele vai fazendo esse movimento. Nós tínhamos oito deputados antes do Colégio Eleitoral; afastamos três; mas, para a Constituinte, elegemos dezesseis. Aí fomos dobrando, nessa perspectiva. Então, já vai se constituindo ali uma diferenciação dentro do âmbito da Articulação, que eu diria obedece mais a uma sensibilidade, que resulta do fortalecimento dessas lideranças, seja em São Paulo, seja em Minas, seja no Rio Grande do Sul, particularmente nesses três lugares... O Rio, menos, porque o PT do Rio tem sua peculiaridade, então ele anda noutro ritmo; às vezes explode, às vezes... quer dizer, ganha uma dimensão, depois encolhe. Enfim... Quer dizer, ele não tem essa continuidade dos outros lugares, das outras experiências, que são mais cumulativas e menos dadas a explosões. Então... Eu quero me referir a isso. Quando ocorre a constituição do que viria a ser... chama A Hora da Verdade, inicialmente, depois vai chamar Articulação de Esquerda, há um apelo forte, exatamente para buscar uma face da militância e da Articulação, mas eu acho que não é bem sucedido. Quer dizer, as grandes lideranças dos sindicatos de maior peso não saem, permanecem naquilo que vai se constituir como Unidade na Luta. Então, esse nome não é obra do acaso, é: não podemos rachar, gente. Então A Hora da Verdade obedece, eu acho, a uma dinâmica mais paulista, por circunstâncias históricas, de formação, de construção do partido, e eu vou acompanhá-los. Quer dizer, eu vou com eles, inicialmente. E isso vai, inclusive, resultar na apresentação do meu nome, em 95, lá em Guarapari, para a chapa...

A. F. – Essa coisa da Articulação, até pela conjuntura, tem um pouco a ver com a questão de: que conseqüências tirar da mudança do cenário internacional, quer dizer, a queda da União Soviética, a derrota dos sandinistas na Nicarágua, que era uma referência aqui...

H.P. – Forte. Muito forte. É. Eu penso o seguinte. Que nós vamos... Esse momento que o Brasil vive a partir de 90 é contraditório, muito contraditório, porque nós sofremos uma derrota eleitoral mas conquistamos uma vitória política muito importante com a eleição de 89. Quer dizer, nós consolidamos uma imagem, embora... é só imagem, na verdade é um espectro, nós não tínhamos estruturas nacionais, mas o PT se tornou um partido nacional. Isso é fato. E é uma conquista formidável aí. Agora é contraditório, também, pelo aspecto que você levanta. Quer dizer, a queda do muro deixa as esquerdas do mundo num estado de confusão. Da nossa parte, eu me lembro de discussões no início... meados da década de 80, Paulo de Tarso

Wenceslau dizendo “nós já não temos paradigma, porque, para o PT, o paradigma da União Soviética não é aceitável, só que nós não construímos outros. Então, para onde vamos?” Então eu acho que há um certo sentido de orfandade para alguns, porque o PT é diverso, é muito plural, há uma certa afirmação de outros pontos de vista que já tinham, no processo, durante o processo anterior de construção partido, se afastado das referências da Europa Oriental, como referência, não é, das esquerdas, e isso bate de maneira muito forte nos movimentos sociais. Então, a gente comentava hoje, o vigor do PT, ele deriva, na primeira década, do vigor dos movimentos sociais; assim como parte da debilidade do PT resulta da crise dos movimentos sociais no período que vai seguir, particularmente, nos anos 90. Então não há como separar a crise do PT da crise dos movimentos sociais da crise desse paradigma. Porque, querendo ou não, nós temos que responder por isso diante da sociedade. Então, eu diria, nós, durante aquele período... É bom lembrar que é em 91 que nós temos a formulação mais feliz sobre socialismo. Eu acho que, hoje, nós precisamos de avançar, não dá para se contentar com ela depois de ter governado o Brasil por quatro anos; mas é o socialismo petista, que está entre os textos aprovados pelo congresso, é uma formulação lúcida, é uma formulação inteligente porque ela opta, não por uma definição conceitual do socialismo, que seria uma armadilha fatal para nós, mas opta por indicar o caminho a seguir para uma formulação. Isso foi um achado político da maior importância. Da maior importância. O PT deve isso a Luís Soares Dulci, que é quem se encarregou da formulação final desse texto. E ao mesmo tempo, quer dizer, consegue dar coesão no ideológico, consegue dar coesão, num momento de extrema dificuldade. Quer dizer, o PT, que enfrentou enormes dificuldades para se consolidar como um pacto apenas de natureza política, nos anos 80, consegue, no miolo da crise do socialismo, da desmoralização do socialismo etc., encontrar uma forma que desse coesão ao partido, do ponto de vista ideológico, naquele momento. Então acho que isso aí é muito importante, que eu acho que o PT deve isso a esses companheiros que permaneceram na Unidade na Luta, aos que constituíram o Unidade na Luta, para ser mais preciso. O PT deve isso a eles. A repercussão desse cenário internacional na vida nossa, quer dizer, na vida do país e na vida do partido é brutal. Porque a gente vai para uma coisa, que é a campanha do *impeachment* do Collor, com uma mobilização que, se a gente for observar bem, ela soa um pouco estranha, considerando o caminho das mobilizações da década anterior, quer dizer, quem saiu às ruas para derrubar Collor foram os estudantes, não foi o movimento operário...

A. F. – E os estudantes secundaristas. A turma mais jovem.

H.P. – Mais jovens. Os mais jovens. Foi uma coisa muito interessante.

A. F. – Eu escrevi sobre isso, dizendo que eram garotos que não tinham idade suficiente para ter essa (articulação) de 84. Eram jovens o suficiente para não ter. [risos]

H.P. – Então, também aí, é uma situação contraditória, porque... é um pouco o que eu chamaria... é um soluço das lutas democráticas no Brasil aquilo ali. Ela repousa numa forte atuação parlamentar, porque a atuação parlamentar é que é o fator de estímulo da luta de massa, por meio da denúncia, etc. etc., e o movimento operário fica um pouco... assistindo aquilo. Então... Aí, começa a se afirmar uma nova face do PT, que vai marcá-lo para a década seguinte que nós íamos cumprir. O movimento social, depois da derrubada do Collor, ele estabiliza e depois ele entra em declínio, na metade da década, ele entra em declínio, ele passa a viver uma crise, que resulta... são repercussões de modificações na economia internacional, que são sofridas, aqui, de uma maneira poderosa. O que é que ocorre? Nós vamos ter o declínio do movimento social e o crescimento do PT nos espaços institucionais. Ou seja, a afirmação do PT como um partido nacional, em 89, permitiu que o partido passasse a se nutrir de outras energias que não, apenas, a energia da luta organizada dos setores organizados dos trabalhadores. Ele passa, e é o Lula que faz a ponte, a ser uma referência simbólica dos despossuídos no Brasil. E aí você vai ter – eu acompanhei, eu fui com as caravanas. Nós ajudamos, na Secretaria Agrária, o Rogério foi fazer a precursora de Garanhuns para Santos, que foi a primeira caravana. Rogério, a Cíntia, Rochinha. Depois, foram acontecendo as diversas caravanas, não é. Uma delas foi a de Xapuri a Dourados. Isso tem uma importância muito grande. E é bom lembrar essas coisas, a gente tem que fazer justiça às pessoas. Essa idéia de caravana é do Ricardo (Coutinho). Ele que deu essa idéia para o Lula. E ele tentou fazer em 89, mas não conseguiu. Depois ele... emplacou, fez a de Garanhuns. E deu certo, porque... quer dizer... Aquilo tinha uma carga de símbolo que os partidos políticos no Brasil não tinham condições, nenhum outro tinha condição de fazer. E aí é o que... Quer dizer, essa maravilhosa fusão entre a estrela do PT e o que o Lula encarna como pessoa, diante da população pobre do país. Quer dizer, aí você vai selando... quer dizer, é o líder, é um líder popular que atua tendo como suporte um partido que já está estruturado, quer dizer, são dez anos de... quer dizer, que tem diretório municipal, já tem as prefeituras... Quer dizer, isso produz uma identificação... quer dizer, o PT deixa de ser aquele partido que... da metrópole, ou que olha o Brasil com os olhos da metrópole; olha... quer dizer, o PT olha o Brasil com os

olhos do Lula. E o Lula, que é um político formado na metrópole, ele se reencontra com o Brasil nas caravanas. E ele leva o PT junto com ele. É uma coisa impressionante, você testemunhar as cenas das caravanas, isso é um negócio assim...

A. F. – Que foram proibidas. [ri]

H.P. – Que José Serra, prudentemente, [ri] proibiu na campanha seguinte.

[FINAL 2-2]

A. F. – Então agora... você já ameaçou duas vezes. Agora, vamos para Guarapari. [risos]

H.P. – Bom. Vamos aos fatos. Acho que a primeira coisa a dizer sobre Guarapari é... eu não cheguei candidato em Guarapari. [ri] A nossa proposta é que devia ser o Plínio Sampaio, que era o nosso candidato, tinha possibilidade de ampliar para além das esquerdas do partido. Aí conversamos, o João Machado, eu... acho que tinha mais uma pessoa, com o Plínio, lá, quando chegamos em Guarapari. E o Plínio disse que não tinha condições de encarar aquela tarefa, () os documentos, políticos, não é, e... e também de ordem pessoal, nessa ordem. E o que eu acho que é importante extrair naquele processo? Acho que, primeiro, o PT não tinha força hegemônica, ele estava dividido ao meio, embora não em partes iguais. Você tinha um bloco, que significava mais ou menos metade do partido, e, do outro lado, um conjunto de posições que, somadas, dava mais ou menos a outra metade. Nós vínhamos, por outro lado, de um primeiro congresso que havia redefinido rumos para o próximo período, num momento... É interessante, quer dizer, como o PT, ele é sensível aos movimentos de crescimento e de fragilização dos movimentos sociais. Ou seja, nós estávamos na metade da década, nós estávamos tendo o crescimento nos espaços institucionais, mas o movimento social estava... Em 95, é bom lembrar, é o ano em que Fernando Henrique assume. E acho que o exemplo, o marco é a greve dos petroleiros, que foi, digamos, o definidor... quer dizer, é como ele demarca: “Olha, o tratamento, a partir de agora, será esse.” Então uma greve com as características que teve, de repressão, e que põe em marcha um tipo de conduta do Estado brasileiro, no sentido de, primeiro, criminalizar os movimentos diante da sociedade, segundo, estabelecer uma pressão fortíssima, do ponto de vista econômico, sobre as finanças dos sindicatos. Ou seja, é o exemplo mais cabal da política da Margareth Thatcher. Foi isso que Fernando Henrique fez. Ao lado disso... Quer dizer, o país passa a viver, naquele período, as repercussões de um

conjunto de crises, eu diria, do ponto de vista econômico, a própria fragilidade que deriva da descentralização industrial da... na verdade, da desindustrialização de certas áreas do país, da precarização das relações de trabalho, do desemprego, que vai... é isso, quer dizer, vai acovardando o movimento social. E o PT é muito sensível a isso. Quer dizer, bate e... Então, se estabelece o quê? O primeiro sintoma disso dentro do PT é o sentido das formulações. Forças internas dentro do PT começam a trabalhar a partir do seguinte pressuposto: temos que radicalizar para conseguir dar respostas aos problemas. Quando, na verdade, quem busca radicalizar nesses períodos, a experiência histórica mostra que fala sozinho, porque o movimento operário nesses momentos, ele reflui. E foi o que de fato aconteceu. Bem. A composição, como nós vimos, tinha já fraturado, com o aparecimento da Hora da Verdade, então amplia-se essa aliança com outras forças à esquerda, a própria Força Socialista, por exemplo, o pessoal da DS vai, o pessoal do trabalho e o pessoal que se agrupou, sem um contorno muito nítido, mas se agrupou em torno do Arlindo Chinaglia, que tinha certos laços em outros lugares do país. De modo que nós tínhamos essa situação posta. Nós tivemos um embate, em que o Lula – é bom lembrar também disso – ele estava se dirigindo para Guarapari com o propósito de se afastar da presidência do partido; ou seja, era um encontro que renovava a direção, elegia o novo diretório nacional, e ainda não tínhamos o processo de eleição direta. E o Lula vinha com uma clara opção, que era eleger o Zé Dirceu presidente do PT. Aí tem as curiosidades, não é. Porque poucas pessoas, no ano anterior, tinham estado tão próximas do Lula quanto eu, por dever de ofício.

M.M. – É. E ele tinha sempre uma dificuldade com o José Dirceu. Por que ele vai apoiar o José Dirceu?

H.P. – Isso. Sempre. Ele foi claro no discurso. Primeiro, ele fez o discurso de abertura do congresso, que era assim, era explicando para a direção do partido por que é que ele não queria continuar sendo presidente do PT, porque ele queria se dedicar ao Instituto de Cidadania que ele tinha criado. É ali que é o meu lugar, para ajudar o partido e tal. Mas eu não posso estar na estrutura partidária porque... e ele dizia: “Porque eu preciso... Eu como presidente do PT, eu não posso fazer certos movimentos. E eu preciso de ter liberdade para isso, para buscar alianças, para defender...” Ele fazia a defesa clara de uma aproximação com o PSDB. Citava, citou mais de uma vez o Tasso Jereissati como interlocutor. E o Covas, com quem ele mantinha um diálogo, quer dizer, até mais próximo. Mas ele sabia, ele sentia a grande resistência do

PSDB de São Paulo a uma aproximação conosco. Então, ele chegou em Guarapari tendo clareza disso: primeiro, eu não vou continuar sendo presidente do PT. Eu tenho que abrir, me soltar dessas amarras da institucionalidade partidária para buscar criar o nosso campo. Ou seja, ele desenha uma estratégia para além da aliança fixada nos termos de 89 com o PSB e com o PC do B. Então ele quer disputar o centro político com a direita. Para isso, ele defende, ele defende o Zé durante o processo, (tem uns rituais de sempre e tal) mas ele fez um discurso em defesa do nome do José Dirceu.

M.M. – Porque o José Dirceu já tinha abraçado essa idéia de abertura para as alianças.

H.P. – Isso. Já. Para as alianças e... Quer dizer, nós tínhamos que conquistar o centro político, porque aí a idéia era... Por exemplo, nós tivemos a votação que tivemos no segundo turno. Mas, para se travar disputa em termos competitivos efetivamente, nós temos que ampliar, temos que ganhar o centro político do país; e é possível fazer isso, por essa aproximação com o PSDB, etc.. Uma outra coisa que o Lula sentiu, ele sentiu necessidade de jogar o peso dele como principal líder e dirigente do partido para aquele embate, porque ele tinha noção... todo mundo sabia o mapa dos delegados. E ele disse para mim depois. Ele fez tudo... [ri] Ele me chamou, junto com o José Dirceu, para a frente do plenário, os dois candidatos já com... e fez um discurso em defesa do Zé. [ri] Ele não falou em público não, mas ele disse para mim: “Você pode até ser eleito. Mas você não governa o PT. Para governar o PT hoje, precisa de ser alguém que está em São Paulo, senão não governa.” Falou claramente isso. Quer dizer... E eu não tenho nenhum motivo para achar que ele não tinha razão. [risos] Nenhum motivo.

M.M. – Você, nesse momento, tinha uma posição contrária a essa abertura para fazer alianças?

H.P. – Então. A minha leitura era: nós só podemos aliar com as pessoas que querem aliar conosco. O PSDB não quer. Essa era minha leitura, meu entendimento. Então, o esforço que será feito, de aproximação, para uma aliança com o PSDB será em vão. Era essa a leitura que eu fazia.

M.M. – Mas você então não era contra a aliança por princípio.

H.P. – Não, não era contra a aliança por princípio. Mas, na minha opinião acanhada do processo... eu acho que o Lula enxergava mais, de maneira mais ampla, e o José Dirceu enxergava de maneira mais ampla, porque detinham não só o conjunto de informações que eu

não detinha... É bom lembrar que eu não era exatamente um líder de tendência. A minha presença dentro do partido, inclusive, na posição em que eu me encontrava, ela derivava de uma composição de forças anterior. Os meus laços não estavam no âmbito da institucionalidade petista, estavam nos movimentos sociais. E nós tínhamos, sim, tínhamos força. Mas, por que é que tínhamos força? Eu tinha desenhado e cumprido, rigorosamente, um propósito, dentro da Secretaria Agrária Nacional, que aquela secretaria não seria secretaria de uma tendência, então nós éramos muito plurais; nós tínhamos desde posições bastante moderadas dentro da secretaria, e atuando nas condições que tínhamos, por igual, como gente que eu diria da extrema-esquerda. Nós tínhamos o Klaus, por exemplo, ele defendia os planos quinquenais. Não era brincadeira o Klaus.

A. F. – É. Tinha uma polêmica. Até quantos hectares o sujeito é pequeno proprietário, pertence à classe trabalhadora.

H.P. – Era. Isso. Exato. O debate em torno do corte para desapropriação de reforma agrária produziu um negócio absolutamente singular. Que era assim: o dr. José Gomes propunha duzentos e cinquenta hectares para região norte e o João Pedro defendia mil. Ou seja, o João Pedro era um...

A. F. – Moderado. [ri]

H.P. – Moderado.

A. F. – E o Zé Gomes que é fazendeiro...

H.P. – É fazendeiro, [ri] propunha duzentos e cinquenta. Mas enfim. Esse é o contexto. Não havia, como sabemos, a unidade programática entre as forças de esquerda. Quer dizer, ali tinha desde o pessoal que defendia assim: “não, aliança nós fazemos com os movimentos sociais”, que é um discurso que é sabidamente anti-aliancista; que o Lula respondia com toda categoria, falava assim: “Quer dizer, aliança, só com nós mesmos, não é?” Porque quem são os movimentos sociais? Somos nós. Então havia essa dupla perspectiva. Agora o embate, como acontece mais ou menos na tradição do PT, sempre se questiona, tem muito recurso, delegado de tal área não cumpriu os critérios do estatuto, etc. etc., e essa disputa se travou até a hora, praticamente, a hora da votação. Nós tínhamos uma leitura... Por exemplo, eu votei contra o credenciamento dos delegados da Paraíba, que, se tivessem passado, votariam em mim, por causa da tendência de (). Mas era, na minha opinião, indefensável a forma como

eles tinham sido eleitos delegados. Bem. Aí vai ocorreu uma coisa, que eu acho que tem importância por causa dos desdobramentos futuros, que é. Havia aquele ritual, nós tínhamos duas pessoas que faziam a defesa... quer dizer, o candidato falava e havia duas defesas da sua posição e duas defesas da posição contrária. Eu não me lembro agora... Quem defendeu a candidatura do Zé (Dirceu) foi o Dulci e mais uma pessoa, que eu não me lembro que é agora. Mas nem precisava, porque o Lula tinha defendido. E a minha foi feita pelo Plínio e foi feita... quer dizer, nesse caso, não precisava ter feito aquela defesa. [ri] Nós tínhamos escolhido o Cesinha Benjamin, por quê? Porque o Cesinha é um cavalheiro. Cesinha, a idéia... E eu, fui que consenti, eu disse: não, o Cesinha, com o discurso que ele traz, ele pode atrair votos do campo que está na outra banda. E, enfim, acertamos. Mas, evidentemente, eu não ia dizer para o Cesinha: ó, diga isso a meu respeito ou a respeito de tal. E o Cesinha falou: “Não, eu faço.” O Plínio fez o discurso esperado e tal, a defesa, o vínculo do partido com os movimentos sociais, a política de acumulação de forças, mas um discurso anti-aliancista. O Cesinha chegou e fez o que fez. Cesinha, ele não fez uma defesa da minha candidatura, ele fez um ataque frontal e inusitado, porque foi surpreendentes para mim, e para o pessoal da Unidade na Luta então, foi uma coisa que... nego levantou de lá e foi com a cadeira na mão na direção dele. Porque ele denunciava que o José Dirceu tinha recebido dinheiro das empreiteiras etc., que aquilo era um absurdo, como é que se sustenta um partido de trabalhadores com finanças de grandes empresários, e ainda dessa maneira, de maneira espúria. Enfim, ele fez tudo o que lhe deu no fígado, porque foi com o fígado que ele... Eu fiquei surpreendido com aquilo e... no meio da confusão, a primeira providência que eu tomei foi de ir ao encontro do Zé, que estava no plenário. Fui lá e disse a ele: “Olha, esse não é o meu ponto de vista. Ele não fala em meu nome.” O Zé Dirceu chorava. Era uma situação absolutamente imprevisível. E o Zé Dirceu disse: “Não, eu sei, eu sei que você não pensa isso.” Aí eu disse: “Mas eu não estou aqui dizendo que vou... para você e vou ficar... Eu vou para o microfone, agora, dizer isso.” Aí eu fui para o microfone e desautorizei o Cesinha. Aí se estabeleceu o caos. Completa confusão. Inclusive, um companheiro que me é muito próximo e é muito próximo do Lula, que chegou no meio daquele rolo, e disse o seguinte: “Agora, só tem uma solução: você retira a sua candidatura.” É a primeira vez que eu estou contando isso em público.

M.M. – Mas é bom, interessante. A gente ler sobre isso, é muito diferente do relato oral.

H.P. – Aí eu falei: “Você sabe que eu não vou fazer isso. Eu vou fazer a disputa até o final. E o que o Cesinha disse é o que o Cesinha disse, o que eu disse é o que eu disse, e por isso mesmo. Então... Está mantido.” Isso tem graves problemas para a minha vida futura [ri] mas, enfim, tudo bem. Mas fomos para o embate. E o resultado é o que se sabe, foram dois por cento de votos de diferença. Foi uma eleição muito apertada. O que é que ela revela? Era um partido fraturado e revela a ausência de um projeto hegemônico para o PT, para o próximo período. Ao mesmo tempo, e isso vai acontecer nos meses seguintes, que é: não se consegue constituir a Comissão Executiva Nacional. Ou seja, a que ponto nós tínhamos chegado em termos de fragilização da...

M.M. – Fragmentação.

H.P. – É. Fragmentação. Isso só vai ocorrer acho que quatro meses ou cinco meses depois. E eu decidi que não faria parte da executiva, fiquei ligado ao diretório mais um período. Esse momento da vida do PT, ele não se esgota aí, ele vai prolongar-se por mais... até o próximo encontro, que é o Encontro do Rio de Janeiro, em que se reproduz, mais ou menos, a mesma coisa, inclusive na proporção. Novamente, o Zé Dirceu ganha do Milton Temer, mas por uma pequena diferença, ou seja, permanecia...

M.M. – Quantos anos depois?

H.P. – Dois anos. Naquele período, era dois anos. 97. No Encontro do Rio foi o Milton, representando mais ou menos essa mesma composição. E depois, quer dizer, só com... 97. Só com o PED é que vai se consolidar a nova hegemonia. Houve um deslocamento expressivo de posições internas e tal, de maneira que o Zé Dirceu conseguiu coesionar um grupo majoritário, que somou mais ou menos sessenta por cento da direção do partido.

M.M. – Quer dizer, ao longo desse segundo mandato, o José Dirceu consegue neutralizar essa fragmentação e constituir uma base mais sólida.

H.P. – Isso. Uma base programática e política mais sólida do que no período anterior.

M.M. – Quais os elementos fundamentais dessa nova base programática?

H.P. – A base programática... Eu diria assim, o objetivo político claro é: nós temos que eleger o Lula como parte do processo de transformação que a gente está empenhado. Essa é a tarefa central. Então ela organiza as demais. E quais são as outras?

M.M. – A meta é a eleição para presidente.

H.P. – A meta é a eleição do Lula. Então, quer dizer, você dá clareza de objetivos. O objetivo é esse. Esse objetivo, ele tem que ser alcançado, para que a gente possa implementar o programa democrático popular que nós defendemos para o Brasil; ou o programa da revolução democrática, de 1994. Bom. Aí, o que é que acontece? Para eleger o Lula, nós temos que costurar uma política de alianças mais ampla do que a aliança de 89 e 94. Então nós temos que fazer o movimento na direção... e aí ele começa a fazer a costura em direção ao PL, a conversar com o PMDB...

M.M. – Não. Mas aí é 97. Ainda teve a eleição de 98.

H.P. – Teve. 98. Mas ele já faz.

M.M. – A eleição em que faz aliança com o PDT.

H.P. – Com o PDT. Que aí vem Brizola. Porque antes era PC do B, PSB, PDT, no segundo turno de 89.

M.M. – É. Mas no primeiro turno em 98 era já Brizola.

H.P. – Já era Brizola. Isso. Agora o... Quer dizer, avançamos para ampliar com o PDT. Mas o Zé já fazia, explorando as peculiaridades regionais do PMDB, ele já trabalhava. E o Lula foi vendo que com o PSDB não dava. Porque o PSDB acabou hegemônico pelo Fernando Henrique, ele atropelou o movimento que o Lula fazia de aproximação quando ele faz o acerto com o PFL, em 94. Quer dizer, essa aliança consolidada ganha corpo, quer dizer, dá um perfil nítido para o PSDB como... quer dizer, se não pode dizer que o PSDB é um partido de direita, mas ele se converte, a partir de então, no partido *da* direita no Brasil, quer dizer, na hora que ele celebra a aliança.

M.M. – Na sua opinião, por que o Fernando Henrique inviabilizou essa possibilidade de aproximação?

H.P. – Porque quando ele chama o PFL para fazer a aliança, o PFL, naquele momento, era a opção que o Fernando Henrique fazia. A opção do Covas não era. Como vocês sabem. Só que o Fernando Henrique ganhou a parada. O Fernando Henrique, que é um homem conservador, mais, digamos, contemporâneo do que o PFL, sempre viu o PT como...

M.M. – Um concorrente.

H.P. – Como concorrente. E com desconfiança. Quer dizer, primeiro, “não, com esses caras, não dá, porque eles nos comem pela perna”. Há uma disputa, desde o nascedouro, entre o PSDB e o PT, pelas classes médias de São Paulo, um setor mais, digamos, mais esclarecido das classes médias, só que há um... digamos assim, há uma pia de batismo que os diferenciam, que é o seguinte. Eu escutei isso de um dirigente, um tucano de alta plumagem, uma vez. Que foi secretário-geral do PSDB. O Euclides Scalco. Ele dizia assim: “Vocês têm que compreender uma coisa. O PSDB nasceu de um drama de consciência. O PT nasceu de uma necessidade histórica.” Ele se referia ao fato de que o PSDB, ele nasce do conflito entre Fernando Henrique e Quércia em torno das questões de combate à corrupção, corrupção de Quércia, aos setores aos quais o Quércia estava ligado e aos setores aos quais o Fernando Henrique estava ligado. Enquanto que... quer dizer, o PT nasce por um impulso que vem do movimento operário e que buscava lugar no cenário político formal, explicitamente, do país. Eu acho que é uma definição que é muito reveladora e é muito esclarecedora, me parece muito lúcida. Essa é a definição do Euclides Scalco. Bom. Então eu diria, ele atropela o Covas porque a vocação política profunda do PSDB, ela é mais conservadora do que transformadora; e o PSDB, diferentemente de qualquer partido que ponha na sua sigla a social democracia, jamais manteve vínculo com qualquer movimento operário. É por isso, ou seja, a base social do PSDB, ela é muito mais identificada, naquele momento, com o Fernando Henrique do que com o Covas, então tende muito mais para o PFL. E o Lula perdeu a parada aí. A meu juízo.

A. F. – Hamilton, e depois, saindo da executiva, depois de Guarapari e tal, como é que fica a tua atuação profissional mesmo. Tu deixa de ser um dirigente profissional.

H.P. – É. Na verdade eu tinha, antes, eu tinha deixado porque... eu tenho um critério que... quer dizer, esse negócio de ser dirigente profissional, deve ser, mas deve ser por um certo tempo, senão acostuma. Então eu me afastei, pedi para me desprofissionalizar da executiva. E passei a ter uma atuação profissional atuando como... fazendo assessoria para o movimento sindical do campo. É uma entidade, chama Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz, em Goiânia. Garanti a minha sobrevivência ali. E continuava na militância na Secretaria Agrária do partido. Bem. Aí eu... em 95, eu tinha tensionado muito dentro do partido em Goiás com o então prefeito, Darcy Acosse. E ele conseguiu, um partido ainda muito frágil, a prefeitura, digamos, engoliu o PT. Então ficou todo mundo subordinado muito ao prefeito. E eu tinha muita discordância com ele, mesmo do ponto de vista... não só do

ponto de vista político, mas também do ponto de vista administrativo, como acabou acontecendo. Ele produziu um desastre atrás do outro, acabou se retirando do PT. E aí começou a fazer um périplo dos mais complicados: foi para o PL, depois foi para o PMDB, foi... enfim. Ele, a cada eleição, ele concorre por um partido diferente. Então eu trabalhei, continuando na executiva, trabalhei em dois gabinetes aqui na Câmara Federal, no gabinete do Milton Temer e no gabinete do Miguel Rosseto, um ano em um, outro ano em outro. Em 96, o Dulci chegou e... Era o momento que a gente estava fazendo a discussão a respeito da criação de uma fundação para o partido, Dulci chegou, me convidou para uma conversa e me propôs, em nome do Lula, que ele queria que eu ajudasse na criação da Perseu Abramo. E depois, o próprio Lula chegou, falou: “Vamos precisar de você. É importante que você dê a sua contribuição aí.” A partir daí, o diretório criou a fundação, eu fiz parte, passei a fazer parte da primeira diretoria junto com o Dulci presidente, a Zilah Abramo, vice, o Ricardo Azevedo e eu como diretores. Em seguida vai acontecer uma coisa que...sem dúvida, enfim, para minha vida de militante, foi uma coisa importante. É que em 97, depois de dois anos de crise na área de cultura aqui no governo do Distrito Federal, o Cristovam, governador, me fez o convite para assumir a Secretaria de Cultura. Antes, tinha ocupado esse posto a professora Maria Duarte, da Universidade de Brasília, e o documentarista Silvio Tendler. Eu costumo dizer o seguinte: o PT é tão criativo que, em quatro anos de governo, teve três secretários de Cultura. Eu fiquei os dois últimos anos do governo aí. Tem um aspecto importante também, que é: quando eu recebi o convite, para você ver como é que são as tensões internas do PT, havia um grupo aqui, no Distrito Federal, da Unidade na Luta, que dizia não, não pode, esse cara não pode. Ô Cristovam, você está doido? Como é que você vai nomear o cara. Esse cara não é da Unidade na Luta. [ri] Bem. Aí eu tenho notícia de que o José Dirceu dizia ao Cristovam: “Nomeia o cara, rapaz. Só vai te ajudar.” [ri] Aí eu fui consultar o Lula, quando eu recebi o convite. Aí ele, bem ao estilo dele, disse: “O que é que você está esperando para aceitar?” [ri] Eu falei: “Então eu vou aceitar, com uma condição. Que você vá na minha posse.” Ele falou assim: “Não tem problema. Marca a data, que eu vou.” Aí combinamos a data da posse. Aí foi o Lula, foi o Zé, foi o Suplicy, foi... foram onze deputados federais. Então, eu não tive nenhuma problema para fazer a minha gestão na Secretaria de Cultura.

M.M. – Você foi amplamente apoiado.

H.P. – Porque a posse foi um ato político muito expressivo. Acho que surpreendeu até o Cristovam. [ri] Então, fora o problema de orçamento, que é o que ele reclamava do Lula quando era ministro, eu não tive problema com Cristovam. Os meus problemas com ele eram orçamento, porque cultura não tem orçamento. Mas enfim, fizemos o que foi... A avaliação...

A. F. – Como é a experiência do executivo?

H.P. – Bem. Eu achei... Primeiro, me gratificou muito porque é uma faceta que eu não tinha experimentado, da ação política e tal. Mas eu consegui compor uma boa equipe, gente muito capaz, que sabia, conhecia muito aqui, e que tinha uma enorme de que o PT assumisse a cultura no governo do Distrito Federal. Porque a professora Maria Duarte era mais distante e tal, embora simpatizante do PT. O Silvio Tandler, foi um ano de crise, porque ele não dialogava com o PT, então, foi a oportunidade que tivemos. Então eu trabalhei dois anos assentado sobre três programas...

M.M. – Quais são os programas.

H.P. – Um deles, o mais conhecido, chama Temporadas Populares. Que aqui nessa cidade, se você vai ao Teatro Nacional, um espetáculo que no Rio de Janeiro custa vinte reais, aqui custava cento e vinte. Então nós baixamos o preço médio do espetáculo e introduzimos um projeto que girava em torno de três expressões: música, teatro e dança, durante um mês, fazendo espetáculos a seis reais nas cidades satélites e a oito reais no Teatro Nacional. Isso tudo, com meia e tal, direitinho. E aí, todos os espetáculos que passavam pelo Teatro Nacional também eram apresentados em algum lugar das... que são... eram dezenove administrações regionais. Não levava para o Lago Sul. Não precisa, não é. Mas... Esse era um dos programas. A gente fazia duas vezes ao ano, no mês de janeiro e o mês de julho. Ao ponto de... houve uma modificação na economia da cidade, não é, porque tinha gente que não saía de férias, nessa época, para assistir os espetáculos, porque os espetáculos eram apresentados a.... Tinha um outro aspecto. Todas as apresentações de artistas convidados eram precedidas por apresentações de artistas locais, enfim, que tivesse algum tipo de diálogo em termos de linguagem. Por exemplo. Nós trouxemos Paulinho da Viola. Aí, para abrir o show do Paulinho da Viola, a gente convidava o Clube do Choro de Brasília, de maneira que você compõe uma linguagem estética com um certo controle. Isso, nós somamos os espectadores, dava em torno de, ao final do processo, quando a gente fez o último, algo em torno de setecentas mil pessoas passaram por esses espetáculos, alguns gratuitos, em alguns lugares, gratuitos. Isso era

patrocinado pelo governo e pelas três empresas públicas do Distrito Federal: o BRB, o Banco de Brasília, a Companhia de Energia, a CEB, e a Companhia de Saneamento. Com isso aí, a gente conseguia custear todos esses programas. O segundo é um projeto que, hoje, o governo federal está utilizando. Esse projeto se chamou aqui *Mala do Livro*: uma pequena estante com cento e oitenta títulos de literatura brasileira, literatura estrangeira, literatura infantil e livros de referência tipo dicionário, nessa pequena... uma caixa estante, que era móvel, ou seja, ela circulava; então ela ficava dois meses numa casa... Nós treinamos em torno de seiscentas pessoas agentes comunitárias de leitura; em geral, donas de casa, (oitenta e quatro por cento de donas de casa) que faziam da sua casa o espaço de leitura da rua: virava uma minibiblioteca da rua. Então a gente botava um sinal, uma bandeirinha, dizendo “aqui tem a mala do livro” e a criançada da rua ia para lá. A gente pediu para a CEB e para a CAESB que fizessem para aquela casa, especialmente, uma taxa social de consumo de eletricidade e de água, de maneira que a pessoa não tivesse que ter despesa para fazer aquilo. E o terceiro era um... foi uma experiência que eu acho que tem que aprimorar. O programa chamava *Classe Arte*, que é de levar o artista para dentro da escola. Foi o meu esforço junto com o professor Ibanez, que era o secretário de Educação, para pegar os artistas de Brasília, em todas as áreas, para ir dialogar com a meninada dos cursos. Esses eram os três projetos mais importantes. A avaliação foi muito positiva, de um final de governo e tal. As pessoas ainda se lembram. Bom. Terminou o governo, eu passei a me dedicar exclusivamente à Fundação. Quer dizer, fui para lá, quer dizer, apesar de continuar morando em Brasília, mas... É interessante, quer dizer, o Dulci também, que terminou o governo... ele era secretário de Governo lá do Patrus, passou a se dedicar exclusivamente à Fundação... O Dulci não, porque ele era direção do partido também, inclusive chegou a ser secretário-geral. Mas eu não voltei mais para o diretório nacional do PT. Com a eleição... A campanha de 2002, na verdade, nós nos liberamos para o trabalho da campanha, eu participei da coordenação do programa de cultura...

A. F. – Que era uma novidade.

H.P. – Que era uma novidade, porque a gente acabou, a partir disso aí... Quer dizer, o resultado, isso é sempre o que eu procuro na vida, [ri] ver se deixa alguma coisa material, ou seja, nós criamos, depois desse processo, a Secretaria de Cultura do PT. Realizamos cinco conferências regionais. O resultado do processo de debate foi um texto que se chama *A imaginação a serviço do Brasil*, que a gente entregou, no Canecão, numa solenidade belíssima,

e o Lula recebeu. E eu saquei, naquele dia, quem ia ser o ministro. Porque eu fiz a apresentação do programa, no microfone e tal, e vim entregar o caderno impresso para o Lula; do lado do Lula estava o Gilberto Gil. Eu entreguei para ele, ele falou assim: “Tem mais exemplares aí?” “Tem.” Aí, eu passei o segundo, ele pegou, entregou para o Gil. [risos] Eu falei: está dado o recado. [ri] Bom.

A. F. – Agora houve essa movimentação também, quer dizer, do ponto de vista do partido, inclusive, tem esse processo (), houve uma certa movimentação () o teu nome.

H.P. – Houve. Houve. É porque... Quer dizer, o processo foi muito rico. Eu acho que ele foi melhor organizado, embora não tenha sido tão democrático como foi o de 94, que, para mim, foi a melhor experiência de elaboração de programa, de qualquer um programa, foi aquela. Foi muito, muito interessante. Mas esse de 2002 foi muito fecundo, inclusive porque nós conseguimos, com um partido pobre, difícil, realizar cinco conferências regionais, com uma participação bastante efetiva; não era uma coisa assim... formal, era discussão com, não apenas... Porque, no PT, ainda resiste aquela idéia de que cultura é assunto de artista. Então... A gente trabalhou numa outra perspectiva, quer dizer, cultura como direito social, como assunto do cidadão; e, evidentemente, dialogando com criadores e com produtores de cultura etc.. Agora essa processo resultou num acúmulo bastante importante para o partido e, evidentemente, o resultado disso é que se levantou como possibilidade... eu tinha lá minhas avaliações a respeito, mas... surgiu o nome do Grasse, que participou muito intensamente desse processo, surgiu o nome do Mamberti, que também... quer dizer, é uma figura referencial da vida do PT e, particularmente, nessa área de cultura, e, como eu era o coordenador, evidentemente, também surgiu o meu nome, como hipótese e tal. Enfim, nós chegamos ao processo final, o Lula nomeou o Gilberto Gil, e nós pedimos uma conversa com ele, em que a gente fez a cobrança e tal. Falamos assim: “Quem nomeia ministro é o presidente da República. Mas nós queríamos ter sido avisados antes.” [ri] Mas foi uma reunião tranqüila, sem maiores problemas. Ainda assim, a gente conseguiu ajudar na composição da equipe do Ministério, com Grasse indo para a Funarte, Márcio Meira e o Mamberti para secretarias do Ministério da Cultura, em Brasília. E a partir de março de 2003, na verdade, formalmente, a partir de janeiro de 2003, o Dulci se afastou da presidência da Fundação, porque é incompatível; e eu fui indicado pelo diretório para assumir o posto do Dulci lá. O Dulci foi para o Conselho da

Fundação, e a Zilah. E a gente incorporou à diretoria da Fundação a Selma Rocha, é uma educadora, e o Flavim, que vinha...quer dizer, ele era membro da direção do partido e vem da militância no movimento contra o racismo. Bom. Terminado o período do mandato do Dulci, que se encerrou em outubro daquele ano, 2003, aí eu fui reconduzido para a presidência, para, aí, o mandato completo, que termina ano que vem. Nosso mandato é de quatro, de quatro anos.

A. F. – A Fundação, até hoje, tem tido um respaldo consensual, quer dizer, amplo.

H.P. – É. Eu diria o seguinte. A Fundação deve muito, eu acho, ao perfil que foi escolhido para dirigi-la. Eu acho que isso tem muito a ver com a figura do Dulci, o Ricardo Azevedo, a Zilah e eu. E eu quero dizer isso de maneira absolutamente isenta. O perfil de quem não busca os holofotes. Então, isso definiu para a Fundação um perfil, de que ela é autônoma com relação ao partido, agora ela é uma ponte entre o partido e os movimentos sociais e a intelectualidade acadêmica e a sociedade. E me parece que esse perfil, que é o que eu defendo para uma fundação de um partido socialista democrático contemporâneo, tem que ser preservado. Porque o cuidado que tivemos, ao longo dos dez anos de vida da Fundação, é de que ela não seja, digamos, colhida pela dinâmica interna do PT. Então, para isso...

M.M. – E dos conflitos, das disputas. Que ela fique um pouco preservada disso.

H.P. – Exato. Para isso, foi fundamental a contribuição do José Dirceu presidente, que é no início da Fundação, porque o José Dirceu, ele tem a clara noção dos papéis e dos espaços institucionais. Isso ajuda muito o processo de consolidação da Fundação. Há poucos dias, eu escrevi uma carta para ele, lembrando para ele que... Porque, hoje, nós temos certas tensões, que são naturais, em razão da crise vivida pelo partido; e não é uma crise exclusivamente financeira, é uma crise política do PT, é uma crise de valores do PT. Agora eu acho que foi fundamental, para nossa travessia da crise, essa construção anterior. E eu lembrava na carta para o José Dirceu, que, depois que ele saiu da presidência do PT, que corresponde mais ou menos ao momento em que eu vou entrar na presidência da Fundação, de lá para cá, o PT teve como presidente o Genoíno, o Tarso Genro, o Berzoini, o Marco Aurélio Garcia e o Berzoini de novo; ou seja, foram cinco presidentes.

M.M. – Mas nada disso interferiu na trajetória da Fundação.

H.P. – É. As tensões são naturais. Mas a relação entre a Fundação e a direção do partido permanece preservada. Você tem, aqui, ali, uma coisa e outra, mas...

M.M. – Mas você tem um mandato independente.

H.P. – Independente, inclusive nos tempos. O mandato da Fundação é de quatro anos e não coincide com os mandatos da direção do PT. Ou seja... E esse descompasso é fundamental para a manutenção da autonomia da Fundação. E é isso que a gente quer preservar. Então hoje, o que é que eu penso? A Fundação Perseu Abramo, ela se consolidou, está com dez anos de trabalho, está com cerca de cento e cinquenta títulos já no seu catálogo, já realizou um sem número de seminários e debates etc. pelo país afora; a gente tem uma estrutura centralizada, e procuramos descentralizar as atividades. Eu acho que o grande desafio da Fundação é como ampliar o alcance do que ela realiza. Porque a Fundação realiza um trabalho que é reconhecido por quem o conhece, mas esse número é restrito, então nós temos que ampliar.

M.M. – Ela tem que falar para além dos militantes.

H.P. – Isso. Exatamente. Tem que falar mais para a sociedade. E ela vive uma dificuldade, que não é derivada do trabalho dela, mas derivada da crise do partido, que é o distanciamento que se verificou entre setores importantes da intelectualidade que colaborava com o PT e com a Fundação e colaborava com o PT via Fundação, que se afastaram, esses setores se afastaram do partido. Então, hoje, já não podemos contar com intelectuais importantes. Por exemplo, Carlos (Lessa), que era uma pessoa que escrevia freqüentemente, era membro do Conselho da revista, Leandro Konder, Chico de Oliveira; quer dizer, você pode ter outros nomes. Enfim, eu cito esses, que são pessoas reconhecidas no meio intelectual do país. Então, esse é outro desafio, essa reaproximação da Fundação Perseu Abramo com esses setores da intelectualidade brasileira, e não apenas no âmbito da academia, evidentemente, que é o nosso nó principal. E a outra coisa que eu acho que ela tem que responder, que é a contribuição na qualificação da militância do PT, na formação de militantes novos, e estamos buscando estreitar isso, com o órgão do partido, o instrumento que o partido tem para isso, que é a Secretaria Nacional de Formação; e estamos trabalhando já, desde 2003, como prioridade, um outro aspecto que, me parece, a Fundação pode ajudar muito a si mesmo e ao partido, que é o investimento na área da cooperação internacional, trabalhando junto com outras fundações.

M.M. – De outros partidos.

H.P. – É, de outros partidos. Por exemplo, a Herbert, do SPD alemão, com a Pablo Iglesias, dos espanhóis, do PSOE, a Jean Jouret, do Partido Socialista Francês. Aqui, no

continente, nós estivemos presentes, estamos acompanhando a criação da Fundação Liber Seregni, lá da Frente Ampla, no Uruguai. Eu fui lá em Montevideu. Trabalhamos com a Chile 21, no Chile. E agora, tivemos um primeiro contato, num seminário em Porto Alegre, o ano passado, com o Instituto Igualdad, tem uma fundação que chama Cambio 2000, no Paraguai. Enfim...

M.M. – E até as fundações que não são partidárias, como a Fundação Getúlio Vargas.

H.P. – Também. Quer dizer, a gente amplia esse aspecto. Quer dizer, uma ponte entre aquilo que o partido elabora para levar para a sociedade, e recolher daquilo que se produz fora, quer dizer, dentro do campo progressista, dentro do campo das esquerda, fora do PT, para trazer para dentro do PT essas discussões. Esses são os nossos desafios hoje. Isso é que, me parece que é fundamental.

M.M. – Acho que a gente pode encerrar por aqui.

A. F. –Muito obrigado, Hamilton.

M.M. – Obrigada. Foi muito bom.

[FIM DO DEPOIMENTO]